

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

2010

Asilo e Refugiados, Controlo de Fronteiras, RAPID, PASSE, PEP, Controlo e Fiscalização da Permanência em Território Nacional, eTR, Combate à criminalidade relacionada com a imigração legal e tráfico de seres humanos, Qualificação e Formação, Cooperação e Relações Internacionais, Peritagem Documental



Mensagem do Director Nacional do SEF

O presente Relatório de Actividades reflecte a actuação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no decurso do ano de 2010. Num ano marcado por fortes constrangimentos financeiros, o SEF procurou desenvolver a sua actuação, em todas as vertentes, focalizada na eficiência e na eficácia. Como exemplo desta abordagem, pode referir-se a consolidação das designadas as operações de grande impacto (de entre as quais sobressai o trabalho desenvolvido no contexto da Cimeira NATO), consubstanciadas numa de actuação conjugada, com recursos trans-regionais, cujos resultados foram amplamente elogiados.

Por outro lado, foram dados passos consolidados para o desenvolvimento tecnológico em todas a área de actuação, sendo exemplo disso o SMILE e a expansão do SIGAP.

Saliento ainda a implementação pró-activa do Programa *SEF vai à Escola*, o qual concretiza a abordagem humanista das políticas nacionais de imigração e asilo, com impactos consideráveis ao nível da integração dos imigrantes, agilizando a regularização de menores estrangeiros no contexto do ensino básico.

Finalmente, deve sublinhar-se que os resultados alcançados em 2010 se devem, fundamentalmente, à competência, esforço e dedicação dos colaboradores desta Casa, a quem agradeço o trabalho prosseguido para a concretização da estratégia delineada.

De resto, é com orgulho que o Director Nacional observa as menções elogiosas que o pessoal do SEF mereceu por parte de diversas entidades idóneas, tais como o Conselho da União Europeia e o Provedor de Justiça, como referido no presente relatório.

Manuel Jarmela Palos

Página propositadamente deixada em branco

Índice

Mensagem do Director Nacional do SEF	1
Índice	3
Lista de Acrónimos	5
Enquadramento.....	9
I – Nota Introdutória	11
1. Breve Análise Conjuntural.....	11
2. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	15
2.1 Âmbito, missão, visão e valores	15
2.2 Estrutura Orgânica.....	16
2.3 Beneficiários do SEF e serviços prestados	17
3. Actividade do SEF	21
3.1 Imigração, Fronteiras e Asilo	21
3.2 Evolução Legislativa	22
4. Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo	24
II – Auto-avaliação	27
1. Auto-avaliação dos Objectivos QUAR	27
1.1 Resultados e Desvios	27
1.2 Qualidade dos Serviços Prestados pelo SEF	30
1.3 Avaliação do Sistema de Controlo Interno	35
1.4 Análise das causas de incumprimento de acções ou projectos não executados ou com resultados insuficientes	40
1.5 Boas práticas nacionais e internacionais	40
1.6 Audição de dirigentes e de chefias intermédias no processo de auto-avaliação.....	43
1.7 Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho	43
2. Informação adicional.....	46
2.1 Actividades desenvolvidas (previstas ou não) e resultados alcançados	46
2.2 Síntese Financeira 2010.....	53
2.3 Avaliação da afectação de recursos previstos	56
III – Balanço Social	59
IV – Avaliação Final.....	63
1. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados.....	63
2. Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da auto-avaliação, de acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro	65
3. Conclusões prospectivas	66

Página propositadamente deixada em branco

Lista de Acrónimos

ACI	Airports Council International
ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
ACNUR/UNHCR	Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados
ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho
ANA	ANA – Aeroportos de Portugal, SA.
ASQ	Airport Service Quality
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAF	<i>Common Assessment Framework</i>
CCAS	Conselho Coordenador da Avaliação e Serviços
CCPA	Centros de Cooperação Policial e Aduaneira
CIF	Carreira de Investigação e Fiscalização
CLAI	Centro Local de Apoio ao Imigrante
CNAI	Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
CPLP	Comunidades de Países de Língua Portuguesa
CPR	Conselho Português para os Refugiados
DCF	Direcção Central de Fronteiras
DCGA	Direcção Central de Gestão e Administração
DCI	Direcção Central de Informática
DCICPD	Direcção Central de Imigração, Controlo e Peritagem Documental
DCIPAI	Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise da Informação
DGAI	Direcção Geral da Administração Interna
DGFP	Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial
DGI	Direcção Geral dos Impostos
DGO	Direcção Geral do Orçamento
DN	Departamento de Nacionalidade
DO	Departamento de Operações
DPF	Departamento de Planeamento e Formação
DRA	Direcção Regional do Algarve
DRAç	Direcção Regional dos Açores
DRC	Direcção Regional do Centro
DRED	Departamento Regional de Emissão de Documentos
DRIF	Departamento Regional de Investigação e Fiscalização
DRLVTA	Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo
DRM	Direcção Regional da Madeira
DRN	Direcção Regional do Norte
EPSI	<i>European Performance Satisfaction Index</i>
eTR	Título de Residência Electrónico
EUROPOL	<i>European Union Law Enforcement Organisation</i>
FER	Fundo Europeu para os Refugiados
GAR	Gabinete de Asilo e Refugiados
GDCRP	Gabinete de Documentação, Comunicação e Relações Públicas
GI	Gabinete de Inspeção
GJ	Gabinete Jurídico
GNR	Guarda Nacional Republicana
GOP	Grandes Opções do Plano
GRIC	Gabinete de Relações Internacionais e Cooperação
ICAO	Organização Internacional de Aviação Civil
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
INE	Instituto Nacional de Estatística
INTERPOL	The International Criminal Police Organization
JRS	Serviço Jesuíta aos Refugiados

LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
NSIS	Sistema de Informação Schengen – Parte Nacional
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Orçamento de Estado
OIM/IOM	Organização Internacional para as Migrações
OIT/ILO	Organização Internacional do Trabalho
PA	Posto de Atendimento
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PASSE	Passagem Automática e Segura de Saídas e Entradas
PEP	Passaporte Electrónico Português
PF	Postos de Fronteira
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PJ	Polícia Judiciária
PM	Polícia Marítima
PMF	Postos Mistos de Fronteira
POPH	Plano Operacional do Potencial Humano
PSP	Polícia de Segurança Pública
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilidade
RADiR	Relatório das Actividades das Direcções Regionais
RAPID	Reconhecimento Automático de Passageiros Identificados Automaticamente
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
REM	Rede Europeia das Migrações
RIFA	Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo
RITE	Reporte de Informação Tática e Estratégica
SAPA	Sistema Automático de Agendamento
SCF	Sistema de Controlo de Fronteiras
SCI	Sistema de Controlo Interno
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGMAI	Secretaria-Geral do MAI
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SIBA	Sistema de Informação de Boletins de Alojamento
SIC	Sistema de Informação Contabilística
SIGAP	Sistema de Informação e Gestão Automatizada de Processos
SIGO	Sistema de Informação de Gestão Orçamental do Estado
SIPEP	Sistema de Informação do Passaporte Electrónico Português
SIRENE	<i>Supplementary Information Request at National Entry</i>
SIED	Sistema de Informações Estratégicas de Defesa
SIRP	Sistema de Informações da República Portuguesa
SIS	Sistema de Informação <i>Schengen</i>
SIS	Sistema de Informações de Segurança
SSI	Sistema de Segurança Interna
SRH	Sistema de Recursos Humanos
TAP	Transportes Aéreos Portugueses
UE	União Europeia
UHSA	Unidade Habitacional de Santo António
VIS	Sistema de Informação de Vistos

Ficha Técnica

O presente relatório de actividades foi elaborado pelo Departamento de Planeamento e Formação (Núcleo de Planeamento).

Coordenação

João Ataíde (Chefe do Departamento de Planeamento e Formação)

Pedro Dias (Chefe do Núcleo de Planeamento)

Assessoria Técnica:

Alexandra Ramos Bento (DPF/NP)

Ana Cristina Aguiar (DCGA/DGFP)

Apoio Técnico e Administrativo

Luís Azambuja Martins (DPF/NP)

Rui Machado (DPF/NP)

Carla Francisco (DPF)

Abril 2011

O DPF-NP agradece o apoio e colaboração prestada pela Direcção do SEF e por todas as unidades orgânicas do Serviço, sem a qual a elaboração deste documento não teria sido possível.

Contactos

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Av. do Casal de Cabanas,
Urbanização Cabanas Golf, N.º 1, Torre 3, Piso 2
2734-506 Barcarena, Oeiras

Telefone: 214 236 200 / 965 903 600
Fax: 214 236 640
E-Mail: sef@sef.pt
Sítio Internet: www.sef.pt

Página propositadamente deixada em branco

Enquadramento

O presente Relatório de Actividades, enquanto meio privilegiado de reporte da actividade desenvolvida pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), numa perspectiva gestionária, obedece ao requisitos enunciados pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro, e pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

A sua estrutura incorpora também o Balanço Social¹, facultando, desta forma, uma visão global do desempenho da organização.

Não obstante, não deve ignorar-se que a correcta percepção do impacto da actuação do Serviço no contexto das realidades migratórias, bem como da complexidade e sensibilidade da sua missão², pressupõe a leitura de outros documentos complementares, em particular o Relatório de Segurança Interna (RASI) e o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA).

O presente Relatório de Actividades está estruturado em quatro grandes capítulos. No primeiro é apresentada uma breve análise conjuntural da actividade, com menção das orientações gerais e específicas definidas. No segundo capítulo procede-se à auto-avaliação do SEF, evidenciando os resultados alcançados, face aos objectivos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilidade (QUAR). O Balanço Social é sintetizado no terceiro capítulo, apresentando a caracterização dos recursos humanos do SEF. No capítulo quarto procede-se à avaliação final do Serviço, com a apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados e apresentação de uma visão prospectiva da actuação do SEF para o ano de 2011.

Integram ainda este relatório os seguintes documentos: Caracterização do Sistema de Controlo Interno (Anexo 1), Fichas de Auto-avaliação (Anexo 2) e Balanço Social (Anexo 3)

¹ Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro

² Em especial no que se prende com a sua interacção com aspectos como a segurança interna, a integração de imigrantes, o combate ao terrorismo, o tráfico de pessoas e à imigração ilegal, a coesão social, os direitos humanos e a não discriminação, o envelhecimento populacional ou a ajuda ao desenvolvimento nos países de origem

Página propositadamente deixada em branco

I – Nota Introdutória

1. Breve Análise Conjuntural

Apresentam-se os aspectos mais relevantes que permitem a caracterização do ambiente externo, tendo em atenção peculiaridade do SEF como serviço de segurança com competência na área da investigação criminal e, em simultâneo, com competências administrativas nos domínios da entrada, permanência e afastamento de estrangeiros em território nacional.

1.1. Complexidade da realidade contemporânea e implicações para a segurança interna

As sociedades contemporâneas caracterizam-se por uma grande diversidade de fenómenos, alguns deles potenciadores de riscos e ameaças à Segurança Interna: globalização e mundialização das actividades económicas; intensificação das transacções internacionais e transfronteiriças; desenvolvimento tecnológico (potenciando a celeridade na troca de informações e na partilha de conhecimento); aumento da mobilidade das pessoas, bens e serviços; escassez de recursos naturais, degradação ambiental e catástrofes naturais; riscos para a saúde pública; contraste demográfico entre os países desenvolvidos (envelhecimento e crise dos sistemas sociais) e os países em desenvolvimento (explosão demográfica e pressão migratória); tendência de urbanização das sociedades (potencial indução do aumento do risco de vitimação por crime, da exclusão social, entre outros aspectos.

Por outro lado importa evidenciar os constrangimentos decorrentes da actual conjuntura económica e financeira mundial, bem como a instabilidade política vigente nalguns territórios próximos da União Europeia.

1.2. Densificação da Construção Europeia em matéria de Segurança, Liberdade e Justiça

A União Europeia tem vindo a consolidar a criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Para tal concorrem, entre outros, o desenvolvimento de uma política comum e de um quadro legal harmonizado de imigração e asilo e, mais concretamente, a supressão dos controlos nas fronteiras internas e o alargamento do Espaço Schengen, a maior coerência na gestão das fronteiras externas com a operacionalização da Agência Europeia FRONTEX, a promoção da cooperação e de um ambiente de confiança e interacção entre as diversas autoridades policíacas e judiciárias nacionais, e o desenvolvimento de mecanismos de combate ao terrorismo e à criminalidade organizada.

1.3. As políticas sectoriais de imigração e asilo, segurança interna e criminal

As grandes linhas de orientação política inscritas no Programa do XVIII Governo Constitucional e nas Grandes Opções do Plano 2010-2013 presidem ao desenvolvimento das estratégias de actuação prosseguidas pelo SEF. Neste quadro, o desenvolvimento estratégico do SEF, norteado pelas orientações dos referidos documentos, procura intensificar as acções sistemáticas de controlo nas áreas da fiscalização e do controlo de fronteira; o reforço da actuação junto do sistema de segurança interna; o aproveitamento das novas tecnologias, a integração de imigrantes e o aprofundamento dos programas especiais de protecção de pessoas particularmente vulneráveis (em particular as vítimas de tráfico de seres humanos, auxílio à imigração ilegal entre outros).

Assim, os eixos de actuação do SEF densificam as grandes orientações programáticas na execução das políticas de imigração e asilo, de segurança interna e criminal (figura 4).

Figura 4 – Enquadramento Político do SEF

POLÍTICAS	EIXOS DE ACTUAÇÃO
IMIGRAÇÃO E ASILO	Regulação dos fluxos migratórios
	Promoção da imigração legal
	Luta contra a imigração irregular
	Integração dos imigrantes ³
SEGURANÇA INTERNA	Sistema de Segurança Interna
	Controlo de fronteira
	Fiscalização da permanência e das actividades dos estrangeiros em território nacional
POLÍTICA CRIIMINAL⁴	Prevenção e investigação da criminalidade violenta, grave ou organizada relacionada com o fenómeno migratório ⁵
	Protecção de vítimas especialmente vulneráveis, em particular os imigrantes

1.4. Enquadramento económico-financeiro

Após a recessão que afectou as economias internacionais em 2009, o período em análise está indelevelmente marcado pelas conturbações dos mercados financeiros que têm conduzido a uma crise nos mercados das dívidas soberanas. Apesar de se estimar uma recuperação do crescimento do PIB em 2010 (+ 1,3%), a adopção de medidas anti-crise, o efeito dos estabilizadores automáticos nas contas públicas e a quebra das receitas do Estado, têm contribuído para que as estimativas relativas às grandes variáveis macroeconómicas apresentem valores que carecem de atenção pelas

³ A intervenção do SEF em termos de integração dos imigrantes refere-se à interligação do processo de integração com a gestão da imigração legal, nomeadamente na sua vertente documental, no combate à criminalidade direccionada aos imigrantes e no diálogo com os restantes intervenientes no processo migratório, na perspectiva da integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento.

⁴ A política criminal para o biénio 2009-2011, vertida na Lei n.º 38/2009, de 20 de Julho, inclui nas prioridades e orientações da política criminal, enquanto crimes de prevenção e investigação prioritárias, os ilícitos associados ao auxílio à imigração ilegal e do casamento de conveniência.

⁵ Auxílio à imigração ilegal e criminalidade conexa, tráfico de pessoas, casamentos de conveniência.

autoridades nacionais competentes, nomeadamente défice das contas das Administrações Públicas de 7,3%; dívida pública de 82,4% do PIB, taxa de desemprego de 10,6%⁶.

Deste modo, os objectivos definidos pelo Governo em matéria de política económica e orçamental afectam directa a actuação do SEF, obrigando a uma optimização da realização de despesa. Neste contexto, o SEF tem procurado o desenvolvimento de mecanismos de promoção da eficiência, nomeadamente o reforço tecnológico, embora ameaçado com as restrições de investimento de capital.

1.5. Enquadramento Jurídico

A orgânica, atribuições e competências do SEF encontram-se definidas na sua lei orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, bem como através do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de Outubro (Lei Orgânica do MAI).

Para além dos regimes jurídicos transversais à Administração Pública no que respeita à gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais⁷, atenta a autonomia administrativa de que goza o SEF, importa salientar ainda o seu corpo especial – dirigentes, carreira de investigação e fiscalização do SEF (CIF) e a carreira de vigilância e segurança (CVS) –, conforme o estatuto de pessoal publicado pelo Decreto-Lei n.º 290-A/2001, de 17 de Novembro⁸.

A actividade administrativa do SEF desenvolve-se, essencialmente, sob o enquadramento da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho (Lei de Imigração), Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto (Livre Circulação de cidadãos comunitários) e ainda pela Lei n.º 27/2008, de 30 de Junho (Lei de Asilo).

O SEF actua, também, no quadro da Lei Penal e Processual Penal, e das Leis n.º 38/2009, de 20 de Julho (Objectivos, Prioridades e Orientações da Política Criminal), n.º 53/2008, de 29 de Agosto (Lei de Segurança Interna, n.º 49/2008, de 27 de Agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal), e demais diplomas respeitantes ao Sistema de Segurança Interna, do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Sistema de Investigação Criminal e do Sistema de Protecção Civil.

⁶ A indicação do enquadramento económico-financeiro tem por fonte o Relatório relativo à proposta de Orçamento de Estado para 2011.

⁷ Entre outros diplomas, sublinham-se o regime de vínculos, carreiras e remunerações dos trabalhadores do Estado (Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro), o estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas (Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro), o regime da administração financeira do Estado (Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho), o sistema de controlo interno (Decreto-Lei n.º 166/98, de 25 de Junho), o Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro).

⁸ A revisão do estatuto de pessoal do SEF operada pela Lei n.º 92/2009, de 31 de Agosto, reconhece que a especificidade da CIF acarreta elevada complexidade, pelo que passou a ser exigível como habilitação académica necessária ao ingresso naquela carreira a licenciatura.

1.6. Caracterização da população estrangeira em território nacional

A caracterização da população estrangeira residente em Portugal, de cuja estrutura se evidencia a ascensão da imigração oriunda da América Latina (mais concretamente do Brasil), do leste da Europa (Ucrânia, Roménia, Moldávia) e dos PALOP, e o conseqüente reflexo nos resultados das acções de controlo da entrada e permanência de estrangeiros em território nacional (enquanto amostra das principais origens da pressão migratória), permite uma melhor orientação da actuação da Administração no que se refere às políticas direccionadas com os fenómenos migratórios⁹. Por outro lado, importa ainda salientar a sazonalidade dos fluxos turísticos em Portugal na prossecução das actividades de controlo de fronteira.

Em suma, a complexidade do mundo actual, as políticas comuns europeias de imigração, fronteiras e asilo, as prioridades políticas nas áreas de intervenção do SEF, o regime normativo vigente, bem como a estrutura populacional constituem os principais catalisadores dos desafios externos que o Serviço enfrenta.

Para uma caracterização mais aprofundada da envolvente externa do SEF, é ainda relevante a consulta do Relatório Anual de Segurança Interna e o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo relativos ao ano de 2010, bem como de estudos relevantes nestas áreas, tais como “A Organização das Políticas de Asilo e Imigração em Portugal” e “Relatório Anual de Política para a Rede Europeia das Migrações”¹⁰.

⁹ O reflexo da actividade de controlo e permanência de estrangeiros em Portugal pode ser avaliado segundo alguns indicadores, devidamente analisados, quantitativa e qualitativamente, no Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2010, enunciando-se a título de exemplo os seguintes: recusas de entrada, afastamentos (nas suas diversas formas), regresso voluntário, readmissões, contra-ordenações e ilícitos criminais associados aos fenómenos migratórios (auxílio à imigração ilegal, tráfico de pessoas, casamentos de conveniência, etc.).

¹⁰ Ambos os estudos foram efectuados no âmbito da Rede Europeia das Migrações, da qual o SEF é o Ponto de Contacto Nacional.

2. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

2.1 Âmbito, missão, visão e valores

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) é um serviço de segurança integrado no Ministério da Administração Interna (MAI) que, no quadro da política de segurança interna, tem por objectivos fundamentais assegurar o controlo das pessoas nas fronteiras, dos estrangeiros em território nacional, a prevenção e o combate à criminalidade relacionada com a imigração ilegal e tráfico de seres humanos¹¹, promover, coordenar e executar as medidas e acções relacionadas com estas actividades e com os movimentos migratórios¹², gerir os documentos de viagem de cidadãos nacionais e de identificação de estrangeiros e proceder à instrução dos processos de pedido de asilo (figura 1).

A nível internacional, o SEF assegura, por determinação do Governo, a representação do Estado Português nos grupos de trabalho da União Europeia¹³, bem como em organizações ou eventos internacionais relativos à sua área de actuação.

Figura 1 – SEF: Missão, Visão e Valores

MISSÃO	Assegurar o controlo das pessoas nas fronteiras, dos estrangeiros em território nacional, a prevenção e o combate à criminalidade relacionada com a imigração ilegal e tráfico de seres humanos, gerir os documentos de viagem e de identificação de estrangeiros e instruir os processos de pedido de asilo, na salvaguarda da segurança interna e dos direitos e liberdades individuais no contexto global da realidade migratória.	
	Um serviço de segurança próximo dos cidadãos, activo e eficaz na gestão dos fluxos migratórios e na construção do espaço alargado de liberdade, segurança e justiça	
VALORES	Proximidade com os cidadãos estrangeiros	Modernização e eficácia
	Salvaguarda do interesse público	Qualificação dos colaboradores

¹¹ Cf. Lei Orgânica do SEF, Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro (Artigo 1.º, n.º s 1 e 2); Lei Orgânica do MAI, do Decreto-Lei 203/2006, de 27 de Outubro (Artigo 7.º); QUAR para o SEF

¹² Entre outras actividades, destacam-se a prevenção e repressão da criminalidade relacionada com a imigração ilegal e o tráfico de pessoas; a investigação de crimes de auxílio à imigração ilegal, angariação de mão-de-obra ilegal e outros com eles conexos, nomeadamente o crime de tráfico de pessoas (sem prejuízo das atribuições de outras entidades); a instrução de processos administrativos de expulsão e execução dos respectivos afastamentos, bem como dos decorrentes de decisões judiciais de expulsão; a decisão de readmissões de estrangeiros; a instrução de processos de concessão do estatuto de igualdade; a decisão de aceitação da análise dos pedidos de asilo e instrução de processos de concessão do estatuto de refugiado; validação da estadia de estrangeiros em território nacional (concessão e prorrogação dos títulos adequados, prorrogação de vistos, emissão de pareceres relativamente a vistos consulares e reconhecimento do direito ao reagrupamento familiar e do estatuto de residente de longa duração).

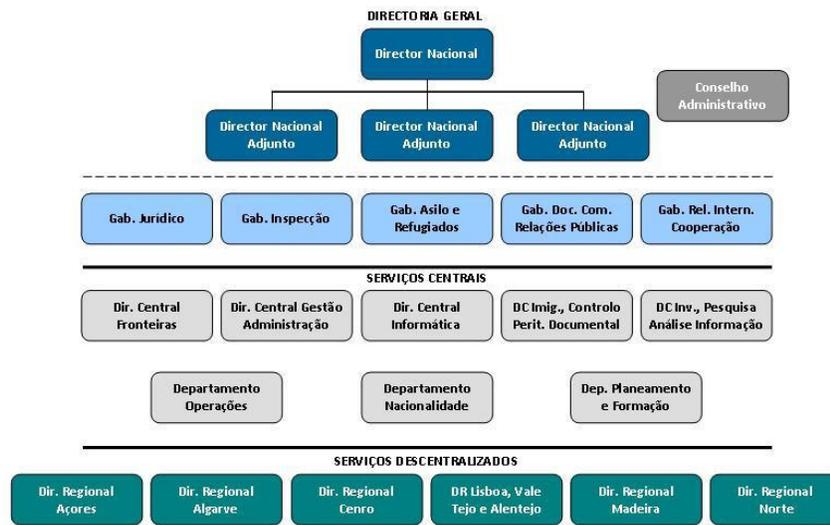
¹³ Nomeadamente o Comité Estratégico Imigração Fronteiras e Asilo (CEIFA), o Grupo Alto Nível de Asilo e Migração (GANAM), os Grupos Migração/Admissão, Fronteiras, Migração/Afastamento e Asilo.

2.2 Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica do SEF é hierarquizada verticalmente, sob dependência do Ministro da Administração Interna, com autonomia administrativa¹⁴.

O SEF compreende os seguintes órgãos e serviços (figura 2): Directoria Geral¹⁵, Conselho Administrativo, Serviços Centrais¹⁶ e Serviços Descentralizados¹⁷. Quanto à sua natureza, quer os Serviços Centrais, quer os Descentralizados integram Serviços Operacionais, que prosseguem directamente actividades de investigação e fiscalização – áreas de missão –, e Serviços de Apoio, que desenvolvem um conjunto de actividades de apoio àquelas – áreas de suporte.

Figura 2 – Estrutura Orgânica do SEF



O Conselho Administrativo constitui-se como órgão de natureza consultiva, com competência em sede de controlo interno, nomeadamente a fiscalização em matéria de gestão financeira e patrimonial do SEF.

¹⁴ O Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, define a estrutura orgânica do SEF, missão e demais atribuições.

¹⁵ A Directoria Geral compreende a Direcção Nacional (Director Nacional e Directores Nacionais Adjuntos) e os Gabinetes Jurídico (GJ), de Inspeção (GI), de Asilo e Refugiados (GAR), de Relações Internacionais e Cooperação (GRIC) e de Documentação, Comunicação e Relações Públicas (GDCRP).

¹⁶ Os Serviços Centrais são compostos pela Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise da Informação (DCIPAI), a Direcção Central de Imigração, Controlo e Peritagem Documental (DCICPD), a Direcção Central de Fronteiras (DCF), a Direcção Central de Gestão e Administração (DCGA), a Direcção Central de Informática (DCI), o Departamento de Planeamento e Formação (DPF), o Departamento de Nacionalidade (DN) e o Departamento de Operações (DO).

¹⁷ Os Serviços Descentralizados estão distribuídos pelo território nacional e compreendem as Direcções Regionais do Algarve (DRA), dos Açores (DRAç), do Centro (DRC), de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo (DRLVTA), da Madeira (DRM) e do Norte (DRN). Cada Direcção Regional tem diversas Delegações Regionais e um Departamento Regional de Investigação e Fiscalização (DRIF) e um Departamento Regional de Emissão de Documentos (DRED). Por outro lado, as Direcções Regionais tutelam ainda os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira e Postos de Fronteira das respectivas áreas de jurisdição.

2.3 Beneficiários do SEF e serviços prestados

2.3.1 Beneficiários do SEF

A actuação do SEF é dirigida a diversos públicos, designadamente Cidadãos, Órgãos de Soberania, Administração Pública, Outras Instituições Públicas e Privadas, Organismos Internacionais, os quais constituem as partes interessadas (*stakeholders*) do SEF (figura 5).

Figura 5 – Identificação dos beneficiários do SEF

Cidadãos	<ul style="list-style-type: none">• Cidadãos portugueses, nacionais de Estados-Membros da União Europeia e nacionais de países terceiros
Órgãos de Soberania	<ul style="list-style-type: none">• Assembleia da República• Governo (Primeiro Ministro, Ministério da Administração Interna e outros Ministérios, designadamente da Justiça e dos Negócios Estrangeiros)• Tribunais
Administração Pública	<ul style="list-style-type: none">• SSI e SIRP• Outras Forças e Serviços de Segurança (PSP, GNR, PJ, PM, etc.)• Outros Organismos (ACT, Seg. Social, DGI, INE, IEF, DGAI etc.)
Outras Instituições Públicas e Privadas	<ul style="list-style-type: none">• Provedoria de Justiça• Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural• Organizações nacionais que se dedicam à temática das migrações e asilo (CPR, Centros de Investigação, Associações de Imigrantes, etc.)
Organismos internacionais	<ul style="list-style-type: none">• Conselho da UE, Comissão Europeia e outros organismos da União• Conselho da Europa• Organização das Nações Unidas• Forças e serviços de segurança estrangeiros• Organizações Internacionais e outras entidades públicas ou privadas estrangeiras com intervenção nas temáticas das migrações e asilo (OIT, ICAO, OIM, JRS, etc.)

A estes beneficiários há ainda a acrescentar, enquanto partes interessadas, os colaboradores do SEF e fornecedores de bens e serviços.

Assim, a análise de *stakeholders*, ao sistematizar a informação sobre os intervenientes na organização (pessoas ou organizações), permite uma melhor adequação da actuação do SEF com vista ao sucesso das políticas de imigração e asilo, segurança interna e criminal (figura 6).

Figura 6 – Matriz de Stakeholders

		Nível Interesse	
		Baixo	Alto
Poder	Pouco	<i>Esforço mínimo</i> • Organismos internacionais • Fornecedores de Bens e Serviços	<i>Manter informado / estreitar colaboração</i> • Outras Instituições Públicas e Privadas • Associações de trabalhadores
	Muito	<i>Manter satisfeito</i> • Administração Pública	<i>Gerir em proximidade</i> • Cidadãos • Órgãos de Soberania • Unidades Orgânicas do SEF • Dirigentes e Colaboradores

A Grelha de Análise dos *Stakeholders* considera nove grandes grupos de beneficiários da actividade do SEF (figura 6), devendo o desenvolvimento estratégico do SEF considerar os seguintes pressupostos:

- *Stakeholders* de elevado interesse e elevado poder: intervenientes principais que se revestem como “elementos críticos” na actuação do SEF;
- *Stakeholders* de baixo interesse e elevado poder: intervenientes cujas prioridades não são as do SEF, mas que podem interferir com a actuação do Serviço;
- *Stakeholders* de elevado interesse mas como pouco poder: intervenientes cuja actuação deverá ser direccionada para a protecção dos seus interesses;
- *Stakeholders* de baixo interesse e com pouco poder: monitorização dos interesses e satisfação destes intervenientes.

2.3.2 Serviços prestados pelo SEF

Os serviços prestados pelo SEF foram agrupados em sete grandes áreas de negócio (figura 8), sem prejuízo da interacção e complementaridade entre aqueles. A par dos serviços prestados, o SEF desenvolve ainda um conjunto de serviços e actividades que concorrem, directa ou indirectamente, para a prestação das áreas de negócio estratégicas, nomeadamente ao nível instrumental e funcional, tais como a gestão e desenvolvimento aplicacional dos sistemas de informação, planeamento e gestão estratégica, gestão financeira, patrimonial e de recursos humanos, consultoria jurídica, comunicação institucional e organizacional e controlo interno (figura 7).

Figura 7 – Síntese dos serviços prestados pelo SEF

Áreas de Negócio	Principais Serviços Prestados
Controlo de Fronteiras	<ul style="list-style-type: none"> • Controlo da passagem de pessoas nas fronteiras; • Concessão de vistos nas fronteiras.
Controlo da permanência de estrangeiros em Portugal e gestão dos fluxos migratórios	<ul style="list-style-type: none"> • Emissão de pareceres sobre pedidos de vistos consulares; • Concessão e renovação de títulos de residência e prorrogação da permanência de estrangeiros; • Reconhecimento do direito ao reagrupamento familiar; • Emissão de parecer sobre os pedidos de aquisição de nacionalidade; • Tratamento da informação relacionada com os movimentos migratórios.
Fiscalização da permanência e actividades dos estrangeiros em Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização de estrangeiros em território nacional; • Instauração e decisão de processos de expulsão administrativa de estrangeiros; • Execução das decisões de afastamento de território nacional; • Aplicação dos acordos de Readmissão; • Instauração e decisão de processos de contra-ordenação.
Investigação criminal no domínio do auxílio à imigração ilegal, tráfico de seres humanos e crimes conexos	<ul style="list-style-type: none"> • Investigação criminal relativa a crimes de auxílio à imigração ilegal e outros crimes com eles conexos (falsificação de documentos, lenocínio, etc.), tráfico de pessoas, casamento de conveniência, angariação de mão-de-obra ilegal, violação de medida de interdição de entrada; • Registo e gestão da informação de natureza policial e criminal relativa a estrangeiros e nacionais (medidas cautelares), no âmbito das competências do Serviço; • Prestação de assessoria documental; • Gestão da componente nacional do Sistema de Informação Schengen (NSIS).
Gestão e peritagem documental	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão do Sistema de Informação do Passaporte Electrónico Português (SIPEP) e emissão dos passaportes; • Peritagem documental; • Emissão de documentos de viagem a favor de estrangeiros.
Asilo e protecção subsidiária	<ul style="list-style-type: none"> • Decisão sobre a aceitação de pedidos de asilo; • Instrução dos processos de concessão do estatuto de refugiado e de protecção subsidiária; • Determinação do Estado responsável pela análise do pedido e de transferência de candidatos entre Estados-Membros da União Europeia (Regulamento de Dublin); • Gestão do processo de acolhimento de refugiados no âmbito da reinstalação, em articulação com ACNUR e de recolocação de beneficiários de protecção internacional; • Concessão e renovação de documentos e de títulos de residência para requerentes de asilo, refugiados e beneficiários de protecção subsidiária.
Representação do Estado português e cooperação internacional	<ul style="list-style-type: none"> • Representação nos Grupos de Trabalho especializados no âmbito da União Europeia, do Conselho da Europa e de outras organizações internacionais relacionadas com as atribuições do Serviço; • Cooperação com serviços congéneres estrangeiros na área da imigração e asilo; • Colocação de Oficiais de Ligação junto das representações diplomáticas; • Participação nas acções da Agência Europeia FRONTEX.
Serviços de apoio transversais	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão e desenvolvimento aplicacional dos sistemas de informação; • Planeamento e gestão estratégica; • Gestão financeira, patrimonial e de recursos humanos • Controlo interno; • Consultoria jurídica; • Comunicação institucional e organizacional.

A desagregação dos serviços prestados por unidade orgânica permite visualizar o contributo de cada um destes, na perspectiva de uma melhor alocação de recursos para a execução da estratégia definida (figura 8).

Figura 8 – Prestação de serviços por unidade orgânica

Unidade Orgânica	Controlo de Fronteiras	Controlo da permanência	Fiscalização	Investigação criminal	Gestão e peritagem documental	Asilo e protecção subsidiária	Cooperação internacional	Serviços de apoio transversais
GAR						•	•	
GDCRP								•
GI								•
GJ								•
GRIC							•	
DCF	•		•				•	
DCGA								•
DCI					•			•
DCICPD					•		•	
DCIPAI				•			•	
DN		•						
DO		•						•
DPF							•	•
DIRECÇÕES REGIONAIS	•	•	•	•			•	•

3. Actividade do SEF

3.1 Imigração, Fronteiras e Asilo

A actuação operacional do SEF é amplamente escrutinada, designadamente nos Relatórios de Segurança Interna e de Imigração Fronteiras e Asilo. Atenta a natureza do presente relatório de actividades, opta-se pela sintetização de alguns indicadores da actividade que ilustram, quantitativamente, a actuação do Serviço (figura 9). A interpretação destes indicadores implica uma análise abrangente, designadamente no que concerne a orientações político-estratégicas relevantes, fluxos migratórios, bem como alterações legislativas, nacionais e comunitárias, ocorridas desde 2007¹⁸ na área da imigração e asilo.

Figura 9 – Alguns Indicadores de Actividade do SEF

	2008	2009	2010	Variação	
				2009-10	2008-10
Controlo de fronteiras					
Passageiros (Fronteiras Aéreas)	10 599 570	8 922 432	9 059 580	1,54%	-14,53%
Voos	82 865	68 633	68 066	-0,83%	-17,86%
Passageiros/Tripulantes (Front. Marítimas)	1 439 702	1 627 291	1 727 418	6,15%	19,98%
Embarcações	33 290	33 716	34 502	2,33%	3,64%
Controlo da Permanência					
Número de residentes*	440 277	451 678	461 743	2,23%	4,88%
Pedidos de AR*	47 102	39 351	50 822	29,15%	7,90%
Pedidos de Renovação de AR*	103 153	93 021	121 707	30,84%	17,99%
Prorrogações de permanência**	13 738	14 300	7047	-50,72%	-48,70%
Vistos sujeitos a parecer prévio**	11 690	8 529	11 411	33,79%	-2,39%
Vistos para Reagrupamento Familiar	3 338	2 558	1 441	-43,67%	-56,83%
Pareceres/Certidões Nacionalidade Emitidos	45 466	29 900	31 695	6,00%	-30,29%
Fiscalização da permanência e actividades dos estrangeiros em Portugal					
Açções de fiscalização					
Autónomas do SEF	5 670	6 570	6 786	3,29%	19,68%
Açções conjuntas	4 064	2 573	2 829	9,95%	-30,39%
Cidadãos identificados	271 087	230 034	346 520	50,64%	27,83%
Em situação ilegal	3 736	3 010	3 878	28,84%	3,80%
Afastamentos					
Notificações abandono voluntário	6 816	5 537	5 915	6,83%	-13,22%
Processos expulsão administrativa	1 965	1 995	2 700	35,34%	37,40%
Processos de condução à fronteira	120	189	169	-10,58%	40,83%
Afastamentos realizados	785	778	720	-7,57%	-8,28%
Retorno Voluntário	347	381		-100,00%	-100,00%
Readmissões (Activas e Passivas)	599	444	572	-15,38%	-44,25%
Processos de contra-ordenação					
Artigo 192.º	17 091	11 758	8 127	-30,88%	-52,45%
Artigo 198.º	1 342	1 072	1 132	5,60%	-15,65%

¹⁸ Ano de adopção da actual lei de imigração - Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

Figura 9 – Alguns Indicadores de Actividade do SEF (continuação)

Investigação criminal: auxílio à imigração ilegal, tráfico de seres humanos e crimes conexos					
Inquéritos distribuídos	369	363	403	11,02%	9,21%
Gestão e peritagem documental					
Fraude Documental	733	678	572	-15,63%	-21,96%
Asilo e protecção subsidiária					
Pedidos de asilo/estatuto de refugiado	161	139	160	15,11%	-0,62%
Representação do Estado português e cooperação internacional					
Participação em eventos internacionais	288	330	139	-57,88%	-51,74%
Operações Conjuntas FRONTEX com participação do SEF	10	12	5	-58,33%	-50,00%

* Valores provisórios (fonte: SEFSTAT)

** Os valores de 2010 representam uma quebra de série, atenta a alteração da fonte. Nos anos anteriores a fonte utilizada foi o sistema RADiR, passando a ser utilizada para 2010 os sistemas SIEV e SNV.

3.2 Evolução Legislativa

Embora no ano em análise há que assinalar a adopção de dois documentos fundamentais no domínio das políticas de imigração e asilo, segurança interna e criminal:

- II Plano para a Integração dos Imigrantes (PII 2010-2013) (RCM n.º 74/2010, de 17 de Setembro);
- II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (PNTSH 2011-2013) (RCM n.º 94/2010, de 29 de Novembro).

Em termos da actividade desenvolvida em sede de controlo de fronteira, em 2010 foram criadas as tarifas da autoridade de controlo de circulação de pessoas nas fronteiras no Regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente (Decreto-Lei n.º 129/2010, de 7 de Dezembro), bem como a respectiva tabela de taxas (Portaria n.º 1285/2010, de 17 de Dezembro). Dá-se ainda nota da publicação do Decreto-Lei n.º 55/2010, de 31 de Maio, relativo aos aeródromos civis nacionais¹⁹.

Ainda no que se refere ao controlo de fronteira, deve referir-se a reposição do controlo documental em todas as fronteiras portuguesas, por ocasião da Cimeira NATO 2010, entre 16 e 20 de Novembro de 2010 (RCM n.º 86/2010, de 10 de Novembro).

No que se prende com a admissão de imigrantes foi definido o contingente global indicativo da concessão de vistos de residência para a admissão em território nacional de cidadãos estrangeiros para o exercício de uma actividade profissional subordinada (RCM n.º 21/2010, de 26 de Março).

¹⁹ Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de Maio, que fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais, estabelece os requisitos operacionais, administrativos, de segurança e de facilitação a aplicar nessas infra-estruturas e procede à classificação operacional dos aeródromos civis nacionais para efeitos de ordenamento aeroportuário.

Nota ainda para a prorrogação, até 18 de Julho de 2011, do Programa «Integração profissional de médicos imigrantes» (PIPMI), através da Portaria n.º 674/2010, de 11 de Agosto.

Neste ano foi, também, publicado um acervo de portarias referentes aos regulamentos de financiamento e assistência técnica relativos aos Fundos Europeus no âmbito do Programa de Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios (Fronteiras Externas, Integração de Nacionais de Países Terceiros, Regresso, Refugiados), bem como algumas alterações e aperfeiçoamentos decorrentes da aplicação da legislação comunitária²⁰.

Ao nível da organização do SEF, em 2010 foi republicado o Regulamento de colocações do pessoal da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, através do Despacho Normativo n.º 26/2010, de 4 de Novembro, do Gabinete da Secretária de Estado da Administração Interna.

Merece ainda destaque a publicação do Decreto-Lei n.º 84/2010, de 14 de Julho, o qual define as normas de funcionamento do Secretariado Permanente do Gabinete Coordenador de Segurança, no qual o SEF se faz representar com um oficial de ligação.

A produção legislativa nas áreas conexas com a imigração é objecto do devido enfoque no Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2010.

²⁰ Portarias n.ºs 912/2010, 913/2010, 915/2010, de 16 de Setembro e Portaria n.º 1042/2010, de 8 de Outubro; Portarias n.ºs 270/2010, 271/2010, 272/2010 e 273/2010, todas de 18/05/2010, alteradas pelas Portarias n.ºs 914/2010, 916/2010, 917/2010 e 918/2010, de 16 de Setembro

4. Orientações gerais e específicas prosseguidas pelo organismo

Os vectores estratégicos, e respectivas áreas de intervenção, que norteiam a actuação do SEF decorrem das políticas de imigração e asilo, segurança interna e criminal (figura 10).

Figura 10 – Vectores Estratégicos do SEF e áreas de intervenção

Vectores	Áreas de Intervenção	
Expansão da Vertente Operacional	Controlo de fronteira	Controlo e segurança nas fronteiras externas (qualificação profissional, tratamento e análise de informação, recurso às tecnologias: RAPID, PASSE, etc.)
	Fiscalização	Fiscalização da permanência e das actividades dos estrangeiros em território nacional
	Investigação Criminal	Combate à imigração ilegal, ao tráfico de seres humanos e emprego clandestino
	Cooperação Policial e Controlo de Fluxos Migratórios	Partilha e troca de informação
		Gestão dos CCPAs
		Tratamento de informação estratégica sobre fluxos migratórios irregulares
Asilo e Refugiados	Oficiais de ligação de imigração em países de origem	
Modernização Estrutural e da Produtividade	Desenvolvimento da plataforma tecnológica do SEF	Concessão do estatuto de refugiado e de autorização de residência por razões humanitárias
	Melhoria das condições de atendimento ao público e expansão da vertente documental	RAPID, PASSE, SMILE, SIBA, SAPA, eTR, SEFSTAT, SIGAP, Sistema de Informação Inteligente ao Cidadão e o novo SISEF, entre outros
		Simplificação de procedimentos e desburocratização
		Promoção da eficiência e qualidade nos serviços prestados
		Racionalização de meios e recursos
		Centro de Contacto do SEF
Sistema de agendamento on-line		
Reforço das Relações Internacionais	Acompanhamento da política comum de imigração e asilo (UE)	Expansão do SIGAP
	Participação de peritos do SEF em iniciativas a nível internacional (extra UE)	SEF em Movimento (Associações, DGSP, Ministério Educação)
	Agência Europeia FRONTEX	Asilo Fronteiras Migrações
	Cooperação com os países da CPLP	Documentação de Segurança Tráfico de Seres Humanos Cooperação Policial
Qualificação dos Recursos Humanos	Plano de formação	Participação nas operações de controlo dos fluxos migratórios e da fronteira comum da União Europeia e demais actividades
		Formação
		Assessoria técnica
		Técnico-operacional
		Informática (utilizador/profissional)
		Comportamental
	Formação de formadores	Organizacional e administração (qualidade e RH)
	Educação física	Línguas estrangeiras
Formação Externa	Gestão Pública	
Gestão e Administração de Recursos Humanos	Formação de Formadores	

Deste modo e em síntese, a actuação do SEF prossegue uma abordagem global e integrada da realidade imigratória, sem descuidar os interesses relevantes subjacentes à segurança.

Assim, em sede de SIADAP, foi definido um conjunto de objectivos estratégicos (OE) referentes ao Quadro de Avaliação (figura 11).

Figura 11 – Objectivos Estratégicos do SEF (QUAR)

OE 1.	Fomentar a política de aproximação aos cidadãos através da melhoria das condições de atendimento;
OE 2.	Reforçar a segurança nacional através da melhoria do controlo e segurança nas fronteiras
OE 3.	Melhorar a prevenção e o combate à imigração ilegal e tráfico de seres humanos
OE 4.	Modernizar os procedimentos de emissão documental através da melhoria da sua qualidade
OE 5.	Melhorar a qualidade da informação estatística sobre a população estrangeira
OE 6.	Assegurar, no contexto da política comum de imigração e asilo da UE e da restante actuação internacional do Serviço, a representação nacional e a defesa dos interesses de Portugal no exterior

A concretização destes objectivos estratégicos pressupõe a definição de um conjunto de objectivos operacionais anuais (figura 12).

Figura 12 – Objectivos Operacionais Anuais do SEF para 2009

OA 1.	Aumentar o controlo automático de fronteiras nos Aeroportos Internacionais em 5% face ao ano anterior. (Eficácia)
OA 2.	Reduzir o prazo de decisão do pedido de concessão de autorização de residência relativamente ao prazo verificado no ano transacto. (Eficácia)
OA 3.	Aumentar o n.º de identificados pelo SEF no âmbito de acções de fiscalização e investigação. (Eficiência)
OA 4.	Aumentar o número de operações de carácter pluriregional, em que participam pelo menos três departamentos do SEF. (Eficiência)
OA 5.	Participar no controlo de fronteira externa da EU através das Operações Conjuntas organizadas pela FRONTEX (Qualidade)

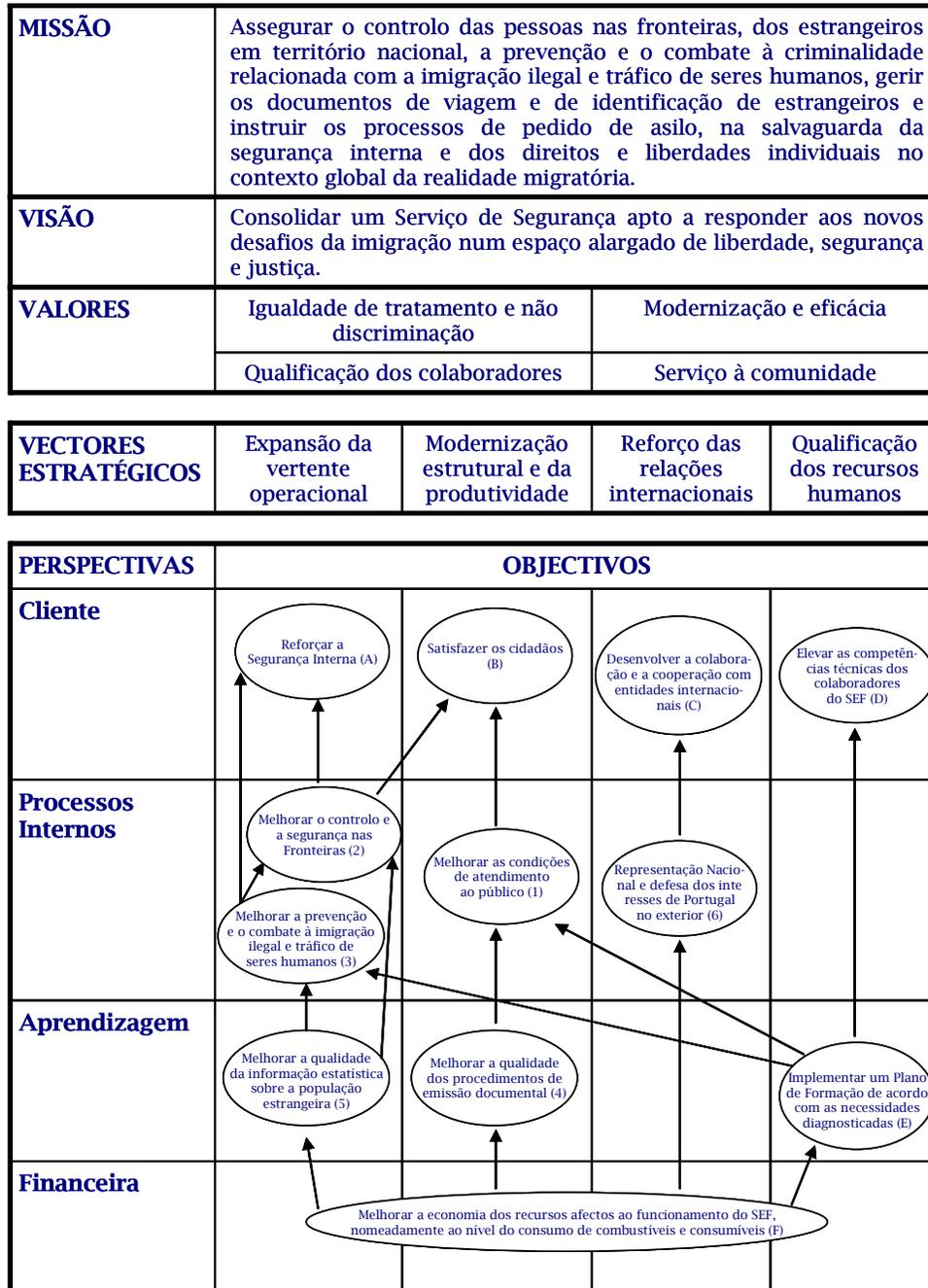
O contributo de cada um dos objectivos anuais para a concretização dos objectivos estratégicos é relevado na figura 13.

Figura 13 – Relação entre os objectivos estratégicos (OE) e os anuais (OA)

	OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6
OA 1.	10%	80%			45%	
OA 2.	90%			100%	40%	
OA 3.			50%		15%	
OA 4.			50%			
OA 5.						100%

O mapa estratégico²¹ do SEF permite visualizar as estratégias prosseguidas pela organização nas suas diferentes vertentes (Figura 14).

Figura 14 – Mapa Estratégico do SEF



²¹ Seguindo a metodologia *Balanced Scorecard*, os objectivos estratégicos plurianuais definidos em sede de QUAR foram adequados para garantir a coerência e integridade dos mesmos, bem como se procedeu à introdução de objectivos extra QUAR (qualificação dos recursos humanos e promoção da boa gestão dos recursos financeiros)

II – Auto-avaliação

1. Auto-avaliação dos Objectivos QUAR

1.1 Resultados e Desvios

Os objectivos QUAR contratualizados para 2010²² atenderam às linhas orientadoras previstas nas Grandes Opções do Plano e demais instrumentos político-estratégicos relativos às políticas de imigração e asilo, segurança interna e criminal, bem como de modernização e renovação tecnológica da Administração Pública.

O SEF deu cumprimento escrupuloso aos critérios atinentes à monitorização intercalar (no final do primeiro semestre, no terceiro semestre e *follow up* mensal até ao final do ano).

O QUAR do SEF para 2010 foi aprovado por Despacho de 01/03/2010 do Secretário de Estado da Protecção Civil, por delegação de competências (Despacho n.º 1715/2010, de 15 de Janeiro, do Ministro da Administração Interna²³).

No decurso do processo de monitorização e no quadro das medidas de consolidação orçamental adoptadas em razão da crise económica e financeira, bem como de reorientações estratégicas adoptadas, houve necessidade de proceder à revisão dos objectivos inicialmente contratualizados, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 8.º e nos n.º 2 e 4.º do artigo 10.º da Lei do SIADAP. Neste sentido, procedeu-se a uma revisão das metas, atendendo também às especificações técnicas contidas no Documento Técnico n.º 1/2010, de 4 de Março de 2010, do Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços (Rede GPEARI).

A proposta de revisão das metas relativas aos objectivos 4 e 5 mereceu despacho concordante da Tutela, de 04/11/2010, sendo esta a versão do QUAR para 2010 que será objecto de avaliação (figura 15).

²² Os objectivos definidos no âmbito do QUAR resultaram da audição dos dirigentes na Reunião Anual de Dirigentes, os quais ratificaram os mesmos.

²³ Delegação das competências em matéria de SIADAP.

Figura 15 – Resultados apurados relativos aos objectivos QUAR 2010

Objectivos Operacionais	Indicadores de Desempenho	Meta	Resultados 2010
OA1. Aumentar o controlo automático de fronteira nos Postos de Fronteira Internacionais (Fonte de verificação: Sistema de Controlo de Passageiros PASSE/RAPID/DCI)	Taxa de passageiros UE/EEE controlados através do RAPID (Eficácia; 50%)	25%	26,98% SUPERADO
OA2. Reduzir o prazo de decisão do pedido de concessão de autorização de residência relativamente ao prazo verificado no ano transacto (Fonte de verificação: Apuramento junto das Direcções Regionais/SIGAP/SEFSTAT)	Prazo de decisão do pedido de concessão de autorização de residência (dias) (Eficácia; 50%)	15	10,42 SUPERADO
OA3. Aumentar o n.º de identificados pelo SEF no âmbito de acções de fiscalização e investigação (5%) (Fonte de verificação: Sistema de Recolha de Informação Estatística/DPF-RADiR)	N.º de pessoas identificadas. (Eficiência; 50%)	253.880	346.520 SUPERADO
OA4. Aumentar o número de operações de carácter pluriregional, em que participam pelo menos três departamentos do SEF (40%) (Fonte de verificação: Contabilização Operações)	N.º total de operações (OGI). (Eficiência; 50%)	[13-15] (meta revista – a meta inicial era de 11 OGI)	15 ATINGIDO
OA5. Participar no controlo de fronteira externa da UE através das Operações Conjuntas organizadas pela FRONTEX (Fonte de verificação: contabilização das participações/DCF)	N.º de participações em Operações Conjuntas organizadas pela FRONTEX (Qualidade; 100%)	[4, 5] (meta revista – a meta inicial era de 12 Operações FRONTEX)	5 ATINGIDO

Avaliação individual dos resultados relativos aos objectivos QUAR 2010

Para a avaliação individual dos resultados relativos a cada objectivo anual inscrito no QUAR 2010, procede-se a uma análise gráfica do propósito de cada objectivo, pontos fortes e pontos fracos (figuras 16 a 20). Relativamente aos objectivos em que as metas foram revistas, são também apresentadas as pertinentes observações.

Figura 16 – Avaliação QUAR 2010: Objectivo 1

Objectivo 1: Aumentar o controlo automático de fronteira nos postos de fronteira internacionais	
Propósito	Avaliar o nível de utilização do sistema RAPID pelos passageiros nacionais de Estados Parte do Acordo de Schengen, titulares de passaporte electrónico, sujeitos a controlo de fronteira externa aérea.
Pontos Fortes	Simplicidade e notoriedade do Sistema; Instalado em todas as fronteiras aéreas e na principal fronteira marítima do país; Apoio à utilização por elementos do SEF e da ANA; Atribuição do Prémio Inovação da edição SEGUREX 2009; Atribuição do Prémio "Aeroporto de Lisboa" (contribuição do RAPID para a melhoria de qualidade e reforço da segurança no controlo de fronteira); Promoção nacional e internacional desta solução portuguesa, posteriormente adoptada pelo Reino Unido (<i>e-Borders</i>) e a Finlândia (<i>Automated Border Control</i>);
Pontos Fracos	Registados alguns constrangimentos em sede de manutenção, sem comprometer os resultados alcançados

Figura 17 – Avaliação QUAR 2010: Objectivo 2

Objectivo 2: Reduzir o prazo de decisão do pedido de concessão de autorização de residência relativamente ao prazo verificado no ano transacto	
Propósito	Avaliar a eficiência na instrução dos pedidos de concessão de autorização de residência, potenciando a o sistema SIGAP e concretizando a política de aproximação aos cidadãos empreendida pelo SEF.
Pontos Fortes	Simplificação de circuitos administrativos: no maior posto de atendimento do SEF (sede da DRLVTA) foi reajustada a disposição dos quiosques do <i>workflow</i> de forma a eliminar uma fase no processo de atendimento. No início do ano, o atendimento compreendia as seguintes três fases: mediação (contacto com o mediador cultural e preparação da documentação); recolha de elementos biométricos; análise processual e digitalização da documentação. Assim, o processo de atendimento passou a compreender apenas duas fases (mediação; recolha biométrica, análise documental e digitalização em simultâneo), o que permitiu uma melhor alocação dos meios humanos e materiais e a desburocratização. Por outro lado, de modo a conferir maior celeridade nos tempos de despacho, nomeadamente com os Postos de Atendimento Desconcentrados e Delegações Regionais, foi adoptado um procedimento de troca de Informações e prolação dos respectivos despachos baseado na utilização intensiva do correio electrónico. Deste modo, obviou-se a remessa em papel dos processos para a DRLVTA, reduzindo custos, eliminando procedimentos de gestão documental e minimizando os tempos de decisão. Contribuição dos mediadores culturais na percepção das necessidades dos utentes Alargamento da implementação do SIGAP a seis postos de atendimento.
Pontos Fracos	Não implementação do SIGAP em todos os postos de atendimento.

Figura 18 – Avaliação QUAR 2010: Objectivo 3

Objectivo 3: Aumentar o n.º de identificados pelo SEF no âmbito de acções de fiscalização e investigação (5%)	
Propósito	Aferir os resultados das acções de fiscalização empreendidas pelo SEF, no quadro das suas competências no controlo da permanência de cidadãos estrangeiros e na prevenção da imigração ilegal e combate à criminalidade associada aos fenómenos migratórios.
Pontos Fortes	Reforço da produção de informação sobre os fenómenos migratórios (estatística, análise de informação prospectiva e operacional) Actuação focalizada perante objectivos/alvos concretos, como é exemplo a realização de OGI; Resposta a grandes eventos com relevância para a segurança interna (Visita Papal e Cimeira NATO 2010); Cooperação e articulação com outras forças e serviços de segurança nacionais e estrangeiros; Qualificação dos colaboradores em matérias de imigração e asilo, documentação de segurança.
Pontos Fracos	Parque automóvel desactualizado e escassez de recursos humanos

Figura 19 – Avaliação QUAR 2010: Objectivo 4

Objectivo 4: Aumentar o número de operações de carácter pluriregional, em que participam pelo menos três departamentos do SEF (40%)	
Propósito	Consolidar uma metodologia de actuação operacional de impacto alargado, focalizada nos fenómenos a fiscalizar. O conceito de OGI está inscrito no próprio objectivo formulado: cariz pluriregional e participação de diversas unidades orgânicas do SEF, em número mínimo de três.
Pontos Fortes	Resultados alcançados no combate à criminalidade associada à imigração ilegal e tráfico de pessoas; Consolidação da metodologia e melhoria contínua na actuação das unidades orgânicas; Reforço da produção de informação sobre os fenómenos migratórios (estatística, análise de informação prospectiva e operacional); Resposta a eventos de segurança interna de relevo, nomeadamente a Visita Papal e a Cimeira NATO; Cooperação e articulação com outras forças e serviços de segurança nacionais e estrangeiros.
Pontos Fracos	Parque automóvel desactualizado e escassez de recursos humanos
Observações	A meta inicialmente estabelecida para o presente objectivo era de 7 OGI. Os resultados alcançados no primeiro semestre, bem como a opção estratégica de reforço deste tipo de actuação na prevenção e combate ao auxílio à imigração ilegal, exploração de trabalho ilegal e tráfico de seres humanos, levou à revisão da meta para [14, 15] OGI.

Figura 20 – Avaliação QUAR 2010: Objectivo 5

Objectivo 5: Participar no controlo de fronteira externa da UE através de operações conjuntas organizadas pela FRONTEX	
Propósito	Aferir os resultados da actuação internacional do SEF, no caso no contexto das acções promovidas pela Agência Europeia FRONTEX na fiscalização das fronteiras externas comuns da União.
Pontos Fortes	Notoriedade do SEF junto ao nível da União e dos seus Estados Membros; Reforço do papel do SEF no âmbito das actividades promovidas por desta Agência Europeia; Presença de oficiais de imigração junto da FRONTEX; Qualificação de Peritos de imigração do SEF que integram as equipas RABIT (<i>Rapid Border Intervention Teams</i>), da Agência Frontex Qualificação dos colaboradores em matérias de imigração, fronteiras, asilo e documentação de segurança; Resultados positivos da Avaliação Schengen a Portugal no que refere ao cumprimento das regras de controlo de fronteira.
Pontos Fracos	Restrições financeiras limitaram fortemente a participação nacional.
Observações	A meta inicialmente estabelecida consistia na participação em 12 Operações FRONTEX. No contexto das restrições financeiras que se assistiu em 2010, houve necessidade de rever a meta para [4, 5] Operações, ponderando critérios de oportunidade e grau de ameaça em matéria de cooperação policial.

1.2 Qualidade dos Serviços Prestados pelo SEF

A avaliação da qualidade dos serviços prestados procura aferir o nível de satisfação dos utentes, incidindo em duas vertentes de análise: a avaliação dos serviços de atendimento ao público e a avaliação da eficiência, eficácia e legalidade.

Nos anos mais recentes a qualidade dos serviços prestados pelo SEF tem constituído uma prioridade, em particular no que se refere à aproximação aos cidadãos, através de um serviço de atendimento ao público mais dinâmico, moderno e eficiente.

Relativamente à intervenção de índole policial, e ressalvadas as especificidades inerentes à sua natureza, não é conhecida informação sobre actuações condenáveis ou más práticas do Serviço ou de seus funcionários, por parte dos organismos de controlo ou escrutínio (político, judicial, administrativo e, mesmo, social)²⁴.

Avaliação dos serviços de atendimento ao público

A avaliação dos serviços de atendimento ao público do SEF em 2010 tem por pressupostos a utilização de um conjunto de indicadores: menções dos beneficiários e análise das reclamações ao Serviço.

²⁴ Designadamente Assembleia da República, Governo, Tribunais, Inspeção-Geral da Administração Interna, Provedoria de Justiça, organizações de salvaguarda dos direitos dos cidadãos, media.

Quanto aos agradecimentos e menções elogiosas, são indicados alguns dos mais relevantes, permitindo uma percepção da abrangência da actividade do SEF e da qualidade dos serviços prestados (figura 21).

Figura 21 – Agradecimentos e menções elogiosas

Entidade	Âmbito
Secretária de Estado da Administração Interna	Colaboradores do SEF no âmbito da Cimeira NATO 2010
EUROSTAT	Reunião do EUROSTAT sobre estatísticas de autorizações de residência, promovida em Lisboa pelo SEF
Provedoria de Justiça	Regularização de cidadãos
Segurança Social	Participação em Operação de Fiscalização – Delegação de Setúbal
PSP	Participação em Operação Policial – Delegação de Setúbal
DGAI/MAI	Colaboração na Missão de Avaliação Schengen em matéria de cooperação policial
	Colaboração em visita do Gabinete de Apoio à Mulher e Criança Vítimas de Violência, da Polícia da República de Moçambique
CLAII (Moita - Fonte da Prata)	Colaboração com Delegação de Setúbal
Câmara Municipal de Palmela	Congratulação pelo projecto SEFSTAT
Associação Juvenil Nasce e Renasce	SEF em Movimento
Embaixada da Venezuela	Regularização de cidadãos
Fundação Francisco Manuel dos Santos – PORDATA	Contributo do SEF enquanto instituição produtora de estatísticas certificadas e legítimas
Association for Integration and Migration (www.uprchlici.cz)	Partilha de conhecimento e de práticas
AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas	Prestação de informação estatística

A utilização das reclamações efectuadas enquanto indicador da qualidade dos serviços prestados carece de uma análise cautelosa, atenta a sua natureza aleatória e casuística, bem como as características intrínsecas a um serviço de segurança. No entanto, uma efectiva análise permite evidenciar aspectos úteis para a minimização do erro e promoção de uma cultura de melhoria contínua da qualidade dos serviços.

Em 2010 foram registadas 219 reclamações (figura 22), significando um ligeiro crescimento da utilização deste mecanismo de auscultação dos utentes (+1,86%). Atenta a natureza dos serviços prestados e o número de utentes do SEF, o valor global das reclamações é pouco significativo (a título de exemplo, refiram-se as 18 reclamações em controlo de fronteira, para um universo de 10 786 998 pessoas controladas em fronteiras aéreas e marítimas; ou os 375 335 atendimentos efectuados pelo Centro de Contacto do SEF).

Figura 22 – Motivos das Reclamações

Motivos	2007	2008	2009	2010	Variação (2009-10)	Variação (2007-10)
Atendimento	153	82	111	122	9,91%	-20,26%
Agradecimento	3	3	4	5	25,00%	66,67%
Atraso entrega documentos	35	32	8	13	62,50%	-62,86%
Erro SEF	5	12	22	20	-9,09%	300,00%
Queixa contra funcionários	17	3	8	18	125,00%	5,88%
Controlo nas fronteiras	39	22	28	15	-46,43%	-61,54%
Outros	36	33	34	26	-23,53%	-27,78%
Centro de Contacto	70	198	0	0	-	-100,00%
Total	358	385	215	219	-	-38,83%
Variação (anual)		7,54%	-44,16%	1,86%	-	-

O acréscimo mais significativo verificado em 2010 foi o das queixas contra funcionários (de 8 para 18), em particular no que concerne à urbanidade. Os instrumentos de monitorização utilizados indicam que as queixas são relativas à conduta no trato (rispidez), as quais são devidamente enquadradas e objecto de reflexão interna, atendendo, no entanto, à natureza e condicionantes próprias de um serviço de segurança. De salientar que nenhuma das queixas se revelou passível de procedimento disciplinar.

A repartição das reclamações por unidade orgânica (figura 23) não revela grande disparidade, atentas as respectivas características orgânicas (dimensão e jurisdição).

Figura 23 – Reclamações por Unidade Orgânica

Unidades Orgânicas	2007	2008	2009	2010	Variação (2009-10)	Variação (2007-10)
DRLVTA	216	123	111	130	30,00%	-39,81%
DRN	83	193	49	26	-46,94%	-68,67%
DRC	11	11	8	15	15,38%	36,36%
DCF	38	20	22	16	-40,74%	-57,89%
GDCRP	1	1	8	0	-	-100,00%
DRM	2	10	28	0	-100,00%	-100,00%
DRA	7	26	34	32	68,42%	357,14%
DRAç	0	1	0	0	-100,00%	-
Total	358	385	215	219	-	-38,83%
Variação (anual)		7,54%	-44,16%	1,86%	-	-

Constata-se, assim, que nos últimos anos se tem verificado uma redução muito acentuada do número de reclamações sobre a actuação do SEF, em particular se considerarmos o enorme universo de pessoas atendidas pelo Serviço, quer na passagem das fronteiras, quer dentro de território nacional.

Pelo exposto, existem fundadas razões para crer que o SEF teve, em termos globais, um acréscimo na satisfação dos utentes, considerando a avaliação dos serviços de atendimento e as menções elogiosas aos serviços prestados.

Avaliação da eficiência, eficácia e legalidade

No ano em análise, Portugal foi objecto de avaliação sobre a aplicação do Acervo Schengen – Avaliação Schengen. Esta avaliação, levada a cabo pelo Grupo de Trabalho Avaliação Schengen do Conselho da UE (composto por representantes da Comissão Europeia, Secretariado Geral do Conselho e dos demais Estados Membros da União), contou com a coordenação nacional da DGAI. A avaliação Schengen revelou-se globalmente muito positiva no que refere à actividade de controlo de fronteiras empreendida pelo SEF²⁵.

Efectivamente, os resultados da avaliação explicitaram que o controlo de fronteira²⁶ em Portugal segue as principais recomendações do Catálogo de Schengen e que os procedimentos estão em conformidade com as respectivas disposições. No relatório preliminar da avaliação, ora disponível, são identificadas algumas boas práticas, sendo concretamente reconhecida a cooperação internacional com os países vizinhos de Schengen, a rede de oficiais de ligação de imigração, bem como a participação activa na FRONTEX. Foi ainda apreciada a estrutura centralizada e clara do SEF, a abertura geral e flexibilidade no que respeita à implementação de novas tecnologias, bem como a disponibilidade e profissionalismo e motivação dos seus funcionários.

Em 2010 os Centros de Instalação Temporária (e instalações equiparadas) foram objecto de uma acção inspectiva ordinária desenvolvida pela IGAI (Processo n.º PI-03/2010, Relatório n.º 51/2010). Esta acção inspectiva foi focalizada nos CIT dos aeroportos de Lisboa, Faro e Porto, bem como na Unidade Habitacional de Santo António (Porto), incidindo sobre as instalações, vigilância, segurança, incidentes, aspectos críticos e formalismos legais.

As principais conclusões permitem reconhecer a qualidade dos CIT, bem como a salvaguarda dos direitos dos cidadãos estrangeiros:

“Em síntese, convém salientar que, à semelhança do que ao longo do presente relatório foi referenciado, ambos os tipos de instalações aqui apreciadas (instalações equiparadas a CIT – aeroportos e CIT da UHSA), constituem-se como espaços de acolhimento, globalmente considerados, com muito boas condições de habitabilidade, e onde os direitos dos cidadãos são escrupulosamente observados” (pág. 62 do Relatório n.º 51/2010).

²⁵ *Draft report air borders Portugal; doc. 6032/11 SCHEVAL 13 FRONT 12 COMIX 68 RESTREINT*

²⁶ Numa perspectiva que inclui também a análise de risco, inteligência e investigação.

De facto, é reconhecido que as medidas de segurança adoptadas se reputam, genericamente, como as mais adequadas no sentido de evitar incidentes no interior das instalações. No entanto, foram identificados alguns aspectos críticos de segurança física a corrigir, designadamente locais passíveis de utilização para suspensão, isto é, utilizáveis para eventuais tentativas de suicídio.

É igualmente notado o cumprimento escrupuloso dos formalismos legais relativos aos direitos e deveres, sendo passível, ainda a uniformização de alguns modelos documentais.

No relatório é, ainda, dado particular destaque aos procedimentos de revista de segurança prévia à instalação dos cidadãos, em particular no que refere ao “rigor e profissionalismo merecedores de realce” na salvaguarda da segurança dos centros e dos bens dos utentes.

Assim, as principais recomendações incidem na reparação de algumas deficiências ao nível das estruturas, proceder à eliminação de pontos de suspensão, bem como promover a uniformização de procedimentos e modelos documentais.

De destacar que o relatório reconhece algumas boas práticas à actuação do SEF no domínio dos CIT:

- Existência de um livro de protocolo presencial no CIT de Lisboa visando o registo diário das rondas de supervisão, efectivadas pelos inspectores de turno. Este elemento de registo não obrigatório integra “uma política de transparência e enorme rigor na forma de gestão do CIT, facto que não podemos deixar de salientar e de enaltecer, enquanto procedimento de boas práticas” (pág. 18 do Relatório n.º 51/2010);
- Procedimentos sistemáticos de salvaguarda dos direitos dos cidadãos em sede de tramitação da recusa de entrada a cidadãos estrangeiros;
- Existência de Regulamento Interno na UHSA – define os direitos e deveres dos utentes, preconiza regras de boa convivência entre os utentes e o registo dos factos diários relativos a cada utente.

As mesmas instalações (CIT e UHSA) foram ainda objecto de uma acção inspectiva promovida pela Provedoria de Justiça, cuja apreciação geral é positiva, designadamente no que se refere ao “respeito pelos direitos dos cidadãos estrangeiros” e à “elevada preparação técnica” do pessoal do SEF, bem como às suas “qualidades profissionais e humanas”. As recomendações formuladas incidem essencialmente na melhoria do conforto e lazer dos utentes.

Ao nível interno, foram empreendidas cinco inspecções aos procedimentos adoptados em diferentes unidades orgânicas. Os resultados preliminares dessas acções inspectivas indiciam a necessidade de rever alguns dos procedimentos nas vertentes documental e de fiscalização das entidades inspeccionadas, tendo sido emitidas 29 recomendações.

A monitorização de 28 recomendações efectuadas no âmbito de quatro acções inspectivas internas empreendidas no ano de 2009, revelou uma taxa de cumprimento de cerca de 73% (19 medidas), sendo que a não adopção das restantes se ficou a dever a insuficiência de meios ou por estarem prejudicadas em razão de alteração de procedimentos.

1.3 Avaliação do Sistema de Controlo Interno

A caracterização e avaliação do sistema de controlo interno do SEF, numa óptica de auto-controlo, é desdobrada na análise do ambiente de controlo, da estrutura organizacional de controlo, das actividades e procedimentos de controlo administrativo implementadas no serviço, e da fiabilidade dos sistemas de informação.

Ambiente de Controlo

O ambiente de controlo do SEF é caracterizado pela definição orgânica (DCGA, GI e Conselho de Administração do SEF) e operacional (manuais de procedimentos) das especificações do sistema de controlo interno. Assim, todos os colaboradores, procedem à verificação sobre a legalidade, regularidade e boa gestão dos recursos do SEF (Anexo 1).

Nos últimos anos, o SEF vem consolidando um sistema de gestão por objectivos, em que planeamento das actividades tem correspondência na proposta de orçamento apresentada junto da Tutela. O processo de planeamento é participado, através de um modelo de auscultação dos Dirigentes a dois níveis: proposta de actividades e projectos a desenvolver e em reunião anual dos mesmos. O carácter participativo é reproduzido, também, na planificação da formação, designadamente através da auscultação das necessidades dos colaboradores.

Quanto à actuação dos funcionários do SEF, esta é pautada pela observação da legalidade e promoção da qualidade do serviço público prestado, procurando a eficiência, eficácia, proporcionalidade e economia nas tarefas executadas. Assim, a realização de despesas pelo SEF obedece aos requisitos da conformidade legal, regularidade financeira e da boa gestão (economia, eficiência e eficácia).

De sublinhar ainda que no ano em análise foi concluída a elaboração de um código de ética para a actuação dos colaboradores do SEF, que foi remetido à tutela.

Estrutura organizacional

A natureza, atribuições, missão e organização do SEF são definidas através do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro. A Lei Orgânica do MAI, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de Outubro, consolidou as atribuições do SEF e reduziu a composição da sua Direcção Nacional para três Directores Nacionais Adjuntos.

O sistema de controlo interno do SEF, na perspectiva do auto-controlo, estrutura-se em três níveis²⁷:

- Direcção Central de Gestão e Administração, designadamente através do Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial (figura 24); e nos núcleos regionais de administração das unidades descentralizadas, através de manuais de procedimentos (controlo interno, cobrança e contabilização de receita e realização e contabilização de despesa);
- Gabinete de Inspecção, o qual tem competência para efectuar, sob a dependência do Director Nacional, as inspecções ordinárias e extraordinárias aos serviços, proceder a auditorias, sindicâncias, inquéritos e instruir processos disciplinares;
- Conselho Administrativo, enquanto órgão máximo do controlo interno, com funções de natureza consultiva e de fiscalização.

Figura 24 – Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial

Núcleos	Atribuições e competências
Núcleo de Controlo Orçamental	Elaborar o projecto de orçamento e as propostas de alteração; Verificar e processar as despesas de acordo com o orçamento e normas contabilísticas; Apresentar às entidades competentes, dentro dos prazos legais, a conta de gerência das verbas atribuídas ao SEF, bem como a das provenientes de receitas próprias.
Núcleo de Gestão Contabilística	Arrecadar e contabilizar as receitas; Processar as remunerações e outros abonos ao pessoal.
Núcleo de Aprovisionamento e Cadastro de Bens	Assegurar a aquisição, manutenção e gestão dos bens do SEF; Organizar e manter actualizado o cadastro e inventário dos bens do SEF; Assegurar a aquisição e distribuição do fardamento/distintivo.
Núcleo de Gestão da Frota Automóvel	Assegurar a gestão e manutenção da frota automóvel.

Assim, esta estruturação permite que a organização do sistema financeiro do SEF seja norteadada pelos princípios e boas práticas de controlo interno disseminadas pelos organismos nacionais e internacionais de auditoria e controlo.

²⁷ Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, artigos 16.º, 20.º a 21.º, 33.º, 35.º.

As inspecções realizadas pelo Gabinete de Inspeção visam alcançar os seguintes objectivos genéricos:

- Apreciar a conformidade dos procedimentos com as regras aplicáveis (legais, regulamentares e procedimentais);
- Avaliar a correcção e qualidade dos procedimentos nas unidades orgânicas/áreas de actuação a inspeccionar;
- Identificar eventuais desvios e propor a sua correcção;
- Apreciar da uniformidade de critérios e procedimentos na mesma área de actuação;
- Identificar eventuais boas práticas que possam servir de modelo de actuação.

No ano de 2010 a actuação do Gabinete de Inspeção incidiu nos domínios do controlo de fronteira, da vertente documental de cidadãos estrangeiros e na área da fiscalização, assumindo uma perspectiva predominantemente operativa. As recomendações decorrentes dessas inspecções (necessárias ou obrigatórias, de acordo com as orientações do Director Nacional) são oportunamente divulgadas às unidades orgânicas inspeccionadas. A monitorização periódica sobre o nível de cumprimento das recomendações está sistematizada em acordo com despacho proferido pelo Director Nacional do SEF²⁸, publicado em 2009.

O Conselho Administrativo tem competências no domínio do controlo interno, nomeadamente a fiscalização em matéria de gestão financeira e patrimonial do SEF (figura 25).

Figura 25 – Conselho Administrativo do SEF

Conselho Administrativo do SEF	
Competência	Apreciar os projectos de orçamento de despesas e receitas e as contas de gerência a remeter ao Tribunal de Contas; Verificar e controlar a realização de despesas; Apreciar a situação administrativa e financeira; Proceder à verificação regular dos fundos em cofre e em depósito; Dar parecer sobre os contratos a celebrar pelo SEF; Fiscalizar a escrituração contabilística e a cobrança de receitas.
Composição	Director Nacional (Presidente); DN Adjunto que tem a cargo a área de gestão e administração dos recursos financeiros e patrimoniais do SEF; Director Central de Gestão e Administração Chefe do DGFP (secretário das reuniões).
Exercício das competências	Reunião mensal; Reuniões extraordinárias convocadas pelo Presidente.

²⁸ Despacho n.º 36/2009, de 22 de Setembro

Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementadas

As principais actividades e procedimentos relativos ao controlo interno e administrativo no SEF, determinantes na actividade corrente da DGFP e dos Núcleos Regionais de Administração, são balizados por:

- Existência de Manuais de Procedimentos Internos (Manual de Controlo Interno, Manual de Procedimentos sobre meios de controlo relativos à cobrança e contabilização de Receitas Próprias do Serviço, Manual de Procedimentos sobre meios de controlo relativos à realização e contabilização de todas as despesas efectuadas pelo Serviço);
- Clara definição das responsabilidades funcionais pela realização das diferentes tarefas, conferências e controlos;
- Estabelecimento preciso e formalizado das competências para autorização de despesa;
- Descrição dos fluxos dos processos e centros de responsabilidade por cada etapa;
- Implementação do princípio da segregação de funções;
- Definição clara dos circuitos dos documentos de modo a evitar redundâncias;
- Foi implementado o plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas (Janeiro/2010);
- Frequência da acção de sensibilização “Questões de Auditoria no Ministério da Administração Interna”, por elementos do Gabinete de Inspeção e Departamento de Planeamento e Formação, promovida pela SG-MAI e pela IGAI.

As limitações do sistema de controlo interno do SEF são reconhecidas, sendo que derivam, essencialmente, da escassez de funcionários, nomeadamente no que respeita à:

- O plano anual de compras apenas está vocacionado para os consumíveis;
- Não implementação de um sistema de rotação de funções entre os funcionários ao nível da receita²⁹;
- A não adopção de um sistema de contabilidade analítica, atendível porquanto a escrituração da actividade financeira é organizada com base na contabilidade de compromissos resultantes das obrigações assumidas e contabilidade de caixa, aguardando a disponibilização do GERFIP.

²⁹ Atento o número de postos cobradores, bem como a reformulação do modelo de atendimento ao público, para a implementação deste princípio ao nível da receita afigura-se necessária a contratação de um mínimo de 145 colaboradores, o que se revela complexo dada a actual conjuntura económica.

Fiabilidade dos sistemas de informação

As aplicações informáticas do SEF, em matéria de gestão financeira, orçamental, patrimonial e de recursos humanos são de natureza bipartida: desenvolvidas no Ministério das Finanças (Instituto de Informática) e pelo SEF (figura 26). As primeiras integram o Sistema de Informação de Gestão Orçamental do Estado (SIGO)³⁰, e são constituídas pelos sistemas SIC e SRH (e pelos demais sistemas de apoio à decisão e produção de *outputs*), incidido nas áreas da gestão orçamental (ciclo da despesa e receita) e de recursos humanos (gestão de pessoal e processamento de salários).

Figura 26 – Sistema de Informação de Gestão

Designação	Funcionalidades
SIC e SRH	Aplicações informáticas concebidas para a gestão orçamental (SIC – Sistema de Informação Contabilística) e de pessoal e processamento de remunerações (SRH – Sistema de Recursos Humanos).
SAD-SIC	Sistema de apoio à decisão de estrutura flexível e permitindo uma melhoria nas práticas de gestão ao nível financeiro e contabilístico, apoiando na preparação e execução do orçamento anual dando informação sobre indicadores de gestão (ex. pagamentos, orçamentos, reposições, alterações orçamentais, os quais podem ser analisados por actividade, fonte de financiamento, fornecedor, etc.).
SAD-SRH	Sistema de apoio à decisão de estrutura flexível e permitindo uma melhoria nas práticas de gestão ao nível de recursos humanos, proporcionando uma caracterização sistematizada e objectiva dos recursos humanos.
Conta de Gerência e Elaboração do Orçamento	Aplicações que possibilitam a extracção da informação existente nos sistemas SIC e SRH da RAFE, disponibilizando automaticamente os modelos requeridos pelo Tribunal de Contas e pela Direcção Geral do Orçamento e permitindo o desenvolvimento de funcionalidades/relatórios adicionais.
Relatórios SIC	Aplicação que permite a detecção do pagamento em duplicado das facturas registadas no SIC.
GesAuto	Gestão das viaturas do SEF, nomeadamente saber a sua afectação, gastos com portagens, combustíveis, reparações, inspecções e outros, lançamento de acidentes, situação, estado e quilometragem.
GesCertidões	Controlo da situação contributiva dos fornecedores do SEF perante as Finanças e a Segurança Social.
GesValores	Controlo de todo o processo inerente à entrada de valores directamente na DCGA

As aplicações desenvolvidas pelo SEF são dotadas de uma componente eminentemente operativa, na medida em que se destinam a permitir o controlo de especificidades do Serviço, nomeadamente ao nível da actividade operacional (serviços de intérpretes e traduções, deslocações, manutenção e utilização de viaturas).

Quanto à integração entre os dois tipos de aplicações, importa evidenciar de que esta se refere à verificação e controlo de registos, evitando duplicação de algumas tarefas redundantes. No entanto, a integração não é total em razão de algumas especificidades do objectivo de cada aplicação.

³⁰ O SIGO foi desenvolvido no sentido de responder, em toda a administração pública (serviços integrados – com autonomia administrativa), às normas estabelecidas no Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho, no âmbito da Reforma Administração Financeira do Estado – RAFE.

No que refere à fiabilidade, integridade, segurança, disponibilidade e salvaguarda da informação é garantida ao nível da infra-estrutura computacional e de produtos de segurança das redes, e na perspectiva lógica, com uma política de acessos claramente definida.

Avaliação externa ao Sistema de Controlo Interno do SEF

A IGF realizou no decurso de 2009 uma auditoria ao sistema de controlo interno do SEF³¹, cujas recomendações têm vindo a ser adoptadas atendidas em consonância com os princípios da legalidade, racionalidade e exequibilidade.

1.4 Análise das causas de incumprimento de acções ou projectos não executados ou com resultados insuficientes

Em 2010 os objectivos QUAR foram cumpridos na totalidade. Ao nível das unidades orgânicas verificou-se a não concretização de alguns dos objectivos, atentos constrangimentos de diversas ordem. Este aspecto será objecto de análise no ponto “2. Informação adicional, 2.1 Actividades desenvolvidas (previstas ou não) e resultados alcançados” (Fichas de Auto avaliação das unidades orgânicas).

1.5 Boas práticas nacionais e internacionais

A actuação do SEF em 2010, em diferentes vertentes, foi reconhecida a nível nacional e internacional e galardoada com distinções de mérito, o que deverá ser ponderado enquanto boas práticas (figura 27).

Figura 27 – Reconhecimento Externo e Boas Práticas

Âmbito	Descrição
RAPID	<u>Reconhecimento Internacional</u> : Utilização da plataforma tecnológica por outros países (Reino Unido e Finlândia); Acordo Bilateral com o Brasil; <u>Benchmarking</u> : Relatório de iniciativas tecnológicas nas áreas de segurança e administração interna (Capgemini Consulting) ³²
Controlo de Fronteira	<u>Reconhecimento Internacional</u> : Avaliação Schengen – o SEF segue as principais recomendações do Catálogo de Schengen e os procedimentos de controlo nas fronteiras são conformes com às suas disposições; reconhecimento da cooperação internacional com os países vizinhos de Schengen, da rede de oficiais de ligação e imigração e da participação activa na FRONTEX. Condecoração de dois elementos da CIF/SEF pelas autoridades espanholas, em Madrid, com a Cruz de Mérito Policial com distintivo Branco (integrando a Ordem de Mérito Policial), pelo trabalho desempenhado na luta contra o terrorismo.

³¹ Processo n.º 2009\2\A2\27

³² http://www.rnsi.mai.gov.pt/Documents/CapGem_Apresentação%20de%20projecto%20-%20Final.pdf

Figura 27 – Reconhecimento Externo e Boas Práticas (continuação)

Aeroporto de Lisboa	Avaliação Schengen a Portugal: Avaliação globalmente positiva e identificação de boas práticas <u>Prémios</u> : Prémio "Aeroporto de Lisboa", atribuído pela ANA, Aeroportos de Portugal, pelo terceiro ano consecutivo ao SEF, pelo determinante contributo para a melhoria da operacionalidade daquele aeroporto em 2010. Para este desiderato contribuiu a forte aposta no RAPID, bem como o reforço do efectivo no Verão IATA;
Aeroporto do Porto	Avaliação Schengen a Portugal: Avaliação globalmente positiva <u>Reconhecimento Internacional</u> : o reconhecimento na avaliação "Airport Service Quality", efectuada pela <i>Airports Council International</i> , do Aeroporto Sá Carneiro (Porto) enquanto o segundo melhor aeroporto da região europeia (quinto na classificação por dimensão entre 2 e 5 milhões de passageiros) tem, também, o contributo do SEF ao nível do controlo de fronteira.
SISone4ALL	<u>Reconhecimento Internacional</u> : projecto liderado pelo SEF ³³ , que no âmbito do alargamento do Espaço Europeu de Livre Circulação de Pessoas ³⁴ , viabiliza a integração ao Sistema de Informação Schengen. <u>Benchmarking</u> : Relatório de iniciativas tecnológicas nas áreas de segurança e administração interna (Capgemini Consulting)
SEF	<u>Desempenho Excelente</u> : Reconhecimento, pelo segundo ano consecutivo, de Desempenho Excelente por S.E. o Ministro da Administração Interna, ao abrigo do disposto, conjugadamente, na alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º, nos números 2 e 3 do artigo 18.º, e no artigo 19.º, todos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro Avaliação Schengen a Portugal: Realce à "estrutura centralizada e clara do SEF, a abertura geral e flexibilidade no que respeita à implementação de novas tecnologias", bem como à formação prestada aos funcionários, como sendo "frequente e de alto nível".
PASSE	<u>Reconhecimento Internacional</u> : Instalação deste sistema em Cabo-Verde e Timor-Leste Avaliação Schengen a Portugal: O Sistema foi "apreciado" pelos peritos europeus.
Parceria INE/SEF	<u>Benchmarking</u> : O PROMINSTAT reconheceu esta parceria como boa prática, recomendado ao INE o estabelecimento de protocolos similares com outras entidades.
Centros de Instalação Temporária	<u>Reconhecimento de Boas Práticas</u> : a Inspeção-Geral da Administração Interna reconheceu como boas práticas a política de transparência e enorme rigor na forma de gestão do CIT; os procedimentos sistemáticos de salvaguarda dos direitos dos cidadãos em sede de tramitação da recusa de entrada a cidadãos estrangeiros; o Regulamento Interno da UHSA (define os direitos e deveres dos utentes, preconiza os procedimentos de boa convivência entre os utentes, bem como o registo dos factos diários relativos a cada utente).
SIGAP – Sistema Automatizado de Gestão de Processos	<u>Reconhecimento de Boas Práticas</u> : O SIGAP consiste num <i>workflow</i> para a área documental ao serviço dos cidadãos estrangeiros. Este projecto foi apresentado na 8ª edição do Prémio Boas Práticas no Sector Público ³⁵ , tendo sido um dos cinco nomeados para o Prémio Serviço ao Cidadão – Administração Central Directa e Administração Regional.
Recursos Humanos	<u>Reconhecimento da qualidade do Recursos Humanos</u> : Avaliação Schengen – são sublinhados a disponibilidade, profissionalismo, motivação e conhecimentos de línguas estrangeiras dos funcionários do SEF, qualificado também como "altamente qualificado e eficaz". No projecto de síntese do Relatório da acção inspectiva da Provedoria de Justiça aos CIT/UHSA consta: "É igualmente deixada referência especial ao pessoal do SEF que presta serviço no CIT e nos aeroportos, começando pela sua elevada preparação técnica – notória nos diversos contactos mantidos –, mas igualmente pelas qualidades profissionais e humanas que vão permitindo ultrapassar dificuldades pontuais e algumas insuficiências de meios."

Para a prossecução das Políticas Nacionais de Imigração e Asilo, Segurança Interna e Criminal, é convicção do SEF que diversos programas e projectos, empreendidas em 2010, merecem também ser considerados como boas práticas, numa óptica de *bench learning* (figura 28)

³³ Concepção da solução tecnológica para a adequação do Sistema de Informação Schengen (SIS) ao alargamento.

³⁴ Alargamento do Espaço Schengen em Dezembro de 2007 aos territórios da Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, República Checa, Letónia, Lituânia, Polónia e Malta; Suíça em 2009; Bulgária, Roménia e Liechtenstein em 2010.

³⁵ Iniciativa da consultora Deloitte, que conta com a colaboração do Diário Económico, Instituto Nacional da Administração Pública (INA) e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD).

Figura 28 – Boas Práticas (*bench learning*)

Práticas	Descrição
Actuação ao nível Controlo de Fronteira	Planeamento substanciado em três premissas chave: elevada preparação técnico-pericial dos quadros do SEF (qualificação, análise de risco, perícia em documentação de segurança); partilha de informação a nível interno e cooperação internacional (FRONTEX, Oficiais de Ligação e Imigração); vertente etnológica no suporte ao controlo de fronteira (PASSE e RAPID)
Centros de Cooperação Policial e Aduaneira	O SEF é a entidade coordenadora nacional das actividades dos CCPA. Estes Centros contam com a presença portuguesa das seguintes entidades: SEF, PJ, DGAIEC, PSP, GNR. A presença espanhola é assegurada pelo Cuerpo Nacional de Policía, Guardia Civil e Agencia Tributaria.
SEF em Movimento	Simplificação da interacção dos cidadãos com o SEF. Sub-programas <i>SEF vai à Escola</i> (campanha de comunicação e sensibilização dirigida aos imigrantes e instituições nacionais com vista à regularização jovens que frequentem o ensino público) e <i>Protocolo de Cooperação com a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais</i> . De sublinhar que o Programa <i>SEF vai à Escola</i> está plasmado nas Grandes Opções do Plano para 2010.
Campanhas “Não Estás à Venda” e “SaferDicas”	Sensibilização da sociedade contra o tráfico de seres humanos, em particular de crianças, estudantes, profissionais de saúde e outros agentes que actuam nas áreas problemáticas de cariz social, em todo o território nacional e alargada aos PALOP
Mediadores interculturais	Agentes facilitadores da relação dos imigrantes com a Administração ³⁶ , agilizando a comunicação através do conhecimento linguístico e cultural comuns
Operações de Grande Impacto	Medidas de prevenção e repressão da criminalidade relacionada com auxílio à imigração ilegal, tráfico de pessoas e emprego de mão-de-obra ilegal, focalizadas para um objectivo concreto e com o emprego de recursos humanos e materiais em diversas áreas geográficas.
Modernização tecnológica	Estruturação de uma política integrada e em prol da eficiência e economia na alocação dos recursos acentuando a aproximação e melhoria de qualidade aos utentes (PEP v.2, RAPID, eTR, SIBA, PASSE, SIV, SIGAP, entre outros), com o devido enfoque na publicação “Plano Tecnológico do Ministério da Administração Interna” (i-Gov.Doc);
Disseminação de informação sobre a realidade migratória	SEFTV, Legispedia (dedicada à divulgação da legislação de estrangeiros), e das publicações “Imigração e Criminalidade Violenta: Mosaico da Reclusão em Portugal” ³⁷ e “Testemunhos de Tráfico de Seres Humanos: Caso Nicolae”
Rede Europeia das Migrações	O SEF, enquanto Ponto de Contacto Nacional nesta rede, disponibilizou um site (http://rem.sef.pt/) com um conjunto alargado de informação, incluindo relatórios e estudos temáticos sobre migração e asilo.
Reflexão e estudo sobre as temáticas subjacentes à actuação do SEF	Elaboração e publicação, em edição bilingue, de estudos temáticos sobre a realidade migratória (“A satisfação das necessidades de mão-de-obra através da imigração: o caso português”; “Migração temporária e circular em Portugal: Factos, políticas e estratégias”); conclusão do glossário de termos de imigração e asilo em língua portuguesa. Estas actividades são desenvolvidas no âmbito da Rede Europeia das Migrações. Participação em eventos de vária índole sobre as temáticas das migrações, incluindo a participação no Fórum Gulbenkian para as Migrações.
SEFSTAT	Projecto de melhoria da qualidade da informação estatística sobre população estrangeira em Portugal, que permite a obtenção de informação estatística com qualidade e fiabilidade, disponibilizada a todos as partes interessadas num Portal na Internet (http://sefstat.sef.pt/).
Rede Nacional das Migrações	Rede de partilha de conhecimento composta por entidades ou pessoas com intervenção relevante no domínio da imigração e asilo, cuja colaboração é fundamental na elaboração dos estudos temáticos, dos Relatórios anuais políticos, bem como nas respostas a pedidos de informação solicitados por outros Estados-Membros.
Parceria INE/SEF	Parceria surgida na década de 1980 no âmbito da produção de estatísticas sobre as migrações, que em 2010 resultou na apresentação conjunta do <i>working paper</i> “ <i>Conciliating policy makers and statistical needs on immigration – the Portuguese experience</i> ” na reunião conjunta UNECE/EUROSTAT sobre estatísticas das migrações, em Genebra, entre 14 e 16 de Abril ³⁸ .
Colaboração com CEJ	A colaboração com o Centro de Estudos Judiciários revestiu-se na realização de Estágio de Curta Duração CEJ para Auditores de Justiça.

³⁶ Reconhecido enquanto boa prática no estudo da OCDE, *Jobs for Immigrants (Vol. 2): Labour Market Integration in Belgium, France, the Netherlands and Portugal*, publicado em 2008 (<http://www.oecd.org/els/migration/integration>.)

³⁷ Estudo elaborado por Maria João Guia (elemento da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF e Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade Coimbra).

³⁸ Autoria de Maria José Torres (elemento da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF) e de Cláudia Pina (Dirigente do INE).

1.6 Audição de dirigentes e de chefias intermédias no processo de auto-avaliação

A audição de dirigentes e de chefias intermédias é realizada em três momentos:

- Reunião de Direcção Anual Alargada;
- Procedimentos no âmbito do SIADAP 2;
- Acompanhamento do Ciclo de Gestão.

No ano em apreço, por constrangimentos de ordem vária, a usual Reunião de Direcção Anual Alargada³⁹ foi substituída por reuniões sectoriais entre a Direcção Nacional e os Dirigentes intermédios⁴⁰.

Por força da lógica integrada do SIADAP, a audição de dirigentes ocorre formalmente em sede de contratualização e avaliação dos objectivos do SIADAP 2, nos termos legalmente definidos.

O mecanismo de audição desenvolvido em sede de acompanhamento do Ciclo de Gestão resulta da adopção do princípio da gestão por objectivos. Neste contexto, procede-se à definição dos objectivos departamentais (consolidados no Plano de Actividades), à monitorização dos mesmos, bem como à respectiva auto-avaliação. O cumprimento dos objectivos e metas delineadas no Plano de Actividades para o ano de 2010 é analisado no ponto 2.1, constando as respectivas fichas de auto-avaliação em anexo.

1.7 Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

O reforço positivo do desempenho do SEF tem por pressupostos a minimização dos pontos fracos, evidenciados no decurso do presente relatório (figura 29). Por outro lado, o aproveitamento das oportunidades constitui uma abordagem permanente da Direcção do SEF, apostando sempre na valorização dos pontos fortes.

³⁹ Na Reunião de Direcção Anual Alargada procura-se a análise, debate e reflexão sobre a actuação do Serviço, com apresentação e avaliação dos resultados e condicionalismos da sua actuação relativos ao ano transacto, ao nível global e de cada unidade orgânica. Procede-se ainda à definição das linhas de actuação para o ano seguinte, designadamente em sede de plano de actividades, à hierarquização de prioridades, ao nível do cumprimento de objectivos estratégicos e operacionais para o ano que se inicia.

⁴⁰ Em 2010, esta reunião realizou-se em Santa Cruz do Douro – Baião, nos dias 11 e 12 de Fevereiro de 2010, contado com a presença da Secretária de Estado da Administração Interna, Dr^a Dalila Rodrigues.

Assim, no âmbito da modernização, serão desenvolvidos e implementados dois planos, um incidindo nas metodologias de gestão e outro no domínio tecnológico:

- Consolidar o sistema de informação estatística, nomeadamente na vertente de fiscalização e investigação, em harmonia com o regulamento de estatística da União Europeia e com as necessidades de produção de informação a nível nacional;
- Promover a qualificação dos colaboradores no quadro da implementação do Plano de Formação de 2011;
- Promover uma análise integrada das recomendações das inspecções aos CIT e UHSA, e empreender as medidas necessárias para a melhoria do serviço prestado aos utentes daquelas instalações.

2. Informação adicional

2.1 Actividades desenvolvidas (previstas ou não) e resultados alcançados

No decorrer do ano de 2010 a intervenção do SEF incidiu na concretização dos eixos estratégicos definidos para a actuação⁴¹, numa perspectiva integrada, que engloba, nomeadamente as Grandes Opções do Plano, o SIMPLEX 2010, a Carta de Missão do Director Nacional, o QUAR e o Plano de Actividades do SEF (bem como fichas de actividade para cada unidade orgânica).

SIMPLEX MAI 2010

No período em análise, a intervenção do SEF incidiu em cinco medidas, tendo sido implementadas quatro, estando uma em desenvolvimento (Figura 20).

Figura 20 – SEF: SIMPLEX 2010

Medidas SIMPLEX	Objectivos	Data Referência	Observações
M007: Cartão de Cidadão Estrangeiro com n.º de saúde	Simplificar a vida ao cidadão estrangeiro, incluindo no seu cartão de identificação o número de Utente de Saúde.	Dezembro 2010	<u>Em desenvolvimento</u> Projecto em desenvolvimento com a Administração Central do Sistema de Saúde
MO22: Certificação de Estrangeiros Simplificada – Fase de Expansão	Expandir o processo de certificação simplificado de estrangeiros no acesso ao ensino superior, evitando deslocações ao cidadão e eliminando a emissão de comprovativos em papel pelos serviços públicos. ⁴²	Maio 2011	<u>Implementada</u> Univ. Aveiro (C); IP Bragança (C); UTAD (C); Univ. Porto (C); IP Leiria (T); IP Guarda (T); UTL/ISEG (A); ISCTE/IUL (T); Univ. Coimbra (T); IP Viseu (T); IP Coimbra (T); UNL – Direito (A) (C) Concluído; (T) Em teste; (A) Aguarda contacto técnico
M046: Agendamento Electrónico do SEF com mais serviços	Implementar no portal do SEF a possibilidade de agendamento electrónico para todo o tipo de assuntos	Fevereiro 2011	<u>Implementada</u> Implementação no portal do SEF da possibilidade de agendamento para todo o tipo de renovações (Vistos, Cartões de Residência, Títulos de Residência).
M048: Apoio Ao Imigrante Aos Sábados	Tornar o CNAI mais acessível aos cidadãos. Alargamento do horário de funcionamento do centro de atendimento do Porto (sábados das 9h às 13h).	Setembro 2010	<u>Implementada</u> O SEF mantém o posto de atendimento junto do CNAI Porto aberto aos sábados (abertura a partir de Julho de 2010)
M0119: Generalização do recibo de vencimento electrónico	Alargar o âmbito da medida 'Desmaterialização do recibo de vencimento nos serviços da Administração Pública'.	Outubro de 2010	<u>Implementada</u> Implementado no SEF a partir de Junho de 2010

⁴¹ Os eixos estratégicos do SEF são: 1) Expansão da vertente operacional; 2) Modernização estrutural e da produtividade, consubstanciada na promoção da gestão por objectivos, na renovação tecnológica, na simplificação de procedimentos, na desburocratização e na racionalização de meios e recursos; 3) Reforço das relações internacionais; 4) Qualificação dos recursos humanos.

⁴² A execução desta medida passa pela obtenção directa e automática de informação junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras que, este ano, será implementada com as seguintes Universidades: Univ. Lisboa (UL), Univ. Coimbra (UC), Univ. Porto (UP), Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Univ. Técnica (UTL / Instituto Superior de Economia e Gestão), Univ. Nova (UNL/Faculdade de Direito) e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Carta de Missão do Director Nacional

Na prossecução dos objectivos estabelecidos na Carta de Missão do Director Nacional do SEF enunciam-se os principais resultados, com reflexo na promoção de uma política pública integrada e equilibrada de imigração e asilo, à luz dos princípios da boa gestão pública. Dá-se nota de, num total de doze (12) compromissos, sete (7) terem sido claramente superados, quatro (4) cumpridos, e um (1) em processo de conclusão.

Figura 21 – SEF: Carta de Missão do Director Nacional

Compromissos / Nível de Concretização
1. Estabelecer novos Protocolos de cooperação em matéria de imigração com países de origem, nomeadamente com países de expressão lusófona e aprofundar as acções de cooperação no domínio do controlo das fronteiras marítimas.
2. Modernizar, até 30 de Setembro de 2008, a plataforma tecnológica de recolha e tratamento de dados de requerentes de vistos (sistema português de informação sobre vistos), simplificando e agilizando procedimentos, potenciando/reforçando a intervenção directa dos oficiais de ligação de imigração do SEF, com especial enfoque nos países terceiros onde se regista a emissão de maior número anual de vistos consulares e onde se regista maior pressão migratória relativamente ao nosso país, e reforçando a segurança tendo em vista o cumprimento por Portugal das novas obrigações fixadas pela UE.
3. Iniciar, no ano de 2008, a instalação do novo Sistema de Atendimento com Gestão Processual Automatizada (SAGPA) nos Postos de Atendimento. No âmbito do Projecto <i>SEF sem Papéis</i> , de forma a permitir a desmaterialização do processo e a automatização do seu fluxo de trabalho, proceder ao alargamento do sistema a todos os postos de atendimento, durante 2009.
4. Assegurar a criação de um sistema de avaliação da satisfação do utente, traduzido na elaboração de um inquérito cujos resultados permitam a adopção de medidas tendentes à melhoria sustentada da qualidade e adequação do atendimento prestado.
5. Desenvolvimento do Projecto Passaporte Electrónico Português (PEP) incrementando a componente de qualidade do passaporte através da introdução nos postos de atendimento dos Governos Cívicos e dos Governos Regionais de um sistema de validação da qualidade do passaporte.
6. Alargamento a todos os aeroportos internacionais do Sistema RAPID, que permite o controlo automatizado de portadores de passaportes electrónicos.
7. Criação, até 31 de Dezembro de 2008, de um novo documento para a Autorização de Residência, que respeite as especificações da União Europeia e o disposto na lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.
8. Conferir maior celeridade à instrução dos processos de documentação relativos aos cidadãos objecto de Reinstalação, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros, assinada a 7 de Agosto de 2007, através da limitação dos prazos de instrução dos processos a um máximo de quinze dias.
9. Introdução de um sistema de avaliação da componente de investigação criminal com a indicação clara das métricas e dos indicadores a serem aplicados.
10. Melhorar a economia dos recursos afectos ao funcionamento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
11. Cumprir os prazos de pagamentos a fornecedores.
12. Aplicar nos termos da Lei, o sistema de avaliação de desempenho a 100% dos trabalhadores do serviço, assegurando a qualidade do processo de aplicação.

Concretização dos Eixos Estratégicos

Na concretização dos eixos estratégicos⁴³ de actuação do SEF, os resultados qualitativos e quantitativos afiguram-se positivos, na salvaguarda do interesse público e da segurança interna e na promoção de uma política de imigração e asilo humanista: expansão da vertente operacional (figura 22), modernização estrutural e aumento da produtividade (figura 23), reforço das relações internacionais (figura 24) e qualificação dos recursos humanos (figura 25).

⁴³ Expansão da vertente operacional, modernização estrutural e aumento da produtividade, reforço das relações internacionais e qualificação dos recursos humanos.

Figura 22 – Concretização dos Eixos Estratégicos – Expansão da Vertente Operacional

Expansão da Vertente Operacional	
Controlo de fronteira	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação do modelo de gestão integrada de fronteiras (IBM), adoptado pelo Conselho Europeu, actuando em quatro níveis de controlo: países de origem (OLI); cooperação internacional (FRONTEX, CCPA); colaboração com a Polícia Marítima e GNR na patrulha da zona costeira portuguesa; Controlo de circulação de cidadãos de países terceiros em território nacional. - Qualidade do controlo e segurança nas fronteiras externas (qualificação profissional, tratamento e análise de informação, recurso às tecnologias: RAPID, PASSE, etc.); - Sistema RAPID em todas as fronteiras aéreas e na principal fronteira marítima; - Sistema PASSE⁴⁴ em todos os postos de fronteira; - Consolidação do Centro de Situação de Fronteiras (CSF) com diversos sistemas e aplicações (<i>Vessel Traffic System</i>, ICONET, LATITUDE32, SafeseaNet, Acreditações e Alerta Menores); - Criação da Unidade de Análise de Risco (análise de Informação e identificação de perfis de risco na gestão das fronteiras); - Qualificação dos peritos colocados nos postos de fronteira (formação em controlo de fronteiras aéreas e segurança de aviação civil, marítimas, asilo e documentação de segurança); - Prémio "Aeroporto de Lisboa" – atribuído ao SEF, enquanto entidade com maior contributo para a operacionalidade do Aeroporto de Lisboa.
Fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação do modo de actuação relativo às Operações de Grande Impacto, com particular destaque para as operações relacionadas com a segurança à Visita Papal e à Cimeira OTAN; - Desenvolvimento de Programas de Prevenção à Criminalidade associada ao auxílio à imigração ilegal e tráfico de pessoas: "Não Estás à Venda" e "Saferdicas"; - Participação em grupos de trabalho específicos no âmbito do Sistema de Segurança Interna.
Investigação Criminal	<ul style="list-style-type: none"> - Combate à imigração ilegal, ao tráfico de seres humanos e emprego clandestino; - Consolidação das vertentes de análise de risco (fronteiras, fiscalização e investigação criminal), com vista a maximizar a informação gerada pelo SEF, potenciando a integração das aplicações informáticas (PASSE, RAPID, SMILE, SIBA, SIBAP, SAPA); - Forte empenho na instrução de inquéritos distribuídos para investigação, quer em termos quantitativos quer qualitativos.
Cooperação Policial e Controlo de Fluxos Migratórios	<ul style="list-style-type: none"> - Reforço da cooperação policial transfronteiriça em matéria de combate à criminalidade, em especial no âmbito dos CCPA, estruturas de partilha de informação policial e aduaneira entre várias entidades portuguesas e espanholas, sob gestão do SEF (parte nacional); - Tratamento de informação estratégica sobre fluxos migratórios irregulares; - Colocação de oficiais de ligação de imigração nas principais origens dos fluxos migratórios.
Asilo e Refugiados	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificação dos elementos do SEF com actuação ao nível do encaminhamento de pedidos de protecção internacional; - Harmonização de procedimentos e promoção da qualidade dos serviços prestados; - Tempo médio de instrução inferior em 15% ao prazo legal (2ª fase dos pedidos); - Reinstalação de 33 refugiados que se encontravam sob protecção do ACNUR.

⁴⁴PASSE – Processo Automático e Seguro de Saídas e Entradas. Este sistema permite a consulta, em tempo real, às bases de dados Schengen, sobre controlo de pessoas e documentos, da Interpol e das medidas cautelares e valida os elementos de segurança existentes no passaporte, automatizando o fluxo de trabalho do controlo fronteiriço numa gestão integrada das primeira e segunda linhas e as aplicações financeiras. Em suma, o PASSE permite realizar um correcto controlo documental e de pessoas e disponibilizar informação estatística sobre a sua passagem nas fronteiras e, em simultâneo, constitui um sistema de apoio à operação de controlo de fronteiras.

Figura 23 – Concretização dos Eixos Estratégicos: Modernização Estrutural e da Produtividade

Modernização Estrutural e da Produtividade	
Desenvolvimento da plataforma tecnológica do SEF	<ul style="list-style-type: none"> - RAPID, PASSE, SMILE, SIBA, SAPA, eTR, SEFSTAT, SIGAP, Sistema de Informação Inteligente ao Cidadão e o novo SISEF, entre outros; - Início da fase piloto do projecto APIS (<i>Advanced Passenger Information System</i>); - Participação do Grupo de Trabalho sobre Equipamentos Móveis (GTEM), no âmbito do SSI (coordenado na primeira fase pelo SEF), com a finalidade de proceder ao levantamento de requisitos para a aquisição comum de equipamentos móveis de controlo de identidade, gerando economias de escala e potenciando a harmonização e interoperabilidade.
Melhoria das condições de atendimento ao público e expansão da vertente documental	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura de um novo posto descentralizado na área da Grande Lisboa – Posto de Atendimento de Alverca/Vila Franca de Xira. - Lançamento do Programa ISU – Interface SEF-Universidade, para à agilização da documentação de estudantes universitários oriundos de países terceiros. - Consolidação do Centro de Contacto do SEF e do Sistema de atendimento on-line – alargamento da funcionalidade a pedidos de renovação de títulos de residência. - Expansão do SIGAP, totalizando seis postos de atendimento no final de 2010 (DRLVTA: Sede, Reboleira e Alverca; D.Reg. Santarém; Loja do Cidadão de Faro e D.Reg. Portimão). - Consolidação do Programa SEF em Movimento (Associações, DGSP, Ministério Educação), com o novo projecto SEF vai à Escola.

Figura 24 – Concretização dos Eixos Estratégicos: Reforço das relações internacionais e cooperação

Reforço das relações internacionais e cooperação	
Acompanhamento da política comum de imigração e asilo (UE) e participação em iniciativas extra UE	<ul style="list-style-type: none"> - Participação nos diversos grupos e comités da EU, no âmbito da política comum de imigração e asilo (CEIFA, GANAM, SIS II, CIA, etc.); - SISone4All – Assinatura de memorandos de entendimento com aBulgária, Roménia e Liechtenstein; - Parcerias para a Mobilidade (Moldávia e Cabo-Verde); - Participação nas Actividades do Comité Permanente para a Segurança Interna (COSI), designadamente operações conjuntas, troca de informação e Rede Europeia de Patrulhas.
Agência Europeia FRONTEX	<ul style="list-style-type: none"> - Participação em operações de controlo dos fluxos migratórios e da fronteira comum da União Europeia e demais actividades desta Agência Europeia, com particular realce para as operações RABIT.
Cooperação com os países da CPLP	<ul style="list-style-type: none"> - Prestação de formação e assessoria técnica, no âmbito do protocolo IPAD/MAI (Programas de assistência técnico-policial): 215 dias de formação (inclui 5 acções em Angola e Cabo Verde – e Formação de Formadores e Estágio Responsáveis de Rec. Humanos e Formação em Lisboa; - Instalação do sistema PASSE em Cabo-Verde e Timor-Leste; - Desenvolvimento de processos negociais de protocolos bilaterais com os Estados CPLP.

Figura 25 – Concretização dos Eixos Estratégicos: Qualificação dos Recursos Humanos

Qualificação dos Recursos Humanos	
Plano de formação	<p>Por constrangimentos de ordem financeira, a execução do Plano de Formação do SEF para 2010 foi objecto de reorientação. Privilegiando as áreas temáticas definidas (Técnico-operacional, Informática Comportamental, Organizacional e Administração, Gestão Pública, Formação de Formadores), procurou-se dar resposta às necessidades mais prementes, bem como incentivar a auto-formação.</p> <p>Indicadores de Formação:</p> <ul style="list-style-type: none"> N.º total de horas de formação: 27 161 (inclui formação inicial – 542 horas, contínua, auto-formação, seminários, etc.); N.º total de acções de formação: 199; Formação inicial (assistentes técnicos e técnicos superiores): 1 848 horas a 132 formandos; Formação ministrada na área técnico-operacional: 14 231 horas a 1 254 formandos; Rácio horas formação / colaborador: 19,91 horas; Rácio formação por colaborador: 1,33.
Gestão e Administração de Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Foram empreendidas as medidas de Avaliação de Desempenho, em acordo com as disposições legais vigentes. - No que respeita ao ordenamento interno e à administração de pessoal, dá-se realce à republicação do regulamento de colocações do pessoal da CIF/SEF. A adopção do novo regime implica a abertura geral de vagas, o que deverá ocorrer em 2011. Deve notar-se que, nos últimos dois anos, o SEF tem-se debatido com a saída de colaboradores, aspecto que tem vindo a merecer a atenção pela Direcção Nacional. Com a conclusão de concursos para a admissão de pessoal, mormente em situação de mobilidade interna, espera-se a consolidação do efectivo do SEF.

Fichas de Auto-avaliação

Em 2010 foi consolidado o modelo de gestão por objectivos, consubstanciado na adopção do modelo de fichas de actividade. A valorização deste processo constitui um incentivo para a melhoria contínua e um desafio para as unidades orgânicas, dirigentes e colaboradores. Por essa razão, para efeitos do presente relatório de actividades, procede-se à sua análise, de forma necessariamente sintética e quantitativa, com a valoração de aspectos qualitativos relevantes.

No plano de actividades do SEF para 2010 foram definidas 163 actividades (Anexo 2). No decurso do ano, foram adicionadas 20 actividades não planeadas e anuladas 10, perfazendo um total de 126 objectivos orgânicos (figura 26).

Figura 26 – Objectivos em 2010

Órgãos e Serviços	Planeados	Aditados	Anulados / Adiados	TOTAL	Superados	Atingidos	Não atingidos
Directoria	27	9	2	34	10	20	4
Serviços Centrais	101	10	7	104	62	23	19
Direcções Regionais	35	1	1	35	25	7	3
TOTAL	163	20	10	173	97	50	26

Para avaliação dos resultados obtidos (de modo a assegurar a harmonização conceptual com o SIADAP 1), foram adoptadas as seguintes notações: *não atingido*, *atingido* e *superado*.

Assim, num total de 173 objectivos, os resultados são extremamente favoráveis, com a superação de 97 objectivos e atingidos outros 50. Apenas não foram atingidos 26 objectivos. Em termos de proporção, 56,07% dos objectivos foram superados, 28,90% foram atingidos e 15,03% não foram atingidos.

Nos Gabinetes de apoio à Directoria Geral, num total de 36 objectivos, 10 foram superados, 20 atingidos e 6 não atingidos. Quanto às Direcções Regionais, em 35 objectivos, 25 foram superados, 7 atingidos e 3 não atingidos. No que respeita aos Serviços Centrais, num total de 104 objectivos, 62 foram superados, 23 atingidos e 19 não atingidos.

A não concretização de alguns objectivos advém de diversas condicionantes, nomeadamente a escassez de recursos humanos, as restrições financeiras, a redefinição de prioridades em razão de oportunidades político-estratégicas, a natureza transdisciplinar da actividade do SEF e elevada interacção e cooperação entre unidades orgânicas, necessária para a concretização de projectos e actividades, em particular no caso de objectivos partilhados, nomeadamente os que envolvem o recurso a tecnologias de informação.

Desta auto-avaliação, efectuada pelos dirigentes, salienta-se a elevada ambição nos objectivos delineados e o elevado grau de superação, revelando o significativo esforço efectuado pelo Serviço e pelos seus colaboradores.

Unidades Homogéneas

De acordo com a noção legal de unidades homogéneas⁴⁵, na estrutura orgânica do SEF integram este conceito os Serviços Descentralizados, nomeadamente as Direcções Regionais. Genericamente, as Direcções Regionais detêm, na área da sua jurisdição, competências relativas ao controlo de fronteira, à fiscalização da permanência e ao afastamento de cidadãos estrangeiros em território nacional, à atribuição de títulos de residência e à investigação criminal.

No entanto, entre estas unidades orgânicas registam-se características substantivas distintas (figura 27), em razão de competências legais distintas,⁴⁶ da diversidade ao nível da dimensão das áreas de jurisdição, população residente, natureza e quantidade de subunidades existentes, diversidade e quantidade dos serviços prestados e exercício de competências em função da realidade orgânica e geográfica (figura 28).

Neste contexto, uma avaliação comparada afigura-se um processo particularmente complexo e arriscado.

⁴⁵ Serviços desconcentrados ou periféricos da administração directa e indirecta do Estado que desenvolvem o mesmo tipo de actividades ou fornecem o mesmo tipo de bens e ou prestam o mesmo tipo de serviços – alínea i) do artigo 4º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

⁴⁶ Relativamente a este aspecto, é de assinalar que a DRLVTA não tem competências legais ao nível do controlo de fronteiras aéreas externas (o posto de fronteira do Aeroporto de Lisboa está na dependência directa da Direcção Central de Fronteiras) e das fronteiras marítimas do Porto de Lisboa e de Sines (também sob dependência directa da DCF) e da investigação criminal (a cargo da DCIPAI, não obstante a DRLVTA efectuar participações e diligências em matéria criminal); a DRC não possui fronteiras aéreas na sua área de jurisdição e as Direcções Regionais dos Açores e Madeira não desenvolvem as competências decorrentes da actuação na fronteira interna terrestre, em particular no quadro dos Centros de Cooperação Policial e Aduaneira.

Figura 27 – Caracterização das Unidades Homogéneas – Direcções Regionais

Característica	DR Algarve	DR Açores	DR Centro	DRLVTA	DR Madeira	DR Norte	TOTAL
Jurisdição geográfica (por distrito)	Faro	RA Açores	Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Guarda e Viseu	Beja, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal	RA Madeira	Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real	-
Área geográfica aproximada (Km ²) ⁴⁷	4 996,1	2 322,3	27 845,0	37 963,8	801,1	18 162,6	92 090,9
Número de residentes (média) ⁴⁸	430 084	244 780	2 403 349	4 006 464	247 161	3 295 412	10 627 250
Total de residentes estrangeiros ⁴⁹	73.635	3.588	54.469	276.511	6.935	46.605	461.743
Recursos Humanos	130	52	179	296	52	200	909
Dirigentes e Chefias	10	5	10	18	6	11	60
CIF/SEF	85	27	77	105	32	129	455
Outras carreiras ⁵⁰	35	20	92	173	14	60	394
CCPA	1	0	1	1	0	2	5
PF Aérea	1	3	0	0	2	1	
PF Marítima	4	3	3	4	2	3	19
Deleg. Regionais	3	3	7	6	1	4	24
Pedidos de Autorização de Residência ⁵¹	6.575	361	7.191	29.701	585	6.409	50.822

Neste enquadramento, em sede de objectivos anuais, importa evidenciar os resultados atingidos nos objectivos para os quais o contributo das Direcções Regionais é determinante (figura 28), designadamente a redução de tempo para concessão de autorização de residência e o número de identificados em acções de fiscalização.

Figura 28 – Resultados das Unidades Homogéneas

Objectivos Operacionais	DR Algarve	DR Açores	DR Centro	DR LVTA	DR Madeira	DR Norte	
OA2. Reduzir o prazo de decisão do pedido de concessão de autorização de residência relativamente ao prazo verificado no ano transacto (Fonte de verificação: Apuramento junto das Direcções Regionais/SIGAP/SEFSTAT)	1 ⁱ	12,5	8,8	25,1	23,9	15	2009
	1	23,24	7,70	13,25	11,51	8,74	2010
	0,00%	85,92%	-12,50%	-47,21%	-51,84%	-41,73%	Var.
OA3. Aumentar o n.º de identificados pelo SEF no âmbito de acções de fiscalização e investigação (5%) ⁱⁱ (Fonte de verificação: Sistema de Recolha de Informação Estatística/DPF-RADiR)	32368	2977	133508	26817	777	17559	2009
	46281	9632	89062	52314	5154	45252	2010
	42,98%	223,55%	-33,29%	95,08%	563,32%	157,71%	Var.

⁴⁷ Fonte: INE, Superfície (KM²) do território nacional por Localização geográfica – Anual; Instituto Geográfico Português (dados de 20 de Novembro de 2008)

⁴⁸ Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente, População média anual residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Grupo etário (por ciclos de vida) – Anual; (dados de 02 de Outubro de 2009)

⁴⁹ Fonte: SEFSTAT – sistema de informação estatística sobre população estrangeira. Os dados enunciados para 2010 são provisórios e referem-se ao número total de cidadãos estrangeiros residentes por distrito.

⁵⁰ Técnico Superior, Assistente Técnico, Assistente Operacional, Outras

⁵¹ Fonte: SEFSTAT. Os dados enunciados para 2010 são provisórios e são referentes a primeiras emissões de títulos de residência para cidadãos estrangeiros, por distrito.

Observações:

I – A DRA não contabilizou tempo médio de instrução dos pedidos de concessão de autorização de residência que foram objecto de análise mais pormenorizada e que não foram instruídos e decididos de forma imediata, dada a pouca expressividade do número de processos que careceram análise mais detalhada.

II – O número de identificados pelo SEF no âmbito de acções de fiscalização realizadas é o constante no Relatório de Actividades das Direcções Regionais referentes aos anos de 2009 e 2010.

Face a tudo o que acima fica exposto, a avaliação comparativa das unidades homogêneas do SEF não atende aos aspectos quantitativos, sendo certo que os aspectos qualitativos enunciados influenciam determinante e diferenciadamente a actividade nas vertentes operacional e documental de cada uma destas unidades orgânicas. Afigura-se assim que a busca de elementos explicativos mais detalhados sobre o seu contributo para os objectivos anuais e estratégicos não se revela pertinente, atentos aspectos que se prendem com a segurança interna, nem rigoroso, face às divergências entre a homogeneidade jurídico-formal e as características da realidade material.

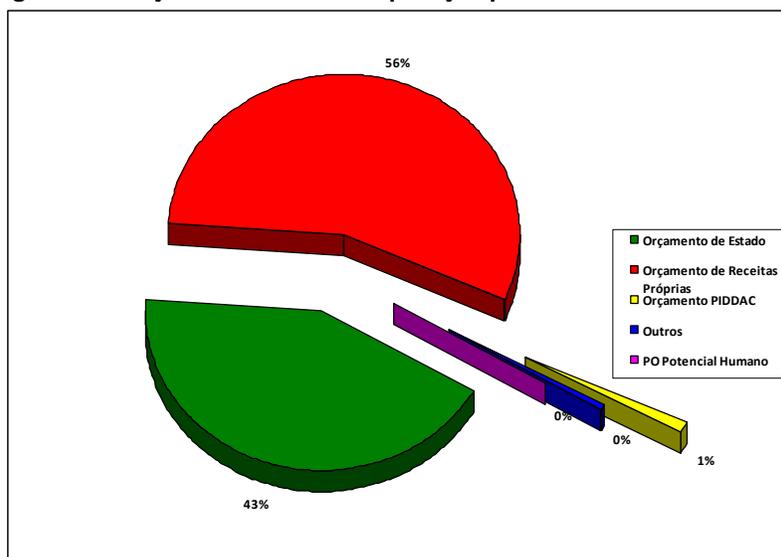
2.2 Síntese Financeira 2010

A síntese financeira de 2010 estrutura-se em três partes: Orçamento e Fontes de Financiamento; Despesa: Funcionamento, Investimentos; Receita: Evolução, Unidades Orgânicas e Tipologia. Neste capítulo pretende-se ilustrar o desempenho financeiro do SEF durante o ano de 2010, e não proceder a uma análise exaustiva e detalhada neste domínio.

Orçamento e Fontes de Financiamento

O orçamento global do SEF em 2010 foi objecto de cativação das dotações, tendo o montante total corrigido ascendido a € 83.385.730,14. As fontes de financiamento são o Orçamento de Estado (OE) (€ 35.776.250,00; 42,90%); Orçamento de Receitas Próprias; (€ 46.199.897,00; 55,41%); Orçamento do PIDDAC (€ 979.934,00; 1,18%); Outros, nomeadamente projectos e fundos Comunitários, etc. (€ 404.979,14; 0,49%) e o Plano Operacional para o Potencial Humano (€ 24.677,00; 0,03%).

Figura 29 – Orçamento do SEF – Repartição por Fonte de Financiamento



De salientar que as receitas próprias constituem a fonte de financiamento mais representativa do orçamento do SEF (figura 29). Assim, a realização de despesas, nomeadamente as tendentes à modernização e incremento da qualidade do Serviço dependem da cobrança destas receitas (taxas e coimas).

A execução orçamental cifrou-se pelos 92,35% (figura 30). A execução da generalidade do orçamento por fontes de financiamento é francamente positiva, em resultado de uma política de adequação de meios face às restrições financeiras observadas, sem comprometimento da execução da missão do Serviço.

Figura 30 – Fontes de Financiamento, Orçamento e Execução

Fonte de Financiamento	Orçamento	Execução	Taxa de Execução
Orçamento de Estado	€ 35.776.250,00	€ 35.775.624,15	100,00%
Orçamento de Receitas Próprias	€ 46.199.897,00	€ 40.062.637,24	86,71%
Orçamento PIDDAC	€ 979.934,00	€ 741.146,00	75,63%
Outros	€ 404.979,14	€ 404.979,14	100,00%
PO Potencial Humano	€ 24.677,00	€ 24.677,00	100,00%
TOTAL	€ 83.385.730,14	€ 77.009.063,53	92,35%

De notar que a melhoria da economia dos recursos afectos ao funcionamento do SEF, consagrada na Carta de Missão do Director Nacional, foi superado de acordo com o indicador definido⁵², verificando-se um grau de execução de 92,51% (Orçamentos de Estado e de Receitas Próprias).

⁵² Indicador de Desempenho = DF_n (Despesas de Funcionamento) / ODF_n (Orçamento de funcionamento deduzido das cativações); deverá situar-se no intervalo [0,95; 1,0]

Despesa: Funcionamento, Investimentos

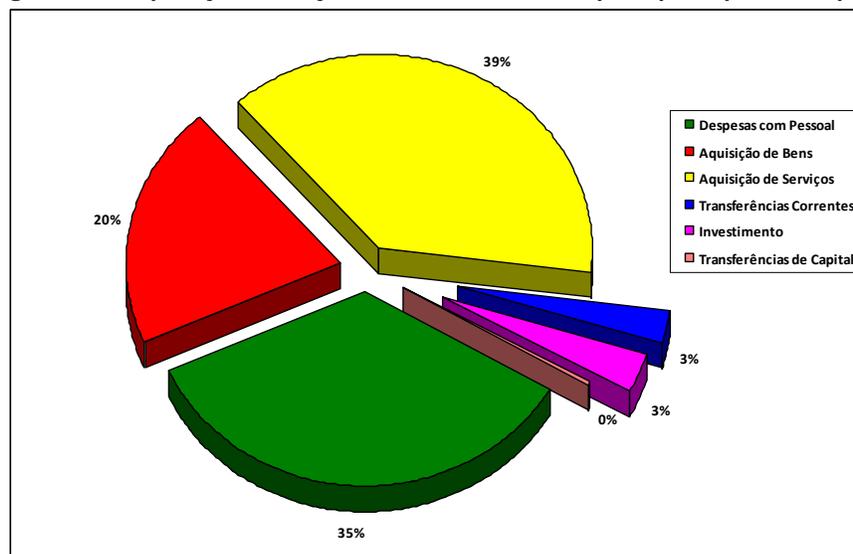
Considerando o orçamento de receitas próprias (figura 31), o qual, como supra mencionado, representa cerca de 60% do financiamento das despesas de funcionamento do SEF, a taxa de execução global ascendeu a 86,72% do montante orçamentado.

Figura 31 – Rubricas de despesa, Orçamento de Receitas Próprias e Execução

Rubrica	Orçamento	Execução	Taxa de Execução
Despesas com Pessoal	€ 16.220.059,00	€ 15.722.820,25	96,93%
Aquisição de Bens	€ 9.301.189,00	€ 8.973.336,63	96,47%
Aquisição de Serviços	€ 17.739.843,00	€ 12.975.497,53	73,14%
Transferências Correntes	€ 1.289.134,00	€ 1.244.943,57	96,57%
Investimento	€ 1.467.799,00	€ 964.167,29	65,69%
Transferências de Capital	€ 181.873,00	€ 181.871,97	99,99%
TOTAL	€ 46.199.897,00	€ 40.062.637,24	86,72%

O Orçamento de Receitas Próprias é distribuído do seguinte modo (figura 32), salientando-se o peso que as Despesas com pessoal representam no total do orçamento de receitas próprias, com 35,11% do valor orçamentado:

Figura 32 – Repartição do Orçamento de Receitas Próprias por Tipo de Despesa



Receita: Evolução, Unidades Orgânicas e Tipologia

A receita arrecadada pelo SEF em 2010 foi inferior ao orçamentado, representando cerca de 85% do valor previsto, devendo-se, essencialmente, a um desvio das taxas cobradas (figura 33).

Figura 33 – Receita 2010: Valores do Orçamento e Arrecadados

Tipo de Receita	Orçamento	Arrecadação	Desvio
Taxas	45.557.382,00	34.577.341,19	-10.980.040,81
Multas e Penalidades	3.441.818,00	3.676.113,01	234.295,01
Co-Financiamento Europeu	500.000,00	1.704.954,29	1.204.954,29
Publicações e Impressos	2.500.000,00	3.069.714,19	569.714,19
Fardamento e Artigos Pessoais	200,00	243,87	43,87
Serviços – Outros	600,00	774.651,62	774.051,62
Outras Receitas Correntes	0,00	834,65	834,65
TOTAL	52.000.000,00	43.803.852,82	-8.196.147,18

A comparação da receita arrecadada em 2010 com a de 2009 revela uma quebra de -7,18% (figura 34). No entanto, os contributos negativos para o decréscimo da receita prendem-se com projectos co-financiados, reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo gerência do ano anterior.

Figura 34 – Evolução da Receita Arrecadada

Tipo de Receita	2009	2010	Variação	
			Montante	%
Taxas	30.184.280,33	34.577.341,19	4.393.060,86	14,55%
Multas e Penalidades	3.454.133,25	3.676.113,01	221.979,76	6,43%
Co-Financiamento Europeu	3.363.326,28	1.704.954,29	-1.658.371,99	-49,31%
Publicações e Impressos	2.669.383,10	3.069.714,19	400.331,09	15,00%
Fardamento e Artigos Pessoais	198,73	243,87	45,14	22,71%
Serviços – Outros	634.988,82	774.651,62	139.662,80	21,99%
Outras Receitas Correntes	5,59	834,65	829,06	14831,13%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.800.000,00	0,00	-1.800.000,00	-100,00%
Saldo gerência anterior	5.085.455,62	0,00	-5.085.455,62	-100,00%
TOTAL	47.191.771,72	43.803.852,82	-3.387.918,90	-7,18%

2.3 Avaliação da afectação de recursos previstos

Na afectação de recursos pelo SEF na prossecução dos objectivos para 2010, foram observados critérios de racionalidade e economia, atentos os constrangimentos financeiros e procedimentais resultantes da conjuntura nacional e internacional.

Assim, face ao planeado em sede de QUAR de 2010, verifica-se um sobre-aproveitamento dos recursos humanos (figura 35). De facto, o esforço empreendido pelos colaboradores permitiu a prossecução dos objectivos propostos, suprir a escassez de recursos humanos.

Figura 35 – Avaliação dos efectivos⁵³

Recursos Humanos	Planeados	Pontuação		Efectivo	N.º Faltas	UERHE	Pontuação	Desvio
		Individual	Total					
Dirigentes (Direcção Superior)	4	20	80	4	6	223,5	79,47	-0,53
Dirigentes (Intermédia)	39	16	624	37	139	221,243	613,58	-10,42
Inspector Superior/Inspector	158	15	2370	66	439	218,348	2299,94	-70,06
Insp.adjunto Princ./Insp.adj.	730	12	8760	679	3600	219,698	8553,58	-206,42
Técnico Superior	97	12	1164	75	1223	208,693	1079,64	-84,36
Especialista Informática	18	12	216	10	48	220,2	211,39	-4,61
Técnico de Informática	25	9	225	21	206	215,19	215,19	-9,81
Assistente Técnico	552	8	4416	394	5218	211,756	4156,07	-259,93
Vigilância e Segurança (Chefia)	3	7	21	0	0	0	0,00	-21,00
Vigilância e Segurança	15	7	105	8	31	221,125	103,19	-1,81
Encarregado Operacional	1	5	5	0	0	0	0,00	-5,00
Assist. Op. (Cond. viaturas)	5	5	25	2	0	225	25,00	0,00
Assist. Op. (Com. Telefónicas)	8	5	40	5	5	224	39,82	-0,18
Assist. Op. (Conserv./manut.)	17	5	85	15	363	200,8	75,86	-9,14
Assist. Op. (Limpeza)	32	5	160	32	120	221,25	157,33	-2,67
TOTAIS	1704	-	18296	1348	11809	2830,8	17610,06	-685,94

De salientar que o efectivo global do SEF compreende ainda elementos de forças de segurança, docente de ensino não superior e estagiários do programa de estágios profissionais da administração central, os quais não são considerados para efeitos de avaliação dos recursos humanos em sede de QUAR.

Quanto aos recursos financeiros, houve a necessidade de proceder à correcção do orçamento, em virtude de constrangimentos orçamentais decorrentes da diminuição da receita (figura 36). Assim, foi solicitada ao Ministério das Finanças a utilização do saldo de gerência, reforços orçamentais e descativação de verbas, de modo a suprir necessidades financeiras relativas a pagamentos a fornecedores diversos em salvaguarda da segurança interna.

Figura 36 – Avaliação dos recursos financeiros (em M€)

Recursos Financeiros	Planeado	Corrigido	Executado	
			Valor	%
Orçamento de Funcionamento	90,00	83,32	77	92,41
Despesas com o Pessoal	52,87	52,27	51,68	98,87
Aquisição de Bens e Serviços	31,76	27,35	22,19	81,13
Outras Despesas Correntes	3,72	1,29	1,24	96,12
Aquisição Bens Capital	1,64	1,48	0,97	65,54
Transferências Capital	0,01	0,18	0,18	100
PIDDAC (em milhões)	1,27	0,75	0,74	98,66

⁵³ Cálculo da avaliação dos efectivos em consonância com o documento *SIADAP 1 – Construção do QUAR: Linhas de Orientação*, difundido pelo Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços (CCAS). Para efeitos de determinação das unidades equivalentes de recursos humanos planeadas (UERHP) e executadas (UERHE) foram considerados 225 dias úteis de trabalho efectivo, deduzidos das respectivas faltas.

Página propositadamente deixada em branco

III – Balanço Social

No presente capítulo são apresentadas as principais conclusões do Balanço Social do SEF, o qual foi elaborado em harmonia com o disposto no Decreto-Lei nº 190/96, de 9 de Outubro, utilizando os elementos fornecidos pelo sistema SRH e pela aplicação BSORG⁵⁴ (Anexo 3).

No ano de 2010, em termos de recursos humanos, há a salientar a redução do número de colaboradores, o início de procedimentos concursais para contratação de colaboradores das carreiras de técnico superior e assistente técnico (mormente a resolução de situações de mobilidade interna) e a inversão da tendência crescente do número de ausências do trabalho.

No que respeita ao decréscimo do número de colaboradores, importa quantificar que, no final do ano de 2010, o efectivo do SEF era constituído por 1 364 colaboradores (1 435 no ano anterior), o que representa um decréscimo de cerca de 4,95% face ao ano transacto. Por género, a repartição é muito próxima da paridade, com 44,28% de colaboradores do sexo feminino e 55,72% do masculino.

O efectivo do SEF é caracterizado por um equilíbrio da distribuição de colaboradores por género e por um quadro jovem, com um média de idades de 43,57 anos (mediana de 43,47). De salientar que 75% dos colaboradores do SEF têm uma idade até aos 48,75 anos, concentrando-se metade dos efectivos entre esta idade e os 36,90 anos.

Não obstante a juventude dos colaboradores do SEF, saliente-se que o nível experiência (medido pela antiguidade) atinge um valor médio de 16,14 anos (mediana de 18,06). Com efeito, metade do efectivo do SEF tem uma antiguidade entre os 6, 56 e os 22,25 anos.

Quanto ao corpo especial de investigação e fiscalização, este representa cerca de 51,10% do efectivo global, com 697 elementos. No entanto, a repartição por género é bastante desnivelada, sendo constituída por cerca de 20% por colaboradores do sexo feminino e os restantes 80% do sexo masculino.

⁵⁴ A aplicação foi objecto de reestruturação em 2010, pelo que houve a necessidade de proceder a uma interpretação de alguma informação com base em aspectos lógicos, cuja oportunidade em razão da elaboração do presente documento, impediu a validação técnica da estrutura.

O nível técnico do SEF é de 12,76%, existindo um nível de especificidade (corpos especiais) de 60,63%, revelador da dotação e adequação de colaboradores à prossecução da missão e objectivos do Serviço.

O nível de habilitações dos colaboradores é elevado, porquanto cerca de 34,09% dos efectivos têm formação de nível superior e cerca de 55,79% possuem uma habilitação de nível secundário.

Para os próximos anos, perspectiva-se o reforço das qualificações dos colaboradores do SEF, como se pode estatuir das ausências do trabalho por motivos de educação e formação (377 dias), acrescendo a alteração ao estatuto de pessoal no sentido da habilitação literária mínima exigível para o ingresso na carreira de investigação e fiscalização passar a ser a licenciatura.

No que respeita à redução do quadro de efectivos do SEF, evidencia-se um reduzido número de novas admissões (8 colaboradores⁵⁵) e um número assinalável de saídas definitivas (53).

Quanto ao absentismo, a taxa de ausências foi de 3,44% (contra 9,12% em 2009), revelando cerca de 6,45 faltas por pessoa/ano. Esta redução acentuada do absentismo poderá encontrar possíveis justificações em eventuais saídas de pessoas em situação de baixa prolongada e/ou suspensão de funções. Assim, não é despiciendo afirmar que este aspecto se reputa como crucial na manutenção dos níveis de serviço perante a redução do número de colaboradores.

No que concerne à formação, da avaliação da execução do Plano de Formação para 2010, constata-se que este abrangeu a totalidade do efectivo do SEF, salientando-se as 27 161 horas de acções de formação. Este valor reporta-se a um total de 199 acções de formação, bem como a 542 horas de auto-formação. Evidencia-se a formação inicial proporcionada a 132 colaboradores (assistentes técnicos e técnicos superiores), num total de 1 848 horas. No âmbito da formação técnico-operacional, foram ministradas 14 231 horas a 1 254 formandos.

Os regimes de horário de trabalho mais relevantes no SEF são o rígido (30,72% do efectivo), isenção de horário (38,71% dos colaboradores) e por turnos (30,57% dos funcionários). A carreira de investigação e fiscalização, pela natureza das suas funções, desempenha a sua actividade nos regimes de horário flexível e por turnos.

⁵⁵ Não inclui 11 regressos de elementos da CIF/SEF, em função da cessação de comissões de serviço, prestação de serviço em outros organismos, ou enquanto oficiais de ligação e imigração no estrangeiro.

Os encargos com o pessoal ascenderam a 34 011 778,20 euros, 84,10% dos quais foram destinados às remunerações dos colaboradores. A restante despesa cobriu encargos com prestações e benefícios sociais. De evidenciar a redução acentuada dos encargos com pessoal, em -18,27% face ao ano anterior.

Perante o cenário de restrições financeiras que se apresenta para 2011, a gestão e valorização dos recursos humanos afigurar-se-á um desafio importante em todos os domínios, designadamente ao nível da gestão prospectiva de colaboradores, bem como na sua qualificação. Com este propósito de melhor adequação dos recursos humanos, e em cumprimento do novo regime de colocações da CIF, será encetado um novo concurso de abertura geral de vagas, que permitirá uma mais eficiente e eficaz disposição dos colaboradores.

Página propositadamente deixada em branco

IV – Avaliação Final

1. Apreciação qualitativa e quantitativa dos resultados alcançados

Os resultados alcançados pelo SEF no decurso de 2010 foram positivos, quantitativa e qualitativamente, em todas as áreas de actuação do Serviço. Num quadro de fortes restrições financeiras e crescimento da exigência na resposta aos desafios colocados em matéria de imigração e asilo e na salvaguarda da segurança interna, os resultados alcançados pelo SEF devem-se, em especial, ao contributo exemplar dos colaboradores, cuja dedicação, qualificação e competência permitiram superar as dificuldades enfrentadas no quotidiano. De resto, as conclusões da Avaliação Schengen a Portugal, em 2010, evidenciam este aspecto, relativamente ao pessoal que exerce funções de controlo de fronteiras. De facto, considerando a evolução negativa do número de efectivos em funções no SEF, só um corpo de colaboradores proficiente nas suas actividades poderá responder eficazmente em prol da prossecução da missão do Serviço.

Em termos genéricos e sem prejuízo de melhor análise noutra sede, no decurso do ano de 2010 o SEF deu cumprimento aos objectivos que lhe foram acometidos pelas Grandes Opções do Plano de 2010, na Carta de Missão do Director Nacional e nas medidas do Plano Tecnológico e SIMPLEX 2010 para o MAI.

Considerando os critérios de avaliação do desempenho (cf. artigo 11.º da Lei do SIADAP), a taxa de realização dos objectivos do SEF em 2010 foi de 115%, repartida em 44% na eficiência, 41% na eficácia e 30% na qualidade (figura 37).

Figura 37 – Avaliação Final QUAR 2010

Objectivos Operacionais	Metas	Resultados	Taxa Execução	Ponderação			
				(1)		(2)	
OBJ 1. Aumentar o controlo automático de fronteira nos Postos de Fronteira Internacionais.	25%	26,98%	107,93%	50%	53,96%	35%	44%
OBJ 2. Reduzir o prazo de decisão do pedido de concessão de autorização de residência relativamente ao prazo verificado no ano transacto.	15	10,42	143,93%	50%	71,97%		
OBJ 3. Aumentar o n.º de identificados pelo SEF no âmbito de acções de fiscalização e investigação (5%).	253.880	346.520	136,49%	50%	68,24	35%	41%
OBJ 4. Aumentar o número de operações de carácter pluriregional, em que participam pelo menos três departamentos do SEF (40%).	[14, 15]	15	100,00%	50%	50,00%		
OBJ 5. Participar no controlo de fronteira externa da UE através das Operações Conjuntas organizadas pela FRONTEX	[4, 5]	5	100,00%	100%	100,00%	30%	30%
REALIZAÇÃO	115,461%						

(1) Ponderação de cada indicador para a concretização do objectivo (coluna esquerda a ponderação prevista; coluna direita a ponderação da realização); (2) Ponderação do objectivo para os parâmetros de avaliação (coluna esquerda a ponderação prevista; coluna direita a ponderação da realização).

Nestes termos, verifica-se uma superação global dos objectivos inscritos em QUAR (três superados e dois atingidos) com uma realização superior à prevista. De notar que os objectivos atingidos (objectivos 4 e 5) foram alvo de revisão das respectivas metas, que no caso do objectivo 4 implicou a revisão da meta para o dobro da inicialmente prevista.

Assim, o desempenho do SEF em 2010, em termos de cumprimento dos objectivos QUAR, expressa um Desempenho Bom, nos termos da alínea a) o n.º 1 do artigo 18.º da Lei do SIADAP, susceptível de reconhecimento da distinção de mérito, conforme disposto no n.º 2 do mesmo preceito (Desempenho Excelente).

2. Menção proposta pelo dirigente máximo do serviço como resultado da auto-avaliação, de acordo com o n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro

Atento o teor do presente relatório de actividades, e considerando:

- O relevante contributo do SEF para o desenvolvimento da política de segurança interna e de imigração;
- A afirmação do Serviço a nível comunitário e internacional;
- O reconhecimento consecutivo em 2008 e 2009 de *Desempenho Excelente* por S.E. o Ministro da Administração Interna, ao abrigo do disposto, conjugadamente, na alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º, nos números 2 e 3 do artigo 18.º, e no artigo 19.º, todos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro;
- O nível de cumprimento dos objectivos da Carta de Missão do Director Nacional;
- O reconhecimento do SEF enquanto entidade de primeira linha da administração pública portuguesa na dimensão tecnológica (RAPID, PEP, SISone4ALL, CCE, etc.);
- A elevada taxa de realização dos objectivos do QUAR (115%);
- A superação generalizada dos objectivos contratualizados;

nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, considero que o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras teve um *Desempenho Bom*.

Atentos os resultados alcançados, considero ainda reunir o SEF as condições necessárias para a atribuição de distinção de mérito, reconhecendo o *Desempenho Excelente*, nos termos do disposto no n.º 2 do mesmo preceito.

O Director Nacional

Manuel Jarmela Palos

3. Conclusões prospectivas

A actividade do SEF prosseguida em 2010 revelou-se positiva, como se constata no presente relatório, apesar dos constrangimentos verificados, quer pelas dificuldades financeiras transversais a toda a sociedade portuguesa, quer por transformações estruturais ímpares e necessárias para o Serviço. No entanto, a promoção da melhoria contínua e a busca da excelência constituem desígnios do ponto de vista organizacional que o SEF pretende alcançar, em prol dos cidadãos e da segurança interna.

Os constrangimentos financeiros têm constituído um obstáculo a políticas de investimento e modernização do SEF. No entanto, o Serviço tem encarado estas limitações como um desafio cuja resposta carece de soluções alternativas, de modo a potenciar melhorias organizativas e potenciação de ferramentas tecnológicas, em prol da economia e eficácia. A título de exemplo

Nos últimos anos tem-se verificado uma redução no efectivo de recursos humanos. Por um lado, de modo a acompanhar a crescente complexidade da vertente operacional do SEF, perspectiva-se alguma urgência na conclusão do concurso de admissão à carreira de investigação e fiscalização. Também as carreiras do regime geral carecem de um efectivo reforço, de modo a dotar o SEF de um quadro que permita uma resposta ainda mais eficaz aos desafios emergentes. De facto, o quadro de colaboradores ideal do SEF seria superior a 1600 (conforme QUAR 2010) e o efectivo aproxima-se dos 1360.

Por isso, não é demais mencionar o esforço e a dedicação dos colaboradores do SEF, cujo amplo contributo transcende a prossecução da missão e atribuições, estendendo-se à modernização e promoção da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados.

É neste quadro que cabe promover a qualificação dos colaboradores, pois só assim será possível minimizar as limitações quantitativas enunciadas.

De igual forma, a consolidação de metodologias de gestão estratégica, bem como a melhoria efectiva do ponto de vista da produção de informação sobre o fenómeno migratório (Cf. Parte II, ponto 1.7), suportadas, também, na evolução tecnológica contínua, perspectivarão a evolução do SEF no sentido do reforço da modernização estrutural que tem vindo a empreender.

Anexos

Anexo 1 – Sistema de Controlo Interno

Anexo 2 – Fichas de Auto-avaliação

Anexo 3 – Balanço Social

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
2010

ANEXO 1

Avaliação do Sistema de Controlo Interno

ANEXO 1. Conteúdo do Relatório de Auto-Avaliação/Relatório de Actividades

ANEXO A

Questões	Aplicado			Fundamentação
	S	N	NA	
1 – Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo interno?	X			
1.2 É efectuada internamente uma verificação efectiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			
1.4 Estão claramente definidos valores éticos e de integridade que regem o serviço (ex. códigos de ética e de conduta, carta do utente, princípios de bom governo)?	X			
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade das tarefas?	X			Anualmente é elaborado e executado um Plano de Formação
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direcção e os dirigentes das unidades orgânicas?	X			Reuniões periódicas e Reunião Anual de Direcção
1.7 O serviço foi objecto de acções de auditoria e controlo externo?				
2 – Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?				
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?			X	SIADAP 2: 7.94%; SIADAP 3: 38.1%
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma acção de formação?			X	
3 – Actividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			Relativo a consumíveis
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?		X		Devido à escassez de RH
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidas e formalizadas?	X			
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			
3.8 Existe um plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas?	X			
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infracções conexas é executado e monitorizado?				
4 – Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas de contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			Existem algumas limitações minimizáveis com o GERFIP
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos outputs dos sistemas?	X			A validação das áreas operacionais
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou activos do serviço?	X			
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de backups)?	X			
4.7 A segurança na troca de informações e software está garantida?	X			

Nota: as respostas devem ser dadas tendo por referência o ano em avaliação.

Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não aplicável.

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
2010**

ANEXO 2
Fichas de Auto-Avaliação

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

Índice

ÍNDICE	1
GABINETES DA DIRECTORIA GERAL	3
GABINETE DE ASILO E REFUGIADOS.....	3
GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E COMUNICAÇÃO	4
GABINETE DE INSPECÇÃO	5
GABINETE JURÍDICO	5
GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO.....	6
SERVIÇOS CENTRAIS	7
DIRECÇÃO CENTRAL DE FRONTEIRAS	7
DIRECÇÃO CENTRAL DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO	7
DCGA – DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	7
DCGA – DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	8
DCGA – DEPARTAMENTO DE INSTALAÇÕES E SEGURANÇA.....	8
DIRECÇÃO CENTRAL DE INFORMÁTICA	8
DCI – DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES.....	9
DCI – DEPARTAMENTO DE SISTEMAS E COMUNICAÇÕES.....	10
DCI – DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO.....	11
DIRECÇÃO CENTRAL DE IMIGRAÇÃO, CONTROLO E PERITAGEM DOCUMENTAL.....	12
DCICPD – DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO E PERITAGEM DOCUMENTAL	13
DCICPD – DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, REGISTO E DIFUSÃO.....	14
DCICPD – DEPARTAMENTO DE CONTROLO DE EMISSÃO DE DOCUMENTOS.....	14
DIRECÇÃO CENTRAL DE INVESTIGAÇÃO, PESQUISA E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO	15
DEPARTAMENTO DE NACIONALIDADE.....	15
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES.....	16
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E FORMAÇÃO.....	16
DPF (CONTINUAÇÃO)	17
DPF (CONTINUAÇÃO)	18
SERVIÇOS DESCENTRALIZADOS	19
DIRECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES	19
DIRECÇÃO REGIONAL DO ALGARVE	19
DIRECÇÃO REGIONAL DO CENTRO.....	19
DRC (CONTINUAÇÃO)	20
DIRECÇÃO REGIONAL DE LISBOA, VALE DO TEJO E ALENTEJO.....	20
DRLVTA (CONTINUAÇÃO).....	21
DIRECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA	21
DRM (CONTINUAÇÃO).....	22
DIRECÇÃO REGIONAL DO NORTE	22

Página propositadamente deixada em branco

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

Gabinetes da Directoria Geral

Gabinete de Asilo e Refugiados

Objectivos		Meta	Resultado
1	Assegurar um tempo médio de instrução (2ª fase) inferior ao prazo legal.	10% inferior ao prazo legal	<u>Objectivo superado</u> 15% inferior ao prazo legal
2	Elaborar Norma de Procedimento (NP) sobre instrução de pedidos de asilo	30/11/2010	<u>Objectivo adiado</u> ¹
3	Elaborar NP sobre reagrupamento familiar	30/10/2010	<u>Objectivo adiado</u> ²
4	Elaborar NP sobre EUODAC	30/09/2010	<u>Objectivo atingido</u>
5	Participar em acções de formação	Pelo menos uma acção de formação por funcionário do GAR	<u>Objectivo superado</u> Todos os colaboradores frequentaram uma acção de formação (alguns frequentaram mais de uma acção de formação)
6	Gerir o processo de recolocação de beneficiários de protecção internacional que se encontram em Malta, no âmbito do Projecto EUREMA.	Assegurar a entrada em TN de 6 beneficiários de protecção internacional.	<u>Objectivo superado</u> Entrada em TN dos 6 beneficiários de protecção internacional em 04.11.10 (antes do final do ano)
7	Gerir o processo de reinstalação de refugiados sob protecção do ACNUR, em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros nº 110/07.	Assegurar a reinstalação em TN de 30 refugiados.	<u>Objectivo superado</u> Reinstalação de 33 refugiados sob protecção do ACNUR
8	Apoiar e cooperar com o ACNUR, realizando reuniões de avaliação e promovendo a melhoria dos procedimentos (Projecto do ACNUR co-financiado pela UE e que conta com Portugal como EM participante)	Implementação do Projecto Avançado de desenvolvimento da qualidade das decisões de asilo	<u>Objectivo atingido</u> Executado o projecto conforme calendarização prévia: avaliação dos procedimentos de entrevista e de elaboração de decisões; três sessões de formação realizadas (colaboradores do GAR)
9	Assegurar a cooperação prática com o serviço congénere angolano na divulgação de conhecimentos e na implementação de boas práticas.	Ministrar 1 acção de formação (Direito de Asilo) e 1 assessoria técnica	<u>Objectivo atingido</u> (Novembro e Dezembro de 2010) No âmbito da cooperação técnico policial foi ministrada uma acção de formação sobre Direito de Asilo e foi efectuada uma assessoria técnica em Luanda (Angola).
10	Apoiar o desenvolvimento da legislação na área da imigração e do asilo	Participação activa, com o envio de um perito na assistência a Angola, no âmbito do Projecto MIEUX - Migration EU Expertise - ICMPD	<u>Objectivo atingido</u> Visita de avaliação em Fevereiro e uma Conferência no fim do Projecto (Junho 2010).
11	Apresentar candidatura ao projecto EUREMA co-financiado pela UE e implementar o projecto	Aprovação da candidatura e implementação do projecto	<u>Objectivo atingido</u> Aprovação e implementação do projecto.
12	Participar no Projecto do ACNUR, OIM e ICMC co-financiado pela EU sobre cooperação prática em matéria de reinstalação.	Assegurar a troca de experiências com outros EM participantes no projecto	<u>Objectivo atingido</u> Foram realizadas visitas e foram trocadas diversas informações assegurando-se a divulgação de boas práticas entre EM
13	Assegurar a Chefia da delegação do Grupo Asilo (Conselho UE)	Acompanhamento das matérias em discussão e produção de notas técnicas	<u>Objectivo atingido</u> Preparação das reuniões e elaboração de notas técnicas

Observações e Constrangimentos

Notas:

¹ Objectivo 2: Estando a decorrer um projecto do ACNUR co financiado pela EU que visa promover a qualidade dos procedimentos nacionais de asilo, entendeu-se esperar pela avaliação e recomendações aos procedimentos actuais, de forma a poderem ser tidos em conta na Norma de Procedimento. Por esta este objectivo foi adiado para 2011.

² Objectivo 3: Este objectivo estava dependente da resolução de algumas dificuldades na aplicação informática e de algumas orientações de natureza jurídica, pelo que se adiou o cumprimento deste objectivo para 2011.

Os objectivos 8 a 13 foram adicionados aos objectivos propostos para 2010.

Os constrangimentos em termos de recursos humanos (mudança de instrutores, ausências por motivos de doença) bem como facto do atendimento do público e da audição dos requerentes de asilo ser efectuado em edifício diferente e distante daquele onde se encontra sediado o GAR, implica o empenho acrescido dos demais colaboradores. De evidenciar o factor crítico condicionante da actividade do GAR relativa às deslocações para efeitos de atendimento/audição de requerentes.

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

Gabinete de Documentação, Relações Públicas e Comunicação

	Objectivos	Meta	Resultado
1	Desenvolver e implementar um sistema de gestão documental e fluxos de distribuição electrónicos para o sistema de registo de entradas/saídas.	Disponibilização na Sede SEF até ao final do ano de 2010.	<u>Objectivo não atingido</u> A Implementação física do sistema não ocorreu, por não ter sido obtida a necessária cabimentação orçamental. ¹ Foi elaborado o projecto de arquitectura do Sistema de Gestão Documental, em articulação com 4 Unidades Orgânicas da Sede (DCICPD, GRIC, NF-POC e GDCRP) e entregue à empresa FUJITSU, tendo ainda sido conduzidas as negociações até ao momento da entrega do orçamento final.
2	Criar um Sítio na Intranet para o Centro de Contacto.	Disponibilização do sítio aos colaboradores do CC até ao final do primeiro semestre de 2010.	<u>Objectivo superado</u> Foi criado e disponibilizado, na Intranet, em Abril de 2010, um sítio para os colaboradores do Centro de Contacto.
3	Inserir no SAPA as manifestações de interesse ao abrigo do art. 88 n.º2 recebidas via apartado.	Inserção de 400 MI, em média, por mês, no SAPA (25 MI/dia)	<u>Objectivo não atingido</u> No ano de 2010 entraram via Apartado, 1973 Manifestações de Interesse, tendo sido trabalhadas, em média, 160 por mês. Deste universo, 577 já tinham registo no SAPA pelo que, em 2010, foram registadas 1396 manifestações de interesse, configurando, uma média, por mês, de 116. ² A não concretização deste objectivo deveu-se a factores exógenos, não controláveis pelo GDCRP.
4	Traduzir para inglês do Decreto Regulamentar 84/2007 de 5 Novembro e do Anexo IX à Convenção da Aviação Civil Internacional / Convenção de Chicago	Disponibilização no Site do SEF até ao final de 2010.	<u>Objectivo atingido</u> A tradução para português do Anexo IX à Convenção de Chicago ficou concluída a 9 Setembro de 2010. A Tradução para inglês do Decreto Regulamentar 84/2007 ficou concluída em Dezembro de 2010 (a sua publicação ficou, porém, devido à necessidade de traduzir a Lei 37/2006, não foi a tradução não foi revista para publicação até final do ano.
5	Produzir um novo filme institucional do SEF.	Exibição ao público até à cerimónia comemorativa do Dia do SEF.	<u>Objectivo atingido</u> Foi produzido e apresentado, na cerimónia comemorativa do dia do SEF, um novo filme institucional do serviço. ³
6	Consolidar a produção da <i>newsletter</i> trimestral.	Distribuição em papel até ao final de 2010.	<u>Objectivo não atingido</u> A consolidação da produção da <i>newsletter</i> foi objecto de adiamento alcançada, por os recursos terem sido afectados a uma nova valência do GDCRP: o SEF- Viagens e o SEF-Afastamentos. ⁴

Observações e Constrangimentos

¹ Dada a impossibilidade de proceder à aquisição da ferramenta informática que permitiria a instalação deste sistema, foi desenvolvido um novo sistema informático de registo de correspondência a nível interno, que ficou tecnicamente concluído antes do final de 2010 e que entrou em produção em Janeiro de 2011

² O trabalho de inserção no SAPA cobriu todas as manifestações de interesse ao abrigo do art. 88 n.º2 recebidas via apartado, constatando-se que o número recebido, por esta via, diminuiu substancialmente em relação aos anos anteriores.

³ O novo filme institucional do SEF está disponível em português, inglês e francês, em três versões diferentes: 6, 12 e 19 minutos.

⁴ A implementação física e processual do SEF-Viagens e do SEF-Viagens/Afastamentos, como instrumento de sistematização e racionalização dos procedimentos referentes às deslocações promovidas pelo SEF, constituiu um dos objectivos fundamentais do Gabinete, decorrente da nova valência atribuída já no decurso do ano. Determinou a redistribuição de tarefas e reequacionamento de prioridades dos mesmos recursos humanos.

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

Gabinete de Inspeção

Objectivos		Meta	Resultado
1	Reduzir a pendência processual no âmbito da instrução de processos disciplinares	Não ultrapassar em média em mais de 20% os prazos legais indicativos de instrução	<u>Objectivo superado</u> Observância generalizada dos prazos, exceptuando incidentes processuais não imputáveis à instrução.
2	Realizar quatro inspeções ordinárias a unidades orgânicas do SEF	Realização de duas acções inspectivas por semestre	<u>Objectivo superado</u> Foram realizadas cinco acções inspectivas.
3	Realizar duas acções de formação sobre Direito Disciplinar	Duas acções de formação sobre Direito Disciplinar	<u>Objectivo superado</u> Realizadas três acções de formação sobre direito disciplinar.
4	Promover a digitalização, microfilmagem e destruição de processos arquivados	Tratamento de todos os processos com ano de registo até 2000	<u>Objectivo não atingido</u> A justificação para o não alcançar da meta definida prende-se com a não aprovação de uma portaria arquivística para o MAI.
5	Implementar procedimentos de controlo das recomendações das inspeções	Elaboração de documento normalizado de acompanhamento	<u>Objectivo atingido</u> Elaboração de documento de <i>follow-up</i> e remessa à Direcção Nacional.
6	Elaborar códigos de ética para o SEF (partilhado com a DCIPAI)	Código de Ética Policial e Código de Conduta do SEF	<u>Objectivo atingido</u> Apresentação à Direcção Nacional de propostas de códigos de Ética Policial e de Conduta do SEF

Observações e Constrangimentos

O Gabinete de Inspeção verificou em 2010 uma redução do número de colaboradores em virtude da ausência prolongada de dois elementos (por motivos de serviço no estrangeiro e baixa médica).

Gabinete Jurídico

Objectivos		Meta	Resultado
1	Apresentar, no final do ano, uma taxa de realização igual a 75% dos processos entrados e distribuídos aos funcionários do GJ.	Taxa de realização de 75%	<u>Objectivo superado</u> Taxa de realização: 100,13%
2	Garantir que as Acções (Contencioso) que dêem entrada no GJ sejam entregues para Despacho/Assinatura da Direcção 3 dias antes do termo do prazo previsto para a respectiva resposta.	Entrega das AAE 3 dias antes do termo do prazo	<u>Objectivo atingido</u> Taxa de realização: 100%
3	Garantir que as Providências Cautelares que dêem entrada no GJ sejam entregues para Despacho/Assinatura na Direcção do Serviço 24 horas antes do termo do prazo previsto para a respectiva resposta.	Entrega das PC 24 horas antes do termo do prazo	<u>Objectivo atingido</u> Taxa de realização: 100%
4	Participar em Acções de Formação	Participação em pelo menos uma Acção de Formação por funcionário do GJ	<u>Objectivo atingido</u> Taxa de realização: 92,85%. Taxa de acções de formação frequentadas: 2,21%. A taxa de realização não foi de 100% por uma colaboradores não ter frequentado qualquer acção de formação no decurso de 2010.

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

Gabinete de Relações Internacionais e Cooperação

Objectivos		Meta	Resultado
1	Proceder ao tratamento, produção e divulgação regular de informação de interesse para o SEF em matéria de relações internacionais e de cooperação	Produção e difusão mensal de um Boletim;	<u>Objectivo superado</u> Elaboração e difusão de 11 Boletins mensais GRIC e Balanço das actividades relativas a 2010; Elaboração de estudo sobre imigração ilegal no Mediterrâneo; elaboração de notas sobre Reinstalação na UE, Regulamento FRONTEX e programas e prioridades das Presidências do Conselho
		Produção e difusão de notas informativas	
2	Reforçar a cooperação CPLP	Realização de pelo menos 3 missões de assessoria técnica a serviços congéneres da CPLP	<u>Objectivo atingido</u> Realização de 5 missões de assessoria técnica do SEF, em Angola (3) Guiné-Bissau (2); Não realização do Seminário luso-brasileiro em razão das restrições financeiras e alterações na direcção do Dept. Policial Federal do Brasil. ¹
		Realização de Seminário Luso-Brasileiro em matéria de controlo de fronteiras (segundo semestre)	
3	Reforçar a cooperação com a Europa de Leste e a Ásia	Promover pelos menos uma iniciativa de cooperação bilateral com Federação Russa (a), Moldávia (b) e China (c)	<u>Objectivo atingido</u> (a) Organização de visita ao SEF pelo Dpt. Federal de Segurança da RUS – Fronteiras (Março) e realização de reunião técnica PASSE/RAPID (Abril); (b) Assinatura de parceria em projecto do ICMPD (capacitação formativa e analítica em gestão migratória: Moldávia e Geórgia) e negociações para protocolo bilateral SEF/Guarda Fronteira MOL; (c) trabalhos preparatórios da participação do SEF em projecto OIM (reforço da capacitação de gestão migratória com a RPC; parceria não assinada por razões de contenção orçamental).
4	Promover a concepção, negociação e acordo com parceiros (CV, NL, FR, LUX e COM) no âmbito do projecto de Capacitação de Cabo Verde na gestão das migrações (financiado pela UE)	Finalização, em Dezembro de 2010, do processo de negociação e acordo quanto aos termos de referência e orçamento do projecto	<u>Objectivo atingido</u> Promoção e organização de duas reuniões em Cabo Verde e uma reunião na REPER/BRU; concordância de todos os parceiros e da COM; conclusão de todos os documentos do projecto.
5	Coordenar a execução dos projectos dos Oficiais de ligação em Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau	Apoio aos OLI no alcance dos objectivos traçados nos projectos, adequada e atempada articulação interna e externa relativamente à execução física e orçamental	<u>Objectivo atingido</u> Reuniões de trabalho com DCGA; produção de informações para a DGAI e MNE; remessa de relatório intercalar à CE (STP; MOZ); promoção de reunião de lançamento dos projectos com parceiro Holandês (GB e CV); tratamento e difusão dos relatórios de actividades mensais.
6	Assegurar a adequada articulação com as várias unidades orgânicas SEF com vista à emissão dos competentes pareceres sobre projectos de acordos bilaterais	Assegurar a emissão e remessa dos pareceres solicitados ao SEF	<u>Objectivo atingido</u> Emissão de pareceres e trocas de notas relativos aos Protocolos bilaterais de implementação dos Acordos de Readmissão (RUS, MOL, e Balcãs Ocidentais), Projectos de acordo de supressão de vistos (passaporte diplomático/especial/serviço) (15), Projectos de acordos de cooperação policial – TSH e auxílio à imigração ilegal (8).
7	Promover o acompanhamento e a organização de reuniões e visitas de trabalho de delegações estrangeiras	Concretização das acções no número e timings previstos	<u>Objectivo atingido</u> Organização de 23 visitas de trabalho ao SEF.

Observações e Constrangimentos

¹ O reforço da cooperação Portugal/Brasil, foi garantido pela assinatura do plano de acção para a implementação do protocolo bilateral de cooperação SEF/Polícia Federal, bem como desenvolvidos trabalhos atinentes à assinatura de Protocolo de implementação do sistema RAPID entre os aeroportos de Lisboa e Brasília.

O GRIC permanece sem um elemento que preste apoio nas tarefas de âmbito administrativo, o que tem manifesto impacto na organização global do gabinete, designadamente ao nível do tratamento arquivístico dos documentos.

As restrições financeiras e a contenção orçamental condicionaram significativamente a actividade do GRIC, quer no que se refere à organização dos Seminários inicialmente previstos (CCPAs e Luso-Brasileiro), quer no que se refere à preparação das posições no âmbito dos trabalhos em curso nos dossiers da União Europeia, situação que levou a um decréscimo muito significativo no número de participações dos delegados SEF nas reuniões em Bruxelas.

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

Serviços Centrais

Direcção Central de Fronteiras

Objectivos		Meta	Resultado
1	CSF: Implementar e operacionalizar o Centro de Situação de Fronteiras no DTF, ao qual incumbirá a recolha e análise de informação importante relativa ao controlo da fronteira externa.	Produção de Relatórios de análise de risco de fronteira semestrais até Julho 2010.	<u>Objectivo superado</u> Produção de 2 relatórios quadrimestrais (1 em Maio e 1 em Setembro de 2010) e de 1 relatório anual (publicado apenas em Janeiro 2011) de análise de risco de fronteira. Produção de relatórios prospectivos de avaliação de ameaça na fronteira (1 em 2010). Produção de alertas de análise de risco, relacionados com <i>Modus Operandi</i> . Definição de perfis de risco por nacionalidades mais representativas.
2	Zonas Internacionais dos portos: Definir e identificar as zonas internacionais dos portos portugueses	Definir e identificar 50% dos postos de fronteira até ao final de 2010.	<u>Objectivo superado</u> As ZIs dos portos foram definidas pelas administrações com supervisão dos respectivos responsáveis pelos PFMs. O SEF colocou 91 placas identificativas de ZI em 15 PFMs, nos restantes foram identificados pelas respectivas administrações. O processo teve início em Março de 2009 e concluiu-se em Setembro de 2010.
3	Projecto EPN: Ampliar o nível de informação recolhida no âmbito do projecto EPN (Rede Europeia de Patrulhas), pela implementação da recolha regular da informação das fiscalizações marítimas.	Recolha sistemática da informação produzida pelas inspecções a embarcações no âmbito EPN, garantindo até Julho de 2010 a produção de Relatórios semanais para a FRONTEX.	<u>Objectivo atingido</u> O projecto foi entretanto alterado ao nível da FRONTEX, e passou a ser mensal a produção dos Relatórios. O SEF tem cumprido esta determinação. Complementarmente, têm sido produzidos relatórios mensais de partilha da informação recolhida nas inspecções.
4	Avaliação Schengen: Preparar a avaliação Schengen às fronteiras externas, pela adequação dos postos de fronteira e estruturas do SEF envolvidas, nomeadamente o CSF, às melhores práticas europeias.	Adequar, os postos de fronteira propostos por Portugal para avaliação, às melhores práticas Schengen, até Julho de 2010.	<u>Objectivo superado</u> As conclusões dos relatórios às fronteiras aéreas e marítimas foram excelentes: identificadas várias “boas práticas” e poucas recomendações. O projecto de conclusões é peremptório quando afirma que PT cumpre com todos os requisitos Schengen. Tanto o CSF como a UAR foram considerados no relatório enquanto boas práticas.

Direcção Central de Gestão e Administração

DCGA – Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial

Objectivos		Meta	Resultado
1	Elaboração do projecto de orçamento	Entrega do projecto de orçamento dentro do prazo estipulado	<u>Objectivo atingido</u> Entrega dentro do prazo
2	Elaboração da conta de gerência	Entrega da conta de Gerência 5 dias antes do termo do prazo	<u>Objectivo superado</u> Entregue 10 dias antes do prazo
3	Controlo e contabilização de receitas	Contabilização da receita até ao penúltimo dia útil de cada mês	<u>Objectivo não atingido</u> A meta foi realizada em 50% ¹

Observações e Constrangimentos

¹ O não cumprimento deste objectivo deriva de factores exógenos ao DGGFP, nomeadamente no que refere à não entrega de documentos por diversas unidades orgânicas dentro do prazo estipulado, bem como pelo facto de um colaborador afecto a estas tarefas ter estado em baixa prolongada por quase meio ano.

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

DCGA – Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos

Objectivos		Meta	Resultado
1	Assegurar os procedimentos relativos à assiduidade do pessoal	Até ao dia 30 do mês imediato	<u>Objectivo atingido</u> Cumpridos os prazos estabelecidos
2	Assegurar as operações relativas ao recrutamento, selecção e promoção de pessoal	Dentro dos prazos legalmente estabelecidos	<u>Objectivo atingido</u> Cumpridos os prazos estabelecidos
3	Assegurar os procedimentos administrativos relativos à movimentação de pessoal	Dentro dos prazos superiormente estabelecidos	<u>Objectivo atingido</u> Cumpridos os prazos estabelecidos

DCGA – Departamento de Instalações e Segurança

Objectivos		Meta	Resultado
1	Garantir a operacionalidade das Unidades Orgânicas do Serviço	Intervenção entre 85 e 100% das instalações	<u>Objectivo atingido</u> Taxa de realização de 88,23% locais intervencionados
2	Instalação de sistemas de segurança e alarme de modo a garantir a segurança do pessoal e das instalações	Intervenção entre 75 e 90% das instalações	<u>Objectivo não atingido</u> Taxa de realização de 69,41% de locais intervencionados

Direcção Central de Informática

Objectivos		Meta	Resultado
1	Preparação e acompanhamento da avaliação de Schengen	Aplicação das recomendações da anterior avaliação	<u>Objectivo superado</u> Resultados muito positivos das avaliações efectuadas (protecção de dados, cooperação policial e fronteiras), para tal contribuindo, nomeadamente, a implementação de: SIRENE / workflow; registo central de ocorrências dos CCPAs; disponibilização das infra-estruturas de suporte ao funcionamento do SIRENE e dos CCPA
2	SISone4ALL – Integração da Bulgária, Roménia e Liechtenstein	Entrada em produção, de acordo com o planeamento, para os países indicados	<u>Objectivo superado</u> O sistema foi instalado e testado com resultados positivos nos 3 países
3	Desenvolvimento do <i>workflow</i> para o SIRENE	Implementação dos principais processos do SIRENE de acordo com o planeamento aprovado	<u>Objectivo superado</u> Sistema concluído (1ª versão): Setembro; com a totalidade dos processos principais: Dezembro.
4	Testes com o C.SIS no âmbito do SISII – nova versão do ICD, validação dos sistemas	Execução de 100% dos testes planeados	<u>Objectivo superado</u> Testes efectuados com sucesso e no prazo: 100%. Portugal foi um dos países que permitiu a ultrapassagem da Milestone 1 definida para o SISII
5	Testes com o C.SIS no âmbito do SIS1+RE para validação do sistema central	Execução de 100% dos testes planeados	<u>Objectivo superado</u> Testes efectuados com sucesso e no prazo: 100%.

Observações e Constrangimentos

A superação dos objectivos definidos para 2010 deveu-se à dedicação e empenho dos seus técnicos que conseguiram suprir a falta notória de recursos humanos necessários para a realização de todos os projectos e actividades previstas. Lembra-se, também, que a escassez de recursos financeiros, retirou globalmente as oportunidades de formação dos seus Recursos Humanos, indispensáveis à execução das suas funções e melhoria das suas competências.

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

DCI – Departamento de Desenvolvimento de Aplicações

Objectivos		Meta	Resultado
1	PASSE – Implementação do Processo Automático e Seguro de Saídas e Entradas, em todos os PF's	Implementar em todos os Postos de fronteira até ao final de 2010	<u>Objectivo atingido</u> Implementado em todos os PF aéreos e marítimos planeados
2	PASSE – Implementação do Processo Automático e Segura de Saídas e Entradas – BackOffice	Implementar todos os processos de 2ª linha no PASSE Back Office até final de 2010	<u>Objectivo superado</u> Implementação de todos os processos de 2ª linha (<i>upgrade</i> face à versão inicial). Desenvolvida nova versão PASSE-Consultas (novas funcionalidades)
3	AFIS – Implementação do Advanced Fingerprint Information System	Implementação do AFIS e sua ligação com SIGAP até ao final ano	<u>Objectivo não atingido</u> Foram verificados problemas não previstos na introdução e validação de dados no AFIS
4	SIV – Implementação do Sistema de Informação do Visitante	Implementação até ao final do ano	<u>Objectivo não atingido</u> Indisponibilidade de recursos
5	Intranet – Desenvolvimento da nova intranet	A concluir no final de 2010.	<u>Objectivo não atingido</u> Indisponibilidade de recursos
6	SNV – Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Informação de Vistos	A concluir no final do 3º trimestre de 2010	<u>Objectivo superado</u> Implementação em Junho (estabelecido pelo CE)
7	Internet – Desenvolvimento do novo portal do SEF e nova ferramenta de gestão de conteúdos	A concluir até ao final do ano	<u>Objectivo não atingido</u> Indisponibilidade de recursos
8	SIGAP – Disseminação do sistema e Desenvolvimento de Melhorias do Workflow	Alargar a utilização do SIGAP por todo o país, até ao final do ano de 2010	<u>Objectivo atingido</u> Implementação PA Alverca e Santarém; limitações físicas à implementação em outros locais (quiosques e infra-estruturas de comunicações); novos processos desenvolvidos (art. 88); sistema nomeado em Prémio de Boas Práticas na AP (Deloitte).
9	PE: – Implementação Passaporte Electrónico nos PALOPs (MOZ, CV, GB e Timor)	Implementação de acordo com o plano aprovado	<u>Objectivo não atingido</u> Projectos não aprovados
10	PASSE – Implementação Internacional *	Implementar de acordo com o plano (GB, Timor, STP e CV)	<u>Objectivo superado</u> Aplicações implementadas de acordo com o plano
11	SECMC – Sistema Electrónico de Consultas às Medidas Cautelares (SISEF) *	Implementar solução de acordo com o plano	<u>Objectivo superado</u> Aplicação implementada
12	SCO – Sistema de Contra-ordenações (SISEF) *	Implementar solução de acordo com o plano	<u>Objectivo superado</u> Aplicação implementada
13	ISU – Interface SEF Universidades *	3 ligações	<u>Objectivo superado</u> Implementação: Aveiro, UTAD, IPBragança e FEUP
14	INDOC – Medidas cautelares de documentos (SISEF) *	Implementar solução de acordo com o plano	<u>Objectivo superado</u> Aplicação implementada
15	SMILE – Sistema Móvel de Identificação Local de Estrangeiros *	Implementar solução de acordo com o plano (fase 1 e fase2)	<u>Objectivo superado</u> Aplicação implementada (fase 3: conclusão 2011)
16	Registo Expedientes CCPA *	Implementar solução de acordo com o plano	<u>Objectivo superado</u> Aplicação implementada
17	Actividades de manutenção aplicacional (incluindo suporte técnico)	Garantir UpTime de 99,5% e taxa de reclamações inferior a 1%	<u>Objectivo superado</u> Uptime: 99,6%; Taxa Reclamações inferior a 0,5%

Observações e Constrangimentos

* Projectos não previstos no Plano de Actividades

O DDA efectuou ainda outras actividades, designadamente, a promoção de várias acções de formação (SIPEP, SIGAP), preparação e participação de eventos (cimeira da NATO, visita do Papa, Portugal tecnológico), participação em apresentações a representações internacionais e nacionais (FRONTEX, IISS, Arménia, Sérvia), desenvolvimento de melhorias das interfaces com IISS e ITIU, e avaliação RAPID.

O DDA sublinha que o cumprimento e superação dos objectivos definidos para 2010 se deveu à dedicação e empenho dos seus técnicos que conseguiram suprir a falta notória de recursos humanos necessários para a realização de todos os projectos e actividades previstas, incluindo vários projectos (já referenciados) que não estavam previstos no plano de actividades de 2010 mas que pela definição de novas prioridades estratégicas e assunção de compromissos nacionais e internacionais, foram objecto do melhor esforço e dedicação de todos os colaboradores da DCI.

O DDA relembra, também, que a inserção de projectos não contemplados no planeamento anual e a escassez de recursos financeiros, retirou globalmente as oportunidades de formação dos seus Recursos Humanos, indispensáveis à execução das suas funções e melhoria das suas competências.

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

DCI – Departamento de Sistemas e Comunicações

Objectivos		Meta	Resultado
1	Comunicações – Implementação da Infra-estrutura de VOIP nas Delegações	Implementar em 5 delegações	<u>Objectivo não atingido</u> Projecto descontinuado por alteração estratégica do serviço.
2	Segurança - Incrementar segurança da rede do SEF através da implementação do NAC nas Delegações	Implementar em 5 delegações	<u>Objectivo não atingido</u> Indisponibilidade de recursos
3	Segurança - Instalação de antivírus nos PC do PEP nos Governos Cívicos	Instalação na totalidade dos PCs do PEP	<u>Objectivo atingido</u> Implementado em 80% dos postos de trabalho (PT); as restrições financeiras impediram a superação deste objectivo atenta a necessária intervenção presencial.
4	SIGAP – Garantir a instalação nacional dos quiosques	Alargamento do SIGAP aos vários postos de atendimento sem disrupções nos serviços de atendimento de acordo com o plano aprovado	<u>Objectivo atingido</u> Implementaram-se os postos de atendimento planeados: Alverca e Santarém; os restantes locais não puderam ser implementados por falta de quiosques e infra-estruturas de comunicações.
5	ISU – Interface SEF Universidades – preparação infra-estrutura tecnológica*	3 ligações	<u>Objectivo superado</u> Aveiro, UTAD, IPBragança e FEUP, ISCTE, U.Coimbra; Infra-estrutura implementada e pronta para serem efectuados testes aplicativos e entrar em produção
6	PASSE – Implementação Internacional – preparação infra-estrutura tecnológica*	Implementar de acordo com o plano	<u>Objectivo superado</u> Guiné Bissau, Timor, STP e Cabo Verde Infra-estrutura implementada e pronta para serem efectuados testes aplicativos e entrar em produção
7	Suporte Técnico – Aumentar a frequência de acções preventivas, formativas e correctivas junto dos utilizadores	Planear, estabelecer e aplicar um plano semestral de actuação por Direcção regional; Executar pelo menos um conjunto de intervenções por semestre e por DR	<u>Objectivo não atingido</u> Projecto não aprovado por restrições financeiras
8	Actividades de gestão e manutenção de Segurança dos sistemas e equipamentos em exploração	UpTime de 99,5% e uma taxa de reclamações inferior a 1%	<u>Objectivo superado</u> Uptime na ordem dos 99,6% e taxa de reclamações de 0,5 %; Inclui actividades fora do horário normal de serviço
9	Actividades de gestão e suporte técnico, garantindo a operacionalização dos sistemas locais e equipamentos	UpTime de 99,5% e uma taxa de reclamações inferior a 1%	<u>Objectivo superado</u> Uptime na ordem dos 99,6% e taxa de reclamações de 0,5 %; Inclui actividades fora do horário normal de serviço
10	Actividades de Gestão e manutenção das Comunicações, garantindo as comunicações dos sistemas e equipamentos	UpTime de 99,5% e uma taxa de reclamações inferior a 1%	<u>Objectivo superado</u> Uptime na ordem dos 99,6% e taxa de reclamações de 0,5 %; Inclui actividades fora do horário normal de serviço

Observações e Constrangimentos

* Projecto não previsto no plano de actividades

O DSC sublinha que o cumprimento e superação de alguns dos objectivos definidos para 2010 se deveu à dedicação e empenho dos seus técnicos que conseguiram suprir a falta notória de recursos humanos necessários para a realização de todos os projectos e actividades previstas, incluindo vários projectos (referenciados) que não estavam previstos no plano de actividades de 2010 mas que pela definição de novas prioridades estratégicas e assunção de compromissos nacionais e internacionais, foram objecto do melhor esforço e dedicação de todos os colaboradores da DCI.

Refira-se, também, que vários projectos previstos foram descontinuados por alteração estratégica do SEF ou a sua execução foi afectada, total ou parcialmente, por falta de recursos financeiros ou indisponibilidade de recursos humanos.

O DSC relembra, também, que a inserção de projectos não contemplados no planeamento anual e a escassez de recursos financeiros, retirou globalmente as oportunidades de formação dos seus Recursos Humanos, indispensáveis à execução das suas funções e melhoria das suas competências.

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

DCI – Departamento de Produção

	Objectivos	Meta	Resultado
1	SIGAP - Assegurar a operacionalização do sistema garantindo o acesso seguro e fiável às aplicações e bases de dados que sustentam a actividade do SEF	Operacionalização do SIGAP sem disrupções significativas nos serviços de atendimento de acordo com o plano aprovado	<u>Objectivo superado</u> Não se verificaram períodos de disrupção do serviço; os períodos de inoperacionalidade existentes estavam planeadas e corresponderam a situações de instalação de novas versões
2	Data Center alternativo do SEF – Concepção, desenho, consultadoria e acompanhamento dos projectos de layout, de especificidades, de energia, cablagem, refrigeração e incêndio para o novo data Center do SEF	Conclusão dos estudos de concepção e planeamento	<u>Objectivo não atingido</u> Projecto descontinuado por alteração estratégica do serviço.
3	Unified Messaging – Implementação da tecnologia de forma a garantir a qualidade e integração necessária aos novos sistemas de comunicação do SEF será necessário implementar em produção a integração de Mail, Voz e dados numa plataforma única e integrada.	Entrada em Produção do novo sistema sem disrupções nos serviços de acordo com o plano acordado	<u>Objectivo não atingido</u> Projecto descontinuado por alteração estratégica do serviço.
4	Auditoria Schengen – Preparar a visita dos auditores NSIS, garantindo a elaboração da documentação de suporte aos procedimentos de produção e contingência.	Validação de procedimentos Documentação de suporte	<u>Objectivo superado</u> Os relatórios das avaliações efectuadas, Protecção de dados, Cooperação policial e Fronteiras, apresentaram resultados muito positivos para Portugal
5	Actividades de Operação e suporte técnico	Garantir a operacionalização dos sistemas em produção garantindo um UpTime de 99,5% e uma taxa de reclamações inferior a 1%	<u>Objectivo superado</u> Uptime na ordem dos 99,6% e taxa de reclamações de 0,5 %; Inclui também as actividades de suporte ao utilizador interno e externo durante 24 horas por 7 dias
6	Actividades de Administração de Sistemas e Bases de Dados	Garantir a administração dos sistemas em produção garantindo um UpTime de 99,5% e uma taxa de reclamações inferior a 1%	<u>Objectivo superado</u> Uptime na ordem dos 99,6% e taxa de reclamações de 0,5 %; Inclui actividades fora do horário normal de serviço
7	Actividade de Gestão de identidades	Garantir o acesso seguro aos sistemas em produção: taxa de reclamações inferior a 1%	<u>Objectivo superado</u> O nº de reclamações foi na ordem dos 0,5%

Observações e Constrangimentos

* Projecto não previsto no plano de actividades

O DPR sublinha que o cumprimento e superação de alguns dos objectivos definidos para 2010 se deveu à dedicação e empenho dos seus técnicos que conseguiram suprir a falta notória de recursos humanos necessários para a realização de todos os projectos e actividades previstas.

Refira-se, também, que alguns projectos foram descontinuados por alteração estratégica do SEF ou por forte dependência de compromissos financeiros

O DPR relembra que a escassez de recursos financeiros fundos, retirou a possibilidade da frequência de acções de formação dos seus Recursos Humanos, indispensáveis à execução das suas funções e melhoria das suas competências.

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

Direcção Central de Imigração, Controlo e Peritagem Documental

Objectivos		Meta	Resultado
1	Prestação de assessoria técnica na definição de elementos de segurança e na sua incorporação no suporte físico do novo modelo de cartão de identidade a emitir pelo MNE, do cartão de residência permanente e do cartão de residência de familiar de cidadão da União nacional de Estado terceiro, conferindo-lhes maior segurança e dignidade, em conformidade com a política nacional de segurança documental	Apresentação das definições dos elementos de segurança e das respectivas propostas de concretização, tendo em vista a alteração dos modelos e processos de emissão dos documentos enunciados.	<u>Objectivo superado</u> Em 2010.11.12, foi submetido superiormente estudo contendo as bases jurídicas dos cartões emitidos pelo SEF e dos elementos de segurança a considerar para estes cartões e para o cartão de identidade emitido pelo MNE.
2	Promoção da visibilidade do SEF/ DCICPD, ao nível nacional e internacional.	Promoção da visibilidade do SEF através da participação activa e consolidada e/ou intervenção como organização em iniciativas na área da biometria e de documentação de segurança e sua utilização na gestão dos fluxos migratórios e de fronteira. Número de eventos/iniciativas organizados, coordenados ou participados nas condições definidas	<u>Objectivo superado</u> Em 2010.12.16, foi submetido superiormente um trabalho em que se enunciam, por ordem cronológica, os eventos e/ou iniciativas participadas e/ou coordenadas pela DCICPD/DIPD, com maior relevância e impacto institucional. Em anexo ao mesmo, figura uma descrição detalhada de cada uma das sete grandes iniciativas levadas a cabo, enunciando-se o respectivo enquadramento, objectivo, participação do SEF (qualidade, recursos, taxa de esforço) e impacto de visibilidade.1
3	Prosseguir o estudo que visa a qualificação da Unidade de Peritagem Documental	Produção de dois instrumentos de apoio à formação em consonância com a estrutura europeia de formação (glossários e apresentações de conteúdos formativos, entre outros); Definição do processo de gestão documental (workflow), designadamente, do processo de registo e tratamento de indicações de documentos furtados em branco e/ou documentos emitidos declarados como furtados, extraviados ou anulados.	<u>Objectivo superado</u> Em 2010.12.07, foram submetidos superiormente os trabalhos estabelecidos para o presente Objectivo.
4	Promoção da digitalização do suporte físico de medidas cautelares/pessoas	Recuperação e digitalização do suporte físico das medidas cautelares já inseridas no Sistema Integrado de Informação do SEF, em acumulação com a digitalização das medidas cautelares recebidas diariamente.	<u>Objectivo superado</u> Procedeu-se à digitalização de 1171 suportes físicos de medidas cautelares anteriores a 15 de Abril de 2010 (das quais, 421 correspondentes ao ano de 2010).

Observações e Constrangimentos

1 Outros eventos/iniciativas desenvolvidos:

- Formação ministrada em parceria com NL em Workshop sobre Polímeros | Austrália
- Participação no Grupo de Trabalho sobre Equipamentos Móveis, GTEM – Fase I. | Portugal
- Formação em Documentação de Segurança | RPChina
- Cooperação e formação na instalação da aplicação PASSE | Timor-Leste
- Organização e participação na Conferência Internacional da Fraude de Imigração, IFC | Portugal
- Avaliação Schengen | SEF, Portugal
- Formação de formadores aos PALP | SEF, Portugal

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

DCICPD – Departamento de Identificação e Peritagem Documental

Objectivos		Meta	Resultado
1	Prosseguir o estudo que visa a qualificação da Unidade de Peritagem Documental	Descrição de um factor técnico (processo), no âmbito da qualificação	<u>Objectivo superado</u> 1. PG Gestão de correspondência 2. PG Registo de Indicações de Documentos
2	Promoção da visibilidade do SEF/, ao nível nacional e internacional	Intervenção em dois eventos e/ou iniciativas	<u>Objectivo superado</u> Em 2010.12.16, foi submetido superiormente um trabalho em que se enunciam, por ordem cronológica, os 7 eventos e/ou iniciativas participadas e/ou coordenadas pela DCICPD/DIPD, com maior relevância e impacto institucional. ¹
3	Consultoria – Apresentação de proposta de alteração e/ou revisão de suportes físicos de documentos nacionais de identidade, viagem ou residência	Apresentação de proposta de 08 a 10 de Novembro de 2010	<u>Objectivo superado</u> Proposta apresentada em 2011.11.05: Cartão de identidade dos agentes diplomáticos e consulares acreditados em Portugal (Cartão de identidade de diplomata); Cartão de residência de familiar de cidadão da União, nacional de Estado terceiro; Cartão de residência permanente para familiar de cidadão da União, nacional de Estado terceiro; Certificado de residência permanente de cidadão da União; Avaliação das Bases de Dados de documentos de Leitores Ópticos [ID-Passport versão 3.26 e Global ID 2.7] ²
4	Formação – Produzir e/ou rever instrumentos de apoio à formação	Produção e/ ou revisão de dois instrumentos de formação	<u>Objectivo superado</u> Concluídos os glossários dos módulos i) Papel; ii) Polímeros e iii) Personalização ³

Observações e Constrangimentos

¹ Entre outros eventos /iniciativas:

- Formação ministrada em parceria com NL em Workshop sobre Polímeros | Austrália
- Participação no Grupo de Trabalho sobre Equipamentos Móveis, GTEM – Fase I. | Portugal
- Formação em Documentação de Segurança | RPChina
- Cooperação e formação na instalação da aplicação PASSE | Timor-Leste
- Organização e participação na Conferência Internacional da Fraude de Imigração, IFC | Portugal
- Avaliação Schengen | SEF, Portugal
- Formação de formadores aos PALP | SEF, Portugal

² Foi entregue proposta para alteração dos suportes físicos destes documentos, que contem i) o enquadramento legal, ii) a enunciação e fundamentação das propostas, iii) e os elementos de segurança a considerar. Foram definidas, entre as entidades emissoras e produtora, respectivamente o SEF e a INCM, as seguranças físicas e tipo de emissão a adoptar para os diferentes cartões.

Foi feita avaliação da nova versão da base de documentos associada aos leitores VIISAGE/L1 que funcionam nas fronteiras portuguesas. Foi ainda feita a avaliação de desempenho de leitura de novos documentos de viagem nos leitores VIISAGE/L1, nomeadamente, do novo passaporte electrónico da República Federativa do Brasil e do novo passaporte electrónico do Reino Unido

³ Formação ministrada em 2010: 583 horas. No âmbito do projecto MIEUX "Capacity Building Activity – Moçambique", foram realizadas 3 acções de formação sobre o tema "Controlo de Fronteiras e Fraude Documental" (financiadas pelo ICMPD/União Europeia).

No âmbito deste protocolo de cooperação entre o Ministério do Interior de Moçambique e a União Europeia, seguiu-se uma visita ao SEF de altos funcionários moçambicanos.

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

DCICPD – Departamento de Informação, Registo e Difusão

Objectivos	Meta	Resultado
1 Sistema Electrónico De Consulta das Medidas Cautelares [SECMC]	Apresentação de Relatório de Avaliação entre 27 e 30 de Dezembro	<u>Objectivo superado</u> Concluído em 22 de Dezembro 2010. ¹
2 “Boas práticas” adoptadas a partir da implementação do SECMC	Implementação de medidas complementares ao SECMC (melhoria na eficiência do trabalho e agilizar circuitos de informação)	<u>Objectivo superado</u> Comunicação aos outros OPCs (envio automático pelo SECMC); validação junto dos tribunais das respectivas medidas; validação/verificação dos dados registados. ²
3 Digitalização de medidas cautelares já inseridas anteriormente	Digitalização do suporte de 500 MCs (inseridas antes de 2010.04.15)	<u>Objectivo superado</u> Digitalizado o suporte de 1171 medidas cautelares
4 Actualização de Normas de Procedimento	Uma Norma de Procedimento	<u>Objectivo superado</u> Actualização da NP de Medidas Cautelares e produção de mais 2 Normas. ³
5 Documentos para actualização do link do DIRD	De 10 a 15 de Dezembro 2010	<u>Objectivo superado</u> Apresentado a 2010.12.07. ⁴

Observações e Constrangimentos

¹ Pretendeu-se o aumento da eficiência e da eficácia do desempenho do Departamento, através da implementação do Sistema Electrónico de Consulta às Medidas Cautelares [SECMC]. Consideraram-se para o efeito as seguintes etapas:

- i) Constituição do “Ano 0”: 15/04/2010 foi constituído o “Ano 0”, ou seja, todos os documentos que constituem o suporte físico das MCs entradas no departamento, passam a ser digitalizados ficando disponível para consulta e cumprimento imediato pelas unidades orgânicas do SEF.
- ii) Produção do respectivo instrumento normativo (Norma de Procedimento): O procedimento inerente a este registo foi incorporado na 4ª revisão da Norma de Procedimento Medidas Cautelares Pessoas.
- iii) Elaboração do Manual de Formação SECMC para orientação dos utilizadores do SEF em termos de navegação na aplicação.
- iv) Elaboração de Relatório em que se efectuou um balanço global da aplicação, em termos da sua implementação, adequação às várias unidades do SEF e das perspectivas futuras de desenvolvimento.

² Medidas adoptadas:

- i) Comunicação aos outros OPCs das medidas inseridas pelo SEF pelo envio automático a partir do SECMC (substitui remessa de listagens via fax).
- ii) Auscultação dos tribunais sobre a validade das respectivas medidas, através da sinalização diária, no SECMC, indicação das medidas que vão caducar dentro de 60 dias e geração dos respectivos ofícios de remessa, com o preenchimento manual de três campos.
- iii) Validação/verificação dos dados registados: possibilidade de as unidades orgânicas do SEF inserirem as respectivas medidas cautelares, a validar pelo DIRD, cumprindo a recomendação da CNPD no sentido de a inserção e validação dos dados serem efectuadas por equipas diferentes

³ Normas de Procedimentos:

Medidas Cautelares Pessoas Nº 09.02/98 – 4ª revisão: Alterações decorrentes da introdução do SECMC, eliminando e introduzindo novos, designadamente, o pedido de registo, revalidação e anulação de medidas cautelares pelos utilizadores do SEF.

Norma de Procedimentos sobre Retorno Voluntário com o apoio OIM (todo o procedimento contido numa aplicação informática criada para o efeito e interagindo com o SII/SEF, estando subjacente a articulação com a OIM e as unidades do SEF

NP relativa ao procedimento de actualização das indicações dimanadas pelas autoridades judiciais (Listagens): integrada na NP Nº 09.02/98.

⁴ Preparação e disponibilização de instrumentos de suporte (procedimentais) e de consulta, para a actualização do link do DIRD, tendo sido revistos e preparados 20 formulários, aos quais se juntará a NP 4ª revisão e o Manual Formação SECMC.

DCICPD – Departamento de Controlo de Emissão de Documentos

Objectivos	Meta	Resultado
1 Elaborar as Normas de Procedimento do Departamento de Controlo de Emissão de Documentos	Contribuir para sistematizar e melhorar o funcionamento do DCED	<u>Objectivo superado</u> Apresentação das NP das diferentes áreas de trabalho do Departamento em 2011.09.27
2 Promover o registo e actualização (celeridade e qualidade) da informação relativa ao pessoal acreditado pelo MNE	Devolução dos cartões em três dias úteis, em média	<u>Objectivo superado</u> Devolução em dois dias úteis, em média
3 Prestar informação registada no SIPEP, solicitada por entidades externas	Resposta em dois dias úteis	<u>Objectivo superado</u> Resposta em menos de dois dias úteis
4 Assegurar a correcção da instrução e análise dos pedidos de concessão de passaporte para estrangeiros (PPE)	Dois dias úteis em média	<u>Objectivo superado</u> Instrução e análise dos pedidos de PPE em menos de 2 dias úteis, em média

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

Direcção Central de Investigação, Pesquisa e Análise de Informação

Objectivos		Meta	Resultado
1	Melhorar a qualidade da circulação, gestão, acesso à informação e utilização das tecnologias na investigação, mediante a consolidação da vertente informativa, analítica, processual e ferramentas de investigação sustentada nas novas tecnologias IT	Criação de uma aplicação IT	<u>Objectivo atingido</u> A DCIPAI desenvolveu uma aplicação direccionada e em conjunto com a DCI deu início aos trabalhos para desenvolver ferramenta para Investigação
2	Reforçar a cooperação internacional com instituições europeias e internacionais e serviços congéneres	Iniciar cooperação regular com mais uma entidade	<u>Objectivo superado</u> Realização de evento conjunto com Conselho da Europa, Nações Unidas e Assembleia da República: Conferência "Direitos humanos e Migrações"; Colocação dum elemento da DCIPAI como Oficial de ligação junto do UNE e GNI
3	Adequar a formação recebida pelos elementos da DCIPAI	Uma acção específica N.º de acções específicas organizadas	<u>Objectivo atingido</u> "Forensic Techniques" pelo ICE- Documentação pelo ICE "Immigration and Customs Enforcement"
4	Propor aquisição de material técnico-operacional específico na quantidade necessária ao trabalho a desempenhar	Aquisição de quatro tipos de equipamentos diferentes	<u>Objectivo atingido</u> Foram propostos vários equipamentos. Por razões orçamentais não se procedeu à aquisição dos mesmos não obstante a sua necessidade.
5	Criar uma unidade de combate ao cibercrime nas áreas do SEF	N.º de processos-crime instaurados com conexão ao cibercrime	<u>Objectivo superado</u> Encontram-se dois inquéritos em curso

Departamento de Nacionalidade

Objectivos		Meta	Resultado
1	Emitir pareceres em processos de nacionalidade	Diminuição do nº de processos pendentes em pelo menos 50%	<u>Objectivo não atingido</u> O número de processos pendentes aumentou de 11.524 em 2009 para 22.373 em finais de 2010.1
2	Emitir 2ªa vias de pareceres /respostas e confirmações	Diminuição do nº de pareceres e respostas pendentes em pelo menos 40%	<u>Objectivo superado</u> Respostas dadas: aplicação SIGNAC: 31.527; a pedidos de urgência entrados via e-mail: média 50/dia; pedidos de informação de particulares e confirmação das Conservatórias (via e-mail): média de 30 por dia.
3	Instruir Pedidos de Estatuto de Igualdade	Instrução dos processos em prazo não superior a 4 meses e meio	<u>Objectivo superado</u> No final do ano de 2010, estavam a ser instruídos os processos de meados de Setembro.
4	Enviar as notificações de concessão da nacionalidade, após publicação do decreto no Diário da República	Notificação de concessão e de publicação no prazo máximo de 10 dias.	<u>Objectivo superado</u> Notificações enviadas no prazo máximo de três dias.
5	Instruir os processos de naturalização dispensados de diligências complementares e pendentes de entrega de alegações ou certidões de sentença Judicial	Conclusão no prazo de 20 dias a contar da data de entrega das alegações	<u>Objectivo superado</u> Conclusão no prazo de 15 dias a contar da data de entrega das alegações.

Observações e Constrangimentos

¹ Em 2009 entraram 29.265 processos e nesse mesmo ano foram tratados 23.950 processos, tendo transitado para o ano seguinte 11.524 processos correspondentes aos anos de 2008 e 2009. No decurso de 2010 entraram 32.467 processos aos quais se somaram os 11.524, num total de 43.991, foram tratados cerca de 21.616 processos tendo, assim, transitado para o ano de 2011, cerca de 22.375 processos pendentes de resposta correspondentes aos anos de 2009 (residual) e 2010. De realçar, para além do acréscimo do volume de processos entrados, o Departamento de Nacionalidade viu reduzida a sua capacidade em termos de recursos humanos, com 11 colaboradores no início de 2010, reduzido a 7 até ao final do ano.

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

Departamento de Operações

Objectivos		Meta	Resultado
1	Instruir processos de Concessão de Autorização de Residência ao abrigo do art. 123º da Lei 23/2007, de 4 de Julho	Média de 7 dias úteis	<u>Objectivo superado</u> Média de 6 dias. Entraram 1002 pedidos de concessão de AR, destes 910 encontram-se concluídos, os restantes 92 encontram-se com proposta de decisão ou a aguardar entrega de documentos.
2	Instruir processos de Concessão de Autorização de Residência ao abrigo do art. 109º do mesmo diploma	Média de 7 dias úteis	<u>Objectivo superado</u> Média de 6 dias. Entraram 20 pedidos de concessão de AR, 17 estão concluídos, os restantes 3 aguardam documentos ou Informação de outras entidades.
3	Instruir processos de Concessão de Autorização de Residência ao abrigo do nº 2 do art. 89º do mesmo diploma	Média de 7 dias úteis	<u>Objectivo atingido</u> Média de 7 dias. Entraram 485 pedidos de AR, 412 encontram-se concluídos, os restantes 73 encontram-se com proposta de decisão, a aguardar documentos ou outras diligências, nomeadamente a empresas constituídas recentemente.

Departamento de Planeamento e Formação

Objectivos		Meta	Resultado
1	Desenvolver aplicação própria sobre NAVs e afastamentos	Validação da vertente estatística no segundo semestre de 2010	<u>Objectivo atingido</u> Executada interface entre SII e SEFSTAT relativa a NAV e Afastamentos. Nota: encontram-se em conclusão aspectos relativos à validação de dados
2	Promover a criação de aplicação estatística sobre contra-ordenações por excesso de permanência	Validação da vertente estatística no segundo semestre de 2010	<u>Objectivo não atingido</u> O SCO não se encontra, ainda, em plena utilização por todas as unidades orgânicas. A elaboração da interface SCO-SEFSTAT teve, também, de ser preterida em razão de outras prioridades da DCI.
3	Produzir informação estatística no cumprimento do regulamento estatístico UE	Cumprimento dos prazos legais e concedidos pela Comissão	<u>Objectivo atingido</u> Cumpridos os prazos legais e estabelecidos pela COM
4	Consolidar o novo sistema estatístico do SEF (SEFSTAT) sobre população estrangeira residente.	Elaboração de relatórios periódicos de avaliação da implementação do Sistema	<u>Objectivo superado</u> Foram apresentados relatórios de Monitorização e Avaliação - Ponto de Situação (05/07/2010; 03/11/2010 - DCI; 31/12/2010 - DNA/DPF/DCI);
5	Desenhar e validar a estrutura do site do sistema estatístico do SEF (SEFSTAT)	Final do 1.º Semestre	<u>Objectivo superado</u> O Portal SEFSTAT ficou disponível ao público em 25/06/2010.
6	Recolher, tratar e prestar informação, nomeadamente estatística, sobre imigração e asilo	Atingir, em média, 5 dias para resposta	<u>Objectivo superado</u> Tempo médio de resposta de 3 dias
7	Elaborar e monitorizar do QUAR SEF 2010	Cumprimento dos prazos legais	<u>Objectivo atingido</u> Cumpridos os prazos legais e estabelecidos pela DGAJ
8	Consolidar o plano de actividades de 2010	Disponibilização <i>on-line</i> do plano de actividades versão consolidada	<u>Objectivo atingido</u> O Plano de Actividades foi disponibilizado <i>on-line</i> no prazo previsto
9	Elaborar o relatório de actividades 2009	Cumprimento do prazo legal	<u>Objectivo atingido</u> Cumpridos os prazos legais

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

DPF (continuação)

Objectivos		Meta	Resultado
10	Elaborar o RASI 2009	Cumprimento do prazo fixado	<u>Objectivo atingido</u> Cumpridos os prazos fixados (considerando a necessária extensão do prazo inicial)
11	Elaborar o RIFA 2009	Cumprimento do prazo fixado	<u>Objectivo atingido</u> Cumpridos os prazos fixados
12	Elaborar os relatórios de actividades das DRs de 2009 e semestral (1.º) de 2010	Apresentação até dois meses após o período a que se refere	<u>Objectivo atingido</u> A informação dos relatórios foi disponibilizada dentro dos prazos previstos
13	Implementar o Projecto REM 2010	Execução 95%	<u>Objectivo não atingido</u> Por constrangimentos financeiros e administrativos exógenos ao DPF/NP, não foi possível realizar integralmente o Projecto aprovado. No entanto, foram desenvolvidas acções não previstas procurando minimizar o impacto do não cumprimento. (execução financeira: 77%)
14	Desenhar e validar a estrutura do site da Rede Europeia das Migrações	Final do 1.º Trimestre	<u>Objectivo superado</u> No dia 08/04/2010 o website da REM-SEF foi disponibilizado on-line.
15	Elaborar e gerir a candidatura do Plano de Formação ao POPH 2010	Cumprimento dos prazos	<u>Objectivo superado</u> Foram cumpridos os prazos para a apresentação da candidatura de 2010. A superação deve-se ao facto de ter sido apresentada "recandidatura" do projecto de 2009 para 2010 numa perspectiva plurianual.
16	Assegurar a execução do Plano de Formação de 2010	Execução 80% do Plano	<u>Objectivo não atingido</u> Por constrangimentos financeiros e administrativos exógenos ao DPF/NF, não foi possível realizar a integralidade do Plano de Formação (execução física: 50%). Não obstante, de modo a garantir o acesso à formação pelos colaboradores do SEF, foram promovidas acções extra-plano com encargos mais reduzidos, bem como apoiado o instituto da auto-formação. Assim, foi possível garantir um conjunto de indicadores de formação bastante favoráveis.
17	Promover os cursos de ingresso de AT e TS	Realização dos dois cursos	<u>Objectivo atingido</u> Foram realizados os dois cursos previstos
18	Gerir a formação no âmbito ao Projecto de cooperação técnico-policial (IPAD/MAI)	Realização dos cursos de formação	<u>Objectivo superado</u> Foram realizados os cursos previstos no PCTP-IPAD/MAI. A superação foi conseguida pela realização de um estágio vocacionado para responsáveis das áreas da Formação e dos Recursos Humanos.
19	Promover a actualização de conhecimentos da CIF sobre o acervo Schengen	Conclusão do projecto; Início da implementação Setembro 2010	<u>Objectivo superado</u> A implementação foi iniciada no primeiro trimestre com acções de formação em Direito da União Europeia. Foram também promovidas acções no âmbito das fronteiras aéreas e marítimas, bem como vocacionadas para os CCPAs.
20	Consolidar os conhecimentos de língua inglesa da CIF	Frequência por 25% do efectivo da CIF	<u>Objectivo não atingido</u> Não executado em razão dos constrangimentos financeiros e administrativos exógenos ao DPF/NF. Por outro lado, esta formação foi objecto de candidatura ao POPH, não tendo sido aprovado o respectivo financiamento.

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

DPF (continuação)

Objectivos		Meta	Resultado
21	Promover a actualização de conhecimentos da CIF sobre Medidas cautelares	Frequência por 25% do efectivo da CIF	<u>Objectivo não atingido</u> Não executado em razão dos constrangimentos financeiros e administrativos exógenos ao DPF/NF.
22	Elaborar Regulamento/Norma de Procedimentos para a Área da Formação	Até ao final do ano	<u>Objectivo superado</u> A Norma de Procedimentos foi apresentada em Junho de 2010.
23	Implementar a CAF, em projecto-piloto, em dois departamentos do SEF	Último trimestre	<u>Objectivo superado</u> Não Atingido Foi apresentada proposta de despacho de constituição de equipa multidisciplinar (DPF/DIPD/GI)

Observações e Constrangimentos

As restrições financeiras foram determinantes para a não concretização do planeado em termos de Plano de Formação, bem como no âmbito do Projecto REM.

No final do ano houve alteração da Chefia do Núcleo de Planeamento, sem qualquer reforço da equipa. Deste modo, o NP encontra-se deficitário em termos de recursos humanos, em particular no que refere à vertente de acompanhamento do Ciclo de Gestão do SEF. Deste modo importa proceder ao reforço urgente do efectivo (técnico superior da área da gestão/ciências sociais e/ou elemento da CIF/SEF com conhecimentos nas mesmas áreas).

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

Serviços Descentralizados

Direcção Regional dos Açores

Objectivos		Meta	Resultado
1	Melhorar a qualidade dos serviços, reduzindo o tempo de tratamento processual	Diminuição em 20% do prazo de decisão, relativamente aos prazos legais	<u>Objectivo superado</u> Diminuição em cerca de 65% do prazo de decisão, face aos prazos legais
2	Aumentar da actividade fiscalizadora	Aumento do nº de pessoas identificadas em 5%, face a 2009	<u>Objectivo superado</u> Identificados 6.062 cidadãos em 2010, traduzindo um aumento de 640%.
3	Maximizar a informação resultante da actividade do Serviço, pelo n.º de inquéritos registados com origem na actividade interna do SEF/DRAç	Aumento de 5% relativamente a 2009	<u>Objectivo não atingido</u> Redução de 40% (10 processos em 2009; 6 em 2010). Apesar da redução do número de inquéritos (processos-crime) instaurados, verificou-se um aumento das diligências desenvolvidas em resultado da actividade do serviço (73).

Direcção Regional do Algarve

Objectivos		Meta	Resultado
1	Conceber um modelo de gestão de pessoal que permita garantir que todas as competências da DRA são asseguradas ao longo do ano de forma continuada e uniforme	Reestruturar duas unidades orgânicas regionais	<u>Objectivo superado</u> Reestruturadas três unidades orgânicas (DRIF, NRA e CCPA)
2	Aumentar as acções de fiscalização e prevenção da imigração ilegal e tráfico de pessoas	Aumento de 5% face ao ano anterior	<u>Objectivo superado</u> Aumento de 73% (2009: 1151; 2010: 1995 acções realizadas)
3	Criar um plano de recuperação de processos pendentes	Número de processos pendentes concluídos Concluir os PEA e PCO pendentes dos anos 2008 e 2009	<u>Objectivo superado</u> Conclusão dos PCO pendentes de 2004 a 2009e dos PEA de 2002 a 2009.
4	Intensificar o controlo fronteiriço	Aumentar em 5% face ao ano anterior o n.º de passageiros controlados (PASSE e RAPID	<u>Objectivo superado</u> Aumento de 61% (2009: 1.320.205; 2010: 2.150.238)

Direcção Regional do Centro

Objectivos		Meta	Resultado
1	Aumentar o número de cidadãos identificados no âmbito de acções de fiscalização e investigação.	Aumento de 5% de cidadãos identificados (face ao triénio 2007-2009)	<u>Objectivo superado</u> Aumento de 118,3% (média de 41.630 no triénio 2007-2009; e 90.205 em 2010).
2	Aumentar o número de operações de carácter pluriregional (OGIs) em que participem pelo menos três departamentos do SEF (OGIs).	Aumento de 50% do n.º de OGIs organizadas e participadas em 2009	<u>Objectivo superado</u> Aumento de 166,6% (3 em 2009; 8 em 2010)
3	Reduzir o tempo de instrução dos inquéritos em curso na DRCentro	Redução de 10% do tempo de instrução dos inquéritos conforme definido no art. 276º nº 1 do CPP	<u>Objectivo atingido</u> Reduzido em 10% o tempo de instrução dos inquéritos em curso na DRCentro (Nos inquéritos em que tal tempo foi superado, existiu despacho de iniciativa do MP, a prorrogar os prazos de investigação, atento a complexidade dos mesmos)

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

DRC (continuação)

	Objectivos	Meta	Resultado
4	Maximizar a informação associada ao combate à imigração ilegal e tráfico de pessoas, resultante da actividade do Serviço, aumentando o número de inquéritos iniciados por esta via.	Aumento de 10% do n.º de inquéritos registados face a 2009	<u>Objectivo superado</u> Aumento de 28,6% (14 em 2009; 18 em 2010)
5	Reduzir o prazo médio de emissão de pareceres relativamente a Pedidos de Visto Consular.	Redução de 20% do prazo médio face a 2009	<u>Objectivo superado</u> Redução de 71,4% (14 dias em 2009; 4 em 2010)
6	Reduzir o prazo de decisão relativamente a pedidos de AR ao abrigo do Direito ao Reagrupamento Familiar.	Redução de 15% do prazo médio de decisão face a 2009	<u>Objectivo superado</u> Redução de 42,9% (7 dias em 2009; 4 em 2010)
7	Melhorar as condições de gestão financeira e patrimonial: Despesas de aquisição, manutenção e gestão de bens e serviços	Gestão contabilística por duodécimos não ultrapassáveis, admitindo-se em circunstâncias excepcionais desvios de 20 %.	<u>Objectivo atingido</u> Média do Desvio 18%

Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo

	Objectivos	Meta	Resultado
1	Incrementar o Programa "SEF em Movimento"	Ultrapassar o n.º de 168 utentes beneficiários deste Serviço	<u>Objectivo superado</u> O Programa beneficiou 1333 pessoas.
2	Potenciar o atendimento ao público da DRLVTA mantendo o nº médio de atendimentos, com acréscimo da eficácia (melhoria qualitativa).	Conseguir um aumento de 50% relativamente a 2009	<u>Objectivo atingido</u> Abertura do novo PDA-Alverca e aumento geral dos atendimentos dos demais atendimentos das diversas UOs da DRLVTA
3	Reduzir gastos inerentes ao funcionamento administrativo.	Redução dos gastos em pelo menos 3%.	<u>Objectivo superado</u> As restrições orçamentais implicaram uma forçosa diminuição de gastos, com algumas limitações ao nível do fornecimento de material de escritório.
4	Providenciar a reparação da frota automóvel.	N.º de viaturas reparadas	<u>Objectivo atingido</u> Todas as solicitações para reparação de viaturas foram atendidas. ¹
5	Harmonizar e padronizar procedimentos, quer a nível da recepção documental, quer a nível instrutório	Manual de procedimentos de atendimento; Manual de procedimentos de Instrução	<u>Objectivo atingido</u> Implementação de Manuais de Procedimentos de Instrução e Atendimento e actualização do Manual REPSAE
6	Aumentar a acção fiscalizadora com significativo acréscimo dos cidadãos identificados em 2008 (13.405).	N.º de cidadãos identificados de 14.075	<u>Objectivo superado</u> Total de cidadãos identificados: 53.860. No decurso da reposição dos controlos de fronteira (de 16 a 20/11) por ocasião da Cimeira da NATO, foram identificados 28.814 cidadãos.
7	Incrementar o número de acções de fiscalizadoras nas Unidades Hoteleiras.	50 Fiscalizações a unidades hoteleiras	<u>Objectivo superado</u> Acções realizadas: 67
8	Simplificar e racionalizar os prazos e procedimentos de gestão processual, em colaboração com autarquias e redes sociais (ganhos em eficiência e tempo)	Instrução processual de 80% dos pedidos no momento do atendimento	<u>Objectivo atingido</u> Potenciação e rentabilização dos meios informáticos (SIGAP); desburocratização de métodos e procedimentos no atendimento e instrução.
9	Melhorar a articulação operacional entre os departamentos da DRLVTA e DCIPAI.	Aumentar em 10% este tipo de actividade.	<u>Objectivo superado</u> Aumento de 12% (16 acções em 2009; 18 acções em 2010).

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

DRLVTA (continuação)

Objectivos		Meta	Resultado
10	Simular uma situação de risco que envolva a reposição dos controlos na fronteira interna na área adstrita à DRLVTA, realizado em conjunto com a GNR, nele sendo envolvidos todos os departamentos da Direcção Regional.	Realização do exercício PICOREX/2010 até ao final de Novembro de 2010.	<u>Objectivo superado</u> Realizado em 29/09/2010
11	Garantir a recepção, abertura e remessa para instrução dos processos entrados na DRLVTA (NRAIP, CNAI, PDAs, ECRI, Solidariedade Emigrante e outros, recebidos via CTT).	Prazo de reencaminhamento (entrada dos processos até à remessa aos respectivos Núcleos) em 5 dias.	<u>Objectivo superado</u> O reencaminhamento de processos entre as várias UOs desta DRLVTA, em média, processa-se em 3 dias.
12	Maximizar o espaço no Arquivo: continuação da microfilmagem/digitalização e garantir a preservação e durabilidade da informação	Libertar 30% do espaço arquivístico	<u>Objectivo anulado</u> A reformulação do contrato com a empresa prestadora de serviços implicou a redefinição dos processos a microfilmar, em particular os do âmbito da sede da DRLVTA.
13	Garantir resposta aos pedidos de informação, emissão de certidões ou pedidos de contagem de tempo de residente, solicitados por particulares e entidades oficiais.	Assegurar as respostas dentro dos prazos legais.	<u>Objectivo atingido</u> Genericamente os prazos legais foram cumpridos
14	Responder aos pedidos de contagem de tempo de residência apresentados pelo Departamento de Nacionalidade	Responder no prazo previsto legalmente	<u>Objectivo superado</u> Genericamente os prazos legais foram cumpridos

Observações e Constrangimentos

¹ As restrições financeiras impostas dificultaram a revisão/reparação das viaturas, em especial as sujeitas a inspeção obrigatória. A manutenção das viaturas foi possível através da negociação com as entidades reparadoras em termos de prazos de pagamento. Apenas uma viatura se encontra por reparar, cuja competência em termos de valor orçado recai sobre os Serviços Centrais.

Direcção Regional da Madeira

Objectivos		Meta	Resultado
1	Realizar acções de formação para elementos de outras Forças e Serviços de Segurança (PSP, PJ, BF, SIS e EP) da Madeira nas áreas do direito de estrangeiros, documentos de viagem, vistos e fraude documental	Realizar pelo menos uma acção de formação de 2 a 3 dias no decurso de 2010	<u>Objectivo não atingido</u> Não se realizaram acções de formação devido às restrições de ordem orçamental.
2	Promover a celeridade na instrução e decisão dos requerimentos de renovação de AR's temporárias	Diminuir em 10% o tempo médio de instrução e decisão nos pedidos de renovação de ARs que reúnam todos os documentos necessários no momento do pedido, relativamente a 2009.	<u>Objectivo não atingido</u> Aumento de 6% ¹
3	Controlar de gastos em consumíveis	Não despender mais de 50% da dotação atribuída para 2009 naquela rubrica (6000€), ou seja, ter custos até 3000€.	<u>Objectivo superado</u> Despesa da dotação orçamental: 30,20% ²
4	Aumentar a actividade fiscalizadora	Aumentar em pelo menos 5% o número de fiscalizações efectuadas face a 2009	<u>Objectivo superado</u> Aumento de 12,5% ³

Fichas de autoavaliação – Relatório de Actividades 2010

DRM (continuação)

Observações e Constrangimentos
<p>¹ No ano de 2009 apurou-se num leque de 349 pedidos uma média de 26,20 dias, contudo em 2010 o leque de pedidos foi de 501 e a média passou a 27,75 dias, verificando-se desta forma que não foi superado o objectivo, havendo um aumento de 6% em relação ao ano de 2009. Verificou-se que em 2010 houve um aumento 43% no número de pedidos, uma mudança de coordenadores da LC, de dois passou para um, tendo havido um período de adaptação aos procedimentos e organização por parte da nova Coordenadora.</p> <p>² No ano de 2010 os custos com material de escritório foram de 1812,12€, o que corresponde a 30,20% da dotação atribuída naquela rubrica para 2009 (6000€).</p> <p>³ No ano de 2010 foram efectuadas 81 acções de fiscalização, por oposição às 72 efectuadas em 2009, o que representa um aumento de 12.5%.</p>

Direcção Regional do Norte

Objectivos	Meta	Resultado
1 Reforçar a actividade fiscalizadora da Direcção Regional do Norte, aumentando a realização de n.º total de acções de planeadas	5%	Objectivo superado 6,41% (343 em 2009 e 365 em 2010)
2 Promover a celeridade na análise e emissão de pareceres à concessão de vistos	7 dias entre a recepção do pedido e a emissão do parecer	Objectivo superado 3 dias para emissão de pareceres
3 Promover a celeridade na instrução e decisão de pedidos de reagrupamento familiar Número de	30 dias entre a recepção do pedido e a decisão	Objectivo superado 6 dias para a decisão de pedidos de reagrupamento familiar (art. 98º, nº 2)
4 Reforçar a actividade fiscalizadora da Direcção Regional do Norte	50 acções de fiscalização realizadas de forma aleatória a passageiros de voos Schengen	Objectivo superado 252 acções de fiscalização

Observações e Constrangimentos
Falta de funcionários administrativos e instalações da sede da DR Norte muito degradadas e totalmente inadequadas

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
2010

ANEXO 3

Balanço Social

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

BALANÇO SOCIAL

2010



Departamento de Planeamento e Formação

Ficha Técnica

O presente relatório referente ao balanço social foi elaborado pelo Departamento de Planeamento e Formação (Núcleo de Planeamento).

Chefe do Departamento: João Ataíde

Chefe do Núcleo de Planeamento: Pedro Dias

Apoio Técnico:

Alexandra Ramos Bento

Luís Azambuja Martins (NP)

Rui Machado (NP)

Ana Paula Gouveia (DCGA/DGARH)

Teresa Arteiro (DCI)

Apoio Administrativo

Carla Francisco

O DPF-NP agradece o apoio e colaboração prestada pela Direcção do SEF e por todas as unidades orgânicas do Serviço, sem a qual a elaboração deste documento não teria sido possível.

Contactos

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Av. do Casal de Cabanas,
Urbanização Cabanas Golf, N.º 1, Torre 3, Piso 2
2734-506 Barcarena, Oeiras

Telefone: 214 236 200 / 965 903 600
Fax: 214 236 640
E-Mail: sef@sef.pt
Sítio Internet: www.sef.pt

Índice

Índice	1
Introdução	3
Estrutura orgânica.....	4
Recursos humanos: efectivo, género, carreiras e vínculos	5
Estrutura etária	6
Antiguidade na função pública.....	7
Estrutura habilitacional.....	7
Admissões	8
Saídas definitivas.....	8
Absentismo.....	9
Formação.....	12
Horários	12
Encargos com pessoal.....	13
Indicadores sociais.....	14
Conclusões	15

Página propositadamente deixada em branco

Introdução

Por força do Decreto-Lei n.º 196/96, de 9 de Outubro, o Balanço Social tem carácter obrigatório para a generalidade dos organismos da Administração Pública. Na verdade, trata-se de um instrumento de gestão e planeamento estratégico revelador da actuação da organização em torno das noções de responsabilidade social e transparência da informação na área dos recursos humanos.

A valorização dos recursos humanos no SEF tem sido uma das prioridades da sua Direcção, com uma aposta clara na qualificação, adequação de perfis às funções e gestão das motivações profissionais. Não obstante, a conjugação de diversos factores exógenos é de ordem a dedicar especial atenção à política de recursos humanos, de forma a assegurar a adequada proporção e renovação do pessoal do Serviço.

O SEF é um Serviço de Segurança que actua no quadro da política de segurança interna na área da imigração e asilo, com uma componente de órgão de polícia criminal, estando dotado de um conjunto diverso de carreiras para a prossecução da sua missão e garantir uma resposta pró-activa aos novos desafios da imigração num espaço alargado de liberdade, segurança e justiça.

De assinalar que 2010 marcou o primeiro ano de permanência efectiva do SEF nas novas instalações do TagusPark, no concelho de Oeiras. Esta mudança operou uma deslocalização do SEF do centro da cidade de Lisboa para o concelho de Oeiras, causando um forte impacto quer a nível organizativo quer organizacional do SEF.

Atentos os propósitos subjacentes ao Balanço Social, neste documento optou-se por uma abordagem sucinta, predominantemente gráfica e de fácil leitura.

Estrutura orgânica

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) integra a administração directa do Estado, no âmbito do Ministério da Administração Interna, estando dotado de autonomia administrativa, conforme o disposto no Decreto-Lei 203/2006, de 27 de Outubro (Lei Orgânica do MAI).

O SEF tem por missão o controlo da circulação de pessoas nas fronteiras, da entrada, da permanência e da actividade de estrangeiros em território nacional, a prevenção e repressão da criminalidade relacionada com a imigração ilegal e o tráfico de pessoas, a instrução dos processos de concessão dos estatutos de igualdade e de refugiado. Enquanto órgão de polícia criminal, o SEF actua no processo em termos da lei processual penal, sob a direcção e em dependência funcional da autoridade judiciária competente, realizando as acções determinadas e os actos delegados pela referida entidade judicial.

A estrutura orgânica do SEF está definida no Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, sendo hierarquizada verticalmente, contando com os seguintes órgãos e serviços: Directoria Geral; Conselho Administrativo; Serviços Centrais; Serviços Descentralizados. Quanto à sua natureza, quer os Serviços Centrais quer os Descentralizados, integram Serviços operacionais, que prosseguem directamente as acções de investigação e fiscalização – áreas de missão –, e Serviços de apoio, que desenvolvem um conjunto de actividades de apoio àquelas acções – áreas de suporte.

Recursos humanos: efectivo, género, carreiras e vínculos

O ano de 2010 ficou marcado pelo decréscimo do número de colaboradores, confirmando a tendência já detectada no ano anterior. Assim, o número total de colaboradores do SEF em 31/12/2010 era de 1364 colaboradores (em 2009 era de 1435, o que representa um decréscimo de menos 4,95%), com uma repartição por género feminino de 604 (662 em 2009) e masculino de 760 (773 em 2009) trabalhadores.

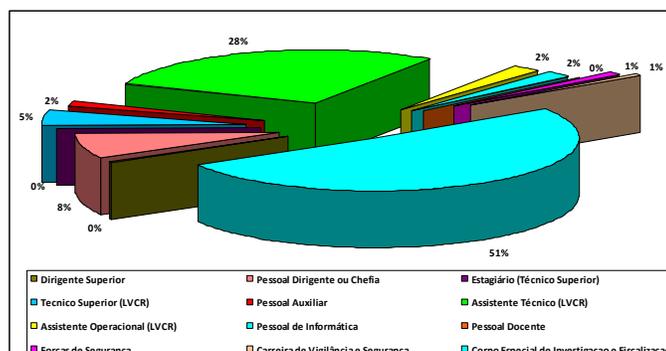
A distribuição por carreira é claramente marcada com a preponderância da carreira do “Corpo Especial de Investigação e Fiscalização”, com 697 elementos (709 em 2009). Desagregando por género verifica-se que o feminino é em menor número, 134 (140 em 2009), do que o masculino que totaliza 563 colaboradores (569 em 2009), correspondendo a cerca de 51% dos efectivos totais (Figura 1).

A carreira com a segunda maior representatividade é a de “Assistente Técnico (LVCR)”, com 387 elementos repartida por género da seguinte forma: feminino 315 (356 em 2009), e masculino 72 (82 em 2009), representando cerca de 28,37% do efectivo.

A terceira carreira com maior representatividade é a de “Pessoal Dirigente ou Chefia” com cerca de 7,62% do efectivo. Analisando esta carreira por género constata-se que o masculino é tendencialmente mais numeroso, 56 colaboradores masculinos *versus* 48 colaboradores femininos.

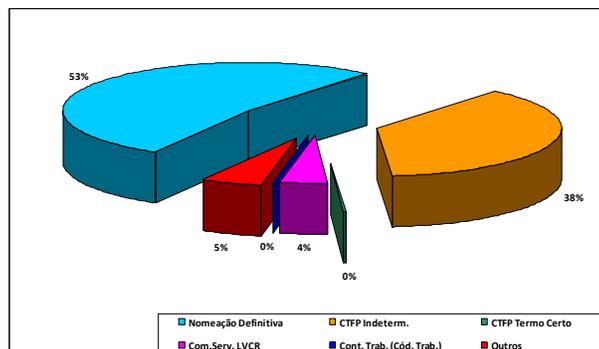
A presente estrutura do efectivo é ligeiramente distinta quando comparada com o ano de 2009, em que a terceira carreira com maior peso era a de “Técnico Superior”, que em 2010 apresenta apenas 64 efectivos correspondendo a cerca de 4,69%.

Figura 1 – Colaboradores por Carreira



Por tipo de vínculo jurídico de emprego, o mais relevante é o de “Nomeação Definitiva” com cerca de 52,63% dos efectivos, num total de 718 colaboradores (729 no ano transacto). Com cerca de 37,75% evidencia-se o regime de “Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado (CTFP)”, num total de 515 colaboradores (585 em 2009).

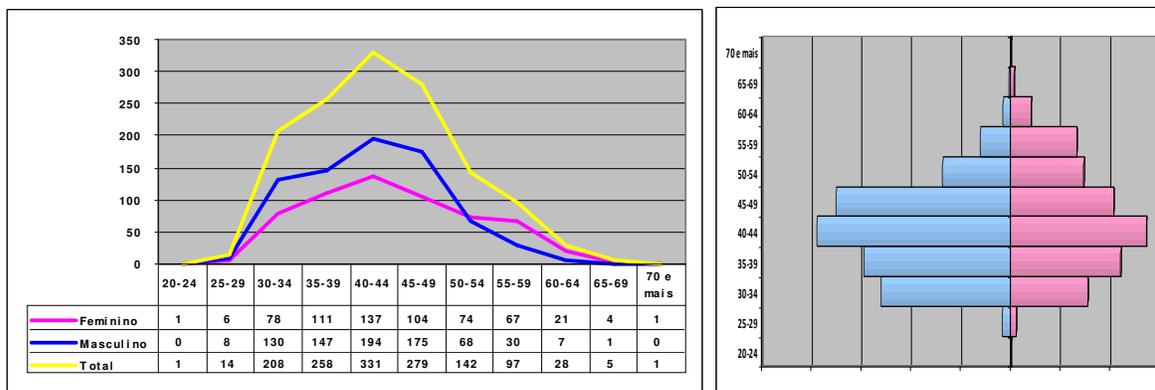
Figura 2 – Vínculo jurídico dos colaboradores



Estrutura etária

Cerca de 80% dos colaboradores do SEF, o equivalente a 1091 têm até 49 anos de idade (1161 em 2009). A média de idades é de 43,57 anos, sendo que metade dos funcionários tem até 43,47 anos (mediana).

Figura 3 – Estrutura e Pirâmide Etária



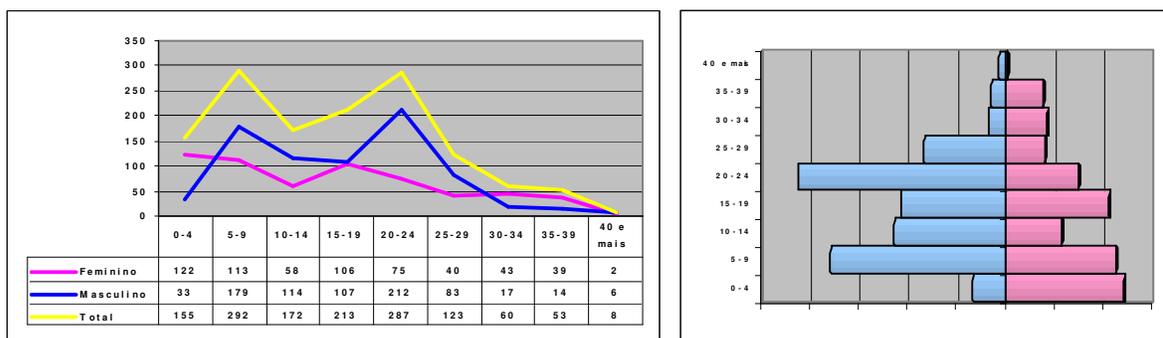
No que respeita à dispersão das idades face à média, o desvio padrão é de 7,94 anos. Considerando a amplitude interquartil de cerca de doze anos, metade dos colaboradores tem idade entre os 36,90 anos (Quartil 1) e os 48,74 (Quartil 3).

Atentas as curvas da idade, o género masculino representa melhor a tendência da estrutura etária total, o que evidencia uma estrutura mais linear em termos de idade dos colaboradores de sexo feminino.

Antiguidade na função pública

Como reflexo da juventude dos colaboradores do SEF, 61,04% dos trabalhadores tem uma antiguidade de menos de 20 anos como funcionários ou agentes públicos (832).

Figura 4 – Antiguidade da Função Pública



A média de antiguidade dos colaboradores é de 17,96 anos, sendo que metade dos trabalhadores tem até 18,21 anos de trabalho. A dispersão face à média é de 16,92 anos (desvio padrão), sendo a amplitude interquartil de cerca de 17 anos. Assim, metade dos colaboradores tem entre 6,06 (Quartil 1) e 23,07 anos (Quartil 3) de antiguidade.

Estrutura habilitacional

Pela análise da figura 5 conclui-se que 465 colaboradores do SEF possuem habilitação superior, (34,09% do universo), o que significa um ligeiro acréscimo face à ponderação no ano anterior (32,82%)¹. Da leitura dos dados recolhidos verificou-se que 761 colaboradores são detentores de habilitação a nível do ensino secundário o que corresponde a 55,79%, representando, neste caso, um ligeiro decréscimo face a 2009, que era de 55,75%. Para finalizar, no que respeita à “Escolaridade Obrigatória”, foram registados apenas 138 colaboradores, que possuem entre seis a nove anos de escolaridade obrigatória.

¹ De notar que a escolaridade obrigatória e o ensino secundário sofreram alterações com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro), tendo a escolaridade obrigatória passado a nove anos, quando era de seis anos anteriormente (e antes de 1972 – “Reforma Veiga Simão” – era de quatro anos) e o ensino secundário era de dois anos. No ano de 2009 foi publicada a lei que alarga a escolaridade obrigatória para 12 anos (Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto. Para os efeitos do Balço Social foi considerada Escolaridade Obrigatória a frequência de nove anos, por não haver ainda qualquer colaborador do SEF que esteja abrangido por este último diploma.

Figura 5 – Nível Habilitacional e Género

Nível habilitacional	Feminino	Masculino	Total
Mestrado	3	4	7
Licenciatura	223	212	435
Bacharelato	11	12	23
Doze anos de escolaridade	187	336	523
Onze anos de escolaridade	81	157	238
Nove anos de escolaridade	45	15	60
Seis anos de escolaridade	27	13	40
Quatro anos de escolaridade	29	9	38
Total	606	758	1364

Admissões

Sem prejuízo do exposto no início desta análise relativamente à tendência de saída de efectivos do SEF registaram-se no ano de 2010 oito novas admissões no SEF, o que comparado o número total de admissões do ano anterior, representou mais um efectivo. (figura 6).

Saliente-se que as entradas relativas ao grupo profissional do “Corpo Especial de Investigação e Fiscalização”, num total de 11 admissões, são referentes a situações resultantes de cessação de comissões de serviço (chefias e dirigentes), regresso de colaboradores em colocações extraordinárias noutros organismos e enquanto oficiais de ligação e imigração.

Figura 6 – Admissões: Grupo Profissional e Género

Grupo Profissional	Feminino	Masculino	Total
Pessoal Dirigente ou Chefia	0	1	1
Estagiário (Técnico Superior)	1	1	2
Assistente Técnico (LVCR)	0	2	2
Pessoal de Informática	1	1	2
Forças de Segurança	0	1	1
Corpo Especial de Investigação e Fiscalização	4	7	11
Total	6	13	19

Saídas definitivas

As saídas de efectivos em 2010 totalizaram 53 colaboradores (figura 7). Desagregando a análise por “Motivo” e número de “Saídas”, o mais relevante foi a cessação da situação de “Mobilidade Interna”, a qual justificou 24 saídas com maior incidência na carreira de “Assistente Técnico (LVCR)” (por género: feminino 18; masculino 3). Em segundo lugar surge a situação de “Reforma/Aposentação” que totalizou 18 saídas definitivas, onde também se destaca a carreira de “Assistente Técnico (LVCR)”.

Como justificações para a saída de colaboradores, o forte impacto da deslocalização para o TagusPark, poderá ter potenciado esta tendência. De facto, algumas saídas tiveram como premissa a procura de locais de trabalho mais próximos da área de residência, em particular no que refere às situações de cessação de mobilidade interna.

Numa análise global, a carreira de assistente técnico é a que apresenta um universo maior de saídas definitivas do SEF. Esta situação comprova a tendência já verificada em análises de *itens* anteriores neste documento, em que a carreira de “Assistente Técnico (LVCR)” assume valores muito representativos em comparação com outras categorias, que por norma, e salvo raras excepções apresentam valores mais residuais ou menos expressivos.

Figura 7 – Saídas: Grupo Profissional e Género

Grupo Profissional	Motivo	Feminino	Masculino	Saídas
Técnico Superior (LVCR)	Morte	1		1
	Fim de situação Mobilidade Interna	3		3
	Outros	2	1	3
Pessoal Auxiliar	Outros	2		2
Assistente Técnico (LVCR)	Morte	1		1
	Reforma/Aposentação	9	6	15
	Denun. Início Trabalho	1		1
	Fim de situação Mobilidade Interna	18	3	21
	Outros	3		3
Assistente Operacional (LVCR)	Reforma/Aposentação	2		2
Pessoal de Informática	Reforma/Aposentação	1		1
TOTAL		43	10	53

Absentismo

O absentismo é definido pelas “ausências do trabalhador durante o período normal de trabalho a que está obrigado, devendo atribuir-se todas essas ausências ao trabalhador, independentemente das suas causas e de se converterem em faltas justificadas ou não”². Esta realidade, com reflexo efectivo no normal funcionamento dos organismos, tem de considerar, por um lado, a condição humana e, por outro, as atitudes e valores individuais e sociais perante o trabalho.

² DEPARTAMENTO DE ESTUDOS, ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO / MTSS, O absentismo nas empresas com 100 e mais pessoas, 2002, disponível em http://www.ishst.pt/downloads/content/estudo_absentismolaboral.pdf

O número de ausências de trabalho no SEF durante o ano de 2010 totalizou 10 545 dias, o que traduz um grande decréscimo face ao ano transacto (29 444, 50 dias). Por género, a incidência é maior no sexo feminino, com 5376 dias de ausência (51%), face a 5169 dias de ausência dos colaboradores masculinos (49%).

Verificou-se que, em média, as colaboradoras femininas faltaram cerca de 8,9 dias, ao passo que os colaboradores masculinos ausentaram-se do trabalho cerca de 6,8 dias em 2010.

Numa visão global, em média, cada colaborador faltou 7,7 dias.

O absentismo no SEF em 2010 teve maior expressão na carreira do “Corpo Especial de Investigação e Fiscalização”, com um total de 5171 dias (49,03%). Esta carreira foi a mais representativa em termos de peso em todas as categorias inscritas para qualificar e quantificar o absentismo, bem como quando comparada com as outras carreiras que compõem os recursos humanos do SEF.

A carreira de “Assistente Técnico (LVCR)” assume a segunda posição com 3491 dias (33,10%).

O motivo mais relevante respeitou à categoria “Por conta de período de férias”, que representou cerca de 66% das justificações para ausência dos colaboradores do SEF. Desagregando por tipo de carreira e por género, constatou-se que na carreira do “Corpo Especial de Investigação e Fiscalização” o peso das ausências por motivo de férias ter sido mais acentuado nos colaboradores masculinos que fazem parte desta carreira de 2726 dias (cerca de 25%) em comparação com o género feminino da mesma carreira que apenas apresentou 708 dias (7,08%).

Prosseguindo na análise deste motivo, a carreira que apresentou valores mais expressivos foi a de “Assistente Técnico (LVCR)”. Nesta, o peso de ausências “Por conta de período de férias” é mais acentuado no género feminino, 1848 dias (17,5%), por comparação com o masculino de 386 dias (3,66%).

As ausências por doença assumiram o segundo motivo para justificar o absentismo. Ao contrário da situação anteriormente analisada, os valores mais representativos são assumidos pela carreira de “Assistente Técnico (LVCR)” que totalizou 553 dias, com maior incidência para o género feminino de 492 dias por oposição a 61 dias totalizados pelo género masculino.

O mesmo motivo teve uma expressão completamente distinta na carreira do “Corpo Especial de Investigação e Fiscalização”, em que o género masculino justificou a sua ausência num total de 340 dias por oposição ao género feminino que apenas faltou 179 dias.

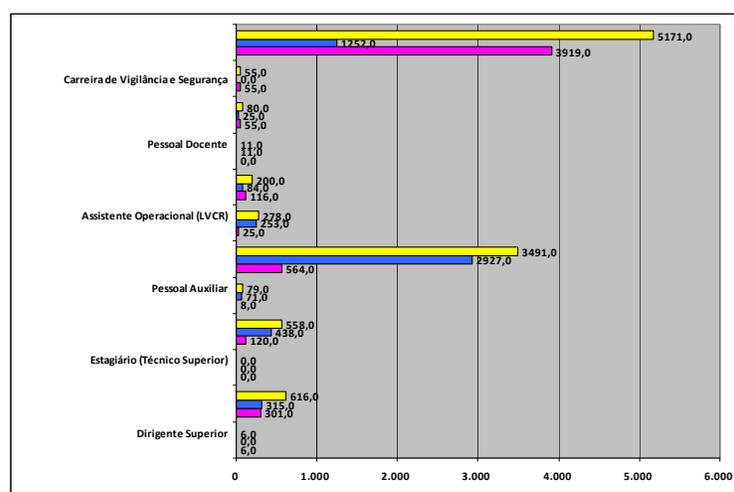
O absentismo por “Protecção na Parentalidade” e por “Assistência a familiares” teve durante o ano em referência também uma forte expressão na carreira do “Corpo Especial de Investigação e Fiscalização” quando comparada com as outras carreiras. No primeiro caso, o género masculino faltou 177 dias, ao passo que o género feminino faltou 102 dias. No segundo, inverte-se a situação com maior peso para o género feminino que faltou 116 dias, por comparação com os 108 dias registados no género masculino.

Da categoria “Outros”, de realçar o universo de faltas justificadas por motivo de greve, factor igualmente representativo na análise do absentismo no SEF. À semelhança dos casos já supra mencionados e analisados, as carreiras que mais se destacaram foram as de “Assistente Técnico (LVCR)” e a do “Corpo Especial de Investigação e Fiscalização”. Na primeira, com maior incidência para o género feminino (143 dias) do que para o masculino (46 dias). Na segunda, curiosamente invertem-se os valores, o género masculino com maior peso (110 dias) enquanto que o feminino registou apenas 37 dias.

Figura 8 – Ausências: Motivos e Repartição por Género

Motivo ³	Feminino	Masculino	Total
Família	268	270	538
Doença	1.187	664	1.851
Educação e Formação	145	232	377
Por conta do período de férias	3.348	3.652	7.000
Outros	428	351	779
Total	5.376	5.169	10545

Figura 9 – Ausências por Carreira



³ Motivos: Família (Casamento; Protecção na Parentalidade; Falecimento de Familiar); Doença (Doença; Acidente ou Doença Profissional; Assistência a Familiares); Educação e Formação (Trabalhador Estudante); Por conta do período de férias (Por conta do período de férias); Outros (Com Perda De Vencimento; Pena disciplinar; Injustificadas; Greve; Outros).

Formação

Por constrangimentos de ordem financeira, a execução do Plano de Formação do SEF para 2010 foi objecto de reorientação. Privilegiando as áreas temáticas definidas: Técnico-operacional, Informática Comportamental, Organizacional e Administração, Gestão Pública, Formação de Formadores, procurou dar-se resposta às necessidades mais prementes, bem como incentivar a auto-formação.

Os principais indicadores de formação evidenciam um esforço em suprir as limitações orçamentais:

- “N.º total de horas de formação”, que no ano de 2010 foi equivalente a 27 161 (inclui formação inicial – 542 horas, contínua, auto-formação, seminários, etc.);
- “N.º total de acções de formação”, totalizando 199 acções;
- “Formação inicial” de Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores, que contabilizou 1 848 horas a um universo de 132 formandos;
- “Formação ministrada na área técnico-operacional”, que representou 14 231 horas a 1 254 formandos;
- “Rácio horas formação / colaborador” que identificou 19,91 horas;
- “Rácio formação por colaborador”, que representou 1,33.

Horários

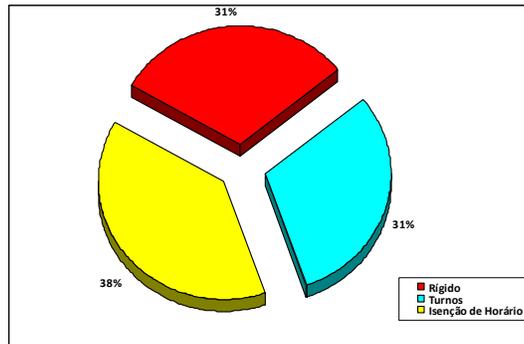
O ano de 2010 ficou marcado pela adopção do novo regulamento de horário de trabalho do SEF (publicado em anexo ao Despacho n.º 10932/2010, de 2 de Julho). Por outro lado, a deslocalização dos serviços centrais do SEF implicou uma redefinição dos horários aos quais foi, também, adequado o horário do transporte facultado aos seus colaboradores (entrada e saída).

O regime de horário mais representativo no SEF é o da categoria “Isenção de Horário”. Esta variável totaliza 528 colaboradores, destacando-se face às restantes tipologias de horários, representando 38% do universo dos recursos humanos do Serviço.

De salientar o facto de que, apesar da carreira do “Corpo Especial de Investigação e Fiscalização” apresentar os valores mais elevados, com 290 colaboradores do género masculino e 52 do feminino, o benefício deste regime é igualmente registado na carreira do “Pessoal Dirigente ou Chefia” e na carreira de “Assistente Técnico (LVCR)”.

O horário “Rígido” é cumprido por 419 colaboradores, representando cerca de 30,7% do total. No que respeita ao “Horário por Turnos”, estão abrangidos por este regime 417 colaboradores o que corresponde a 30,5% do total de colaboradores.

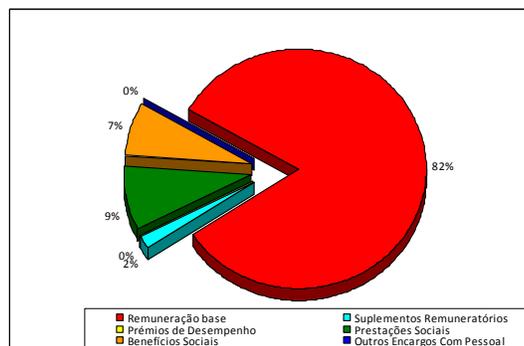
Figura 12 – Distribuição por Horário



Encargos com pessoal

Os encargos com o pessoal totalizaram 34 011 778,20 euros (representando um decréscimo de cerca de -18,27% face ao ano anterior). Deste montante, cerca de 84,10% foram referentes ao pagamento de remunerações, num valor total de 28 054 788,38 euros.

Figura 13 – Encargos com Pessoal



Indicadores sociais

Nesta secção capítulo são apresentados alguns indicadores sociais, bem como a respectiva evolução.

Figura 14 – Indicadores Sociais do SEF

RÁCIOS	FÓRMULA	2009	2010	Varição
Efectivo Total	Σ Colaboradores	1435	1364	-4,95%
Varição Efectivo (anual)	Σ Colaboradores _N / Σ Colaboradores _{N-1} - 1	-2,91%	-4,95%	-
Taxa de Feminização	Σ Mulheres / Σ Efectivos * 100	46,13%	44,28%	-4,01%
Taxa de Masculinização	Σ Homens / Σ Efectivos * 100	53,87%	55,72%	3,44%
Taxa de Feminização (CIF)	Σ Mulheres (CIF) / Σ Efectivos (CIF) * 100	19,75%	19,23%	-2,64%
Taxa de Masculinização (CIF)	Σ Homens (CIF) / Σ Efectivos (CIF) * 100	80,25%	80,77%	0,65%
Índice de Tecnicidade (com dirigentes)	$(\Sigma$ Dirigentes + Σ Direcção e Chefias + Σ Técnicos Superiores) / Σ Efectivos * 100	12,13%	12,76%	5,21%
Índice de Tecnicidade (sentido estrito)	Σ Técnicos Superiores / Σ Efectivos * 100	5,37%	4,84%	-9,82%
Índice de Especificidade (sentido lato)	$(\Sigma$ Dirigentes + Σ Direcção e Chefias + Σ CIF + Σ CVS + Σ Seg.) / Σ Efectivos * 100	57,63%	60,63%	5,21%
Índice de Especificidade (sentido estrito)	Σ CIF / Σ Efectivos * 100	49,41%	51,10%	3,42%
Nível Médio Etário	Σ Idades / Σ Efectivos	42,97	43,57	1,39%
Nível Médio de Antiguidade na Administração Pública	Σ Antiguidades / Σ Efectivos	17,96	18,00	0,23%
Taxa de Formação Superior	$(\Sigma$ Mestrado + Σ Licenciatura + Σ Bacharelato) / Σ Efectivos * 100	32,82%	34,02%	3,64%
Taxa de Escolaridade <= 6 anos	Σ <= 6 anos escolaridade / Σ Efectivos * 100	6,34%	5,72%	-9,82%
Taxa de Escolaridade = 9 anos	Σ 9 anos escolaridade / Σ Efectivos * 100	5,09%	4,40%	-13,53%
Taxa de Escolaridade = 11 anos	Σ 11 anos escolaridade / Σ Efectivos * 99	18,05%	17,45%	-3,32%
Taxa de Escolaridade = 12 anos	Σ 12 anos escolaridade / Σ Efectivos * 100	37,70%	38,27%	1,51%
Índice de Admissão	Σ Admissões / Σ Efectivos * 100	5,51%	1,39%	-74,70%
Índice de Saídas	Σ Saídas / Σ Efectivos * 100	4,53%	3,89%	-14,22%
Taxa de Absentismo ⁴	Σ Ausências / (Σ Efectivos * Dias de Trabalho) * 100	9,12%	3,44%	-62,32%
Ausências	Σ Ausências	29444,50	10545,00	-64,19%
Dias de Trabalho Efectivo	Σ Efectivo * Dias de Trabalho - Σ Ausências	293430,50	296355,00	1,00%
Encargos Pessoal	Σ Custos de Pessoal	43363797,76	34011778,20	-21,57%
Encargos por colaborador	Encargos Pessoal / Σ Efectivo	30218,67	24935,32	-17,48%

⁴ Foram considerados 225 dias de trabalho, assumindo 250 dias úteis deduzidos de 25 dias de férias.

Conclusões

No final do ano de 2010, o efectivo do SEF era constituído por 1364 colaboradores (1435 em 2009, o que representa um decréscimo de menos 4,95%), com uma repartição por género feminino de 604 (662 em 2009) e masculino de 760 (773 em 2009).

Por género, a repartição é muito próxima da paridade, com 44,28% de colaboradores do sexo feminino e 55,71% do masculino.

O efectivo do SEF é caracterizado, para além de um equilíbrio da distribuição dos colaboradores por género e por um quadro jovem, em que cerca de 80% dos colaboradores do SEF, o equivalente a 1091 têm até 49 anos de idade (1161 em 2009). Neste universo, a média de idades é de 43,57 anos, sendo que metade dos funcionários tem até 43,47 anos (mediana).

Não obstante a juventude dos colaboradores do SEF, saliente-se que o nível experiência, medido pela antiguidade, atinge um valor médio de 16,14 anos (mediana de 18,06). Com efeito, metade do efectivo do SEF tem uma antiguidade entre os 6,65 e os 22,28 anos.

Numa análise desagregada de distribuição por carreira é expressiva a preponderância da carreira do “Corpo Especial de Investigação e Fiscalização”, com um total de 697 elementos (709 em 2009), correspondendo a cerca de 51% do total de efectivos. A repartição por género é bastante desnivelada, sendo constituída por cerca de 20% por colaboradores do sexo feminino e os restantes 80% do sexo masculino.

Ainda neste contexto, e em conformidade com o verificado no ano de 2009, a segunda carreira mais representativa foi a de “Assistente Técnico (LVCR)”, com 387 elementos repartida por género da seguinte forma: feminino 315 (356 em 2009), e masculino 72 (82 em 2009), representando cerca de 28,37% do efectivo.

Em terceiro lugar, em termos de representatividade, surge a de “Pessoal Dirigente ou Chefia” com cerca de 7,62% do efectivo. No que respeita à repartição por género, regista-se um maior peso do género masculino de 56 colaboradores *versus* 48 femininos.

Estas duas realidades dão-nos conta do peso que o género masculino assume quer no *core business* do SEF quer na ocupação da maior parte de cargos de dirigente ou chefia.

O nível técnico do SEF é de 12,76%, existindo um nível de especificidade (corpos especiais) de 60,63%, revelador da dotação e adequação de colaboradores à prossecução da missão e objectivos do Serviço.

O nível de habilitações dos colaboradores é elevado, porquanto 465 têm habilitação superior (34,09%, o que significa um ligeiro acréscimo face à ponderação no anterior 33%). Em contrapartida e por comparação com o ano anterior, 760 têm habilitação ao nível do ensino secundário (55,79% o que representa um valor muito similar face ao ano anterior: 55,75%), e 138 colaboradores têm a “Escolaridade Obrigatória” ou menos (10,11%, representando igualmente um decréscimo face à ponderação do ano anterior: 11,43%).

Para os próximos anos, perspectiva-se o reforço das qualificações dos colaboradores do SEF, sobretudo no que respeita às carreiras do “Corpo Especial de Investigação e Fiscalização” e de “Assistente Técnico (LVCR)”, uma vez que são as que apresentam a maior expressão nas ausências do trabalho por motivos de educação e formação (377 dias), acrescendo ainda a alteração ao estatuto de pessoal, em que a habilitação literária mínima exigível para o ingresso na carreira de investigação e fiscalização passou a ser a licenciatura.

Em conformidade com o que foi referido no início do presente documento, relativamente à tendência para a saída do número de efectivos do SEF durante no ano em referência, o que se verificou pela análise dos dados recolhidos é que, em relação ano anterior, apenas se registou mais uma admissão, ou seja, em 2010 registaram-se oito novas admissões, enquanto que em 2009 tinham sido sete novas admissões de efectivos para o SEF.

Concluída a análise do movimento das admissões, importa igualmente deter a atenção sobre o número total de saída de efectivos registado durante o ano de 2010, o qual correspondeu a 53 colaboradores.

Ao proceder a uma leitura dos dados, concluiu-se que por “Motivo” e número de “Saídas”, o mais expressivo foi o da cessação da situação de “Mobilidade Interna”, a qual justificou 24 saídas. Este movimento teve maior incidência na carreira de “Assistente Técnico (LVCR)” (por género: feminino 18; masculino 3).

A variável de “Reforma/Aposentação” totalizou 18 saídas definitivas, tendo igualmente apresentado uma maior expressividade na carreira de “Assistente Técnico (LVCR)”.

O que importa reter da análise efectuada é que esta carreira registou um maior volume de saídas definitivas do SEF.

A taxa de absentismo registada no SEF durante o ano de 2010 foi de 3,44%, traduzindo um decréscimo acentuado quando comparado com o ano de 2009. O número de ausências do trabalho por parte dos colaboradores do SEF durante o ano em referência totalizou 10 545 dias.

Pela análise realizada concluiu-se que o absentismo, por género foi mais expressivo no sexo feminino, registando 5376 dias de ausência (51%), face a 5169 dias de ausência dos colaboradores masculinos (49%).

Verificou-se igualmente que, em média, as colaboradoras femininas faltaram cerca de 8,9 dias, ao passo que os colaboradores masculinos ausentaram-se do trabalho cerca de 6,8 dias em 2010. Numa visão global apurou-se que, em média, cada colaborador faltou 7,7 dias.

Por variável “Carreira”, as que apresentaram registos mais expressivos foram as do “Corpo Especial de Investigação e Fiscalização”, com um total de 5171 dias (49,03%), sendo a mais representativa em termos de peso em todas as categorias inscritas para qualificar e quantificar o absentismo, e a carreira de “Assistente Técnico (LVCR)” com 3491 dias (33,10%).

O tipo de motivo mais relevante respeitou à categoria “Por conta de período de férias”, e que representou cerca de 66% das justificações para ausência dos colaboradores do SEF. Também neste caso confirma-se uma situação semelhante à acima descrita.

As ausências por motivo de “Doença” apresentaram maior expressividade na carreira de “Assistente Técnico (LVCR)” que totalizou 553 dias, com maior incidência para o género feminino 492 dias por oposição a 61 dias totalizados pelo género masculino.

De salientar ainda, a importância de outras variáveis que apresentaram igualmente valores representativos, designadamente as que respeitam, por um lado a situações de “Protecção na Parentalidade” e “Assistência a Familiares”; e por outro as que respeitam a ausências por “Greve”.

No que respeita à formação ministrada aos colaboradores do SEF, por constrangimentos de ordem financeira, a execução do Plano de Formação do SEF para 2010 foi objecto de reorientação. Foram privilegiadas determinadas áreas temáticas, designadamente a Técnico-operacional, Informática Comportamental, Organizacional e Administração, Gestão Pública, Formação de Formadores, as quais procuraram dar resposta às necessidades mais prementes, bem como incentivar a auto-formação.

O regime de horário que apresentou maior expressão durante o ano em referência inscreveu-se na categoria “Isenção de Horário”, totalizando 528 colaboradores, correspondendo a 38% do universo dos recursos humanos do SEF.

De salientar o facto de que apesar da carreira do “Corpo Especial de Investigação e Fiscalização” apresentar os valores mais elevados, com 290 no género masculino e 52 no feminino, o benefício deste regime é também registado na carreira do “Pessoal Dirigente ou Chefia” e na carreira de “Assistente Técnico (LVCR)”.

O regime de horário “Rígido” representou cerca de 30,7% do total, seguido do regime de “Horário por Turnos” (30,5%).

Os encargos com o pessoal totalizaram 34 011 778,20 euros (representando um decréscimo de cerca de -18,27% face ao ano anterior), sendo que 84,10% foram referentes ao pagamento de remunerações.